

## Apresentação

O seminário “Cidadania, Pobreza e Exclusão Social” faz parte de um projeto maior animado por um Grupo de Trabalho de ONGs que tem como objetivo desenvolver uma proposta para a construção de indicadores sobre: a) os processos de constituição de cidadania ativa e de democratização no enfrentamento da exclusão social e pobreza; b) as condições e formas de intervenção sócio-política e educativa de ONGs no sentido de animar e fortalecer tais processos e; c) o significado e o impacto das ações desenvolvidas pelas ONGs.

O Grupo de Trabalho Indicadores foi criado durante a Plataforma Novib, em abril de 1998 e naquela ocasião as seguintes organizações foram apontadas para constituírem o GT: IBASE, ADITEPP, CFÊMEA, INESC e Centro Luís Freire.

Em setembro de 1998, foi realizado um workshop inicial, no Rio de Janeiro, com a participação dos membros do GT, representantes de outras ONGs e os consultores Francisco de Oliveira e Tânia Pacheco. O workshop permitiu definir uma estratégia para o grupo, os termos de referência para os consultores e o programa deste seminário. A preocupação central do seminário foi discutir e aprofundar as idéias e

propostas do GT, bem como compará-las com outras propostas e experiências de produção de indicadores de ação sócio-política e educativa similar às contrapartes da Novib.

O programa do seminário teve como preocupação central o debate das contribuições dos consultores, com reações de especialistas convidados e dos participantes em torno das definições teórico-metodológicas e indicações operacionais, como um dos requisitos para avançar na construção dos indicadores.

As conclusões dos trabalhos de grupos que foram apresentadas no decorrer do seminário também possibilitaram a definição de um esboço das grandes questões que deverão ser enfrentadas para o desenvolvimento dos trabalhos.

Para o Ibase, o seminário foi um momento importante para o seguimento do projeto. Agradecemos a todos aqueles que participaram do Seminário “Cidadania, Pobreza e Exclusão Social”, consultores, especialistas, contrapartes, representantes da Novib e outros convidados que, com sua presença e contribuições, enriqueceram muito o projeto.

# Desenvolvimento dos trabalhos

## **Manhã:**

- I. Apresentação do texto de Francisco de Oliveira à plenária
  
- II. Intervenções dos debatedores convidados:
  - Gaudêncio Frigotto
  - Sílvia Camurça
  
- III. Abertura dos debates à plenária

## **Tarde:**

- IV. Trabalho em grupos
  
- V. Apresentação dos relatórios dos grupos à plenária

# I. Apresentação do texto de Francisco de Oliveira

## Entre a terra e o céu: mensurando a utopia?

Francisco de Oliveira <sup>1</sup>

### 1. Cidadania e democratização: o trabalho de Sísifo dos dominados no Brasil

A construção da cidadania e de sua imediata correlata, a democracia, são intermináveis, no sentido de que, no momento mesmo em que aquisições cidadãs e democráticas são confirmadas, recomeça o trabalho de ampliação dos limites já alcançados. Weber preferia, por isso, falar de processo de democratização, para dar uma idéia de fluxo e de ruptura dos limites, ao invés da impressão de um estatuto da democracia já consolidado e insuperável. Esse trabalho permanente, entretanto, não é de Sísifo, posto que as aquisições são o ponto de partida para as ampliações, para a ruptura dos limites, ao invés de um eterno retorno ao começo, incansável e sem esperanças.

Vale a pena anunciar, desde logo, a tese deste ensaio: no Brasil, a construção da cidadania e da democracia parecem-se com trabalhos de Sísifo. Os esforços constantes e continuados dos dominados de toda a espécie, para alcançar patamares mínimos de cidadania e de convívio democrático, esteios da figura insubstituível do Estado de Direito Democrático, são permanentemente destruídos pelo amplo leque dos dominantes, que utilizam, para além dos códigos de sociabilidade anti-cidadão e antidemocrático, o poder estatal de forma implacável. A história brasileira, é assim, uma espécie de história de uma “permanente exceção”. De forma geral, essa parece ser a história da periferia do capitalismo, da América Latina à África

e Ásia. A tese de Florestan Fernandes, da incompatibilidade radical entre capitalismo e democracia na periferia, é quotidianamente demonstrada pelos eventos na larga periferia do sistema que inclui, agora, o leste europeu, na desestruturação das sociedades do “socialismo real”.

A descrição desse suplício de Tântalo já foi feita por uma ampla literatura (minha própria contribuição está em “Vanguarda do Atraso e Atraso da Vanguarda”, in *Praga, Revista de Estudos Marxistas*, n.3, São Paulo, Hucitec, 1998; “Máscara Democrática e Conteúdo Totalitário”, in Fátima M.A. de Carvalho, José Maria Alves da Silva e Wilson da Cruz Vieira, *Crise e Reestruturação Econômica na América Latina*, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1998; além do texto *Privatização do público, destituição da fala, e anulação da política: o totalitarismo neoliberal* (mimeo), a ser publicado na coleção Zero à Esquerda, da Editora Vozes).

Importa reter seus elementos essenciais, retomando a trajetória histórica da sociedade brasileira desde os anos 30, quando, decididamente, a mudança do capitalismo, tendo como novo motor da acumulação a industrialização e seu correlato, a emergência de uma nova classe social dominada, o proletariado, virtualmente colocava a sociabilidade mercantil, do contrato, no centro do sistema. A velha forma da sociabilidade do favor, do “homem cordial”, deveria, pois, ter-se tornado um anacronismo com direito a comparecer, apenas, na história de nossa formação. As classes dominadas, tendo agora como seu próprio motor a nova classe operária, assumiram a radicalidade da promessa burguesa de liberdade, igualdade e fraternidade, ousando, como Prometeu, tomar o fogo eterno da cidadania e da democracia das mãos das classes dominantes.

Desde a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, para dar um exemplo, passando pelo que foi chamado de Intentona Comunista pela historiografia oficial, à criação dos sindicatos e organismos de ajuda mútua, logo tutelados pelo Estado e metamorfoseados em mecanismos de controle da nova classe social, até as Ligas Camponesas dos anos 50, passando pela liberação do sindicalismo da tutela do populismo, que é o processo que, na verdade, serve de pretexto para o golpe de 1964, indo de novo pela recuperação dos sindicatos que haviam sido destruídos pela intervenção estatal da ditadura militar, de que surgiu São Bernardo e o

<sup>1</sup> Professor titular aposentado do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP, Presidente do Nedic-USP, Professor Visitante da Faculdade de Serviço Social da Uerj.

ABC de São Paulo, pelos movimentos sociais da década de setenta, que deslocaram o eixo da política, reivindicando o que os sindicatos não poderiam reivindicar, até a criação do Partido dos Trabalhadores em 1979, renovando-se com o surgimento das novas ligas camponesas na forma do Movimento dos Sem-Terra, organizando uma precária esfera pública no interior do poderoso setor estatal produtivo e sendo, por isso, o alvo principal da repressão modernosa - mistura de moderna com horrorosa, como dizia Nelson Rodrigues - do governo Fernando Henrique Cardoso, ao liquidar a greve dos petroleiros em 1995, os dominados, reivindicando, criando a fala e o dissenso, em termos de Jacques Rancière, inventavam a política, continuamente, e constituíam-se nos autores de sua própria cidadania, influenciando poderosamente na cristalização de novos direitos na Constituição de 1988.

*Par contre*, os dominantes, mesmo mudando de classe, dos latifundiários e da burguesia cafeicultora para a burguesia industrial e financeira, nos novos mecanismos de dominação, agora de classe mais que de *status*, reatualizam, permanentemente, as vestes do velho patrimonialismo, do “horror às distâncias”, do favor como moeda de troca social, agora, talvez, mais ferozmente aguçados pelo ódio de classe e pelo revanchismo, numa permanente exceção que se instala e reinstala cada vez que os dominados tentam “roubar o fogo dos céus”.

Outro não é o sentido da repressão às novas formas de organização da classe emergente, desde a anulação do registro do Partido Comunista, em 1947, até a satanização do Partido dos Trabalhadores; desde a contínua - e portanto, permanente exceção - intervenção nos sindicatos de trabalhadores, à feroz repressão do movimento camponês em 1964, incluindo os massacres de Eldorado dos Carajás e do cotidiano das cidades nos nossos dias, à desregulamentação da precária normatização do mercado de força de trabalho, que inclui, como mecanismo insuspeito, a modificação da Previdência Social, passando por uma reforma administrativa que elege como inimigo principal o funcionalismo público em todos os níveis.

A desregulamentação e a destituição dos poucos direitos do trabalho, conquistadas pelos dominados e assegurada pela Constituição de 88, representa a destruição da própria cidadania. Como Maria Célia Paoli mostrou na sua tese de doutorado, a “cidadania

regulada” (no dizer de Wanderley Guilherme dos Santos) tem na carteira de trabalho seu pilar mais importante. Quando a polícia detém na rua o suspeito de sempre - negro e pobre - o único instrumento visível de sua cidadania, mesmo “regulada”, é a carteira de trabalho. A síntese da tentativa de destruição da autonomia cidadã e democrática dos dominados pode ser vista nos 35 anos de ditadura aberta e feroz em 60 anos de história pós-Revolução de Trinta. E mais: todas as tentativas de golpe, falhadas ou exitosas pela metade, corporificam o que se quer dizer com “permanente exceção”.

Se não bastasse, o episódio dos “grampos” (nos dias em que escrevo, 25 de novembro de 1998) em altas figuras da administração pública mostra até que ponto o bloco dominante no Brasil reatualiza a síndrome da promiscuidade, do favor, do patrimonialismo, ao nível dos próprios dominantes. E o surpreendente é que as conversas detectadas pelos “grampos” não se davam entre figurões manjadamente patrimonialistas - um Sarney que construiu sua tumba numa propriedade pública, o Convento das Carmelitas em São Luís do Maranhão, tombada como jóia da arquitetura colonial -; as conversas se davam entre janízaros cinquentões do mercado de capitais, *yuppies* tardios (Lara Resende em sua elegância hípica) que capitaneiam bem sucedidos empreendimentos financeiros e bancários, os mesmos da antiga “jovem guarda” do Plano Cruzado. O mais interessante e perverso é que seus argumentos para borrar os limites entre o público e o privado, entre o Estado e o mercado, buscavam, adotando regras do mercado, melhorar a *performance* das finanças públicas.

Evidentemente, não se pode pedir a Mendonças de Barros reflexões sobre seu comportamento que já estão perfeitamente interpretadas em Sérgio Buarque de Holanda. Isto é, não se dão conta que suas ações afirmam, em vez de negar, que não existe mercado na acepção liberal na periferia do capitalismo. Essa reatualização perversa do estigma mais característico da formação brasileira pode parecer ser apenas “coisa de brancos”, uma disputa feroz pelos patrimônios do Estado e pelos lugares na estrutura do poder societal e estatal, que em nada afetam a cidadania dos dominados.

Essa pode ser uma leitura equivocada; a luta encarniçada e sem escrúpulos pelos patrimônios do Estado é precisamente uma dilapidação do patrimônio

popular na medida em que as empresas que se privatizam foram construídas não apenas com recursos do contribuinte, que é ainda um argumento liberal, mas sobretudo foram construídas por uma “acumulação primitiva”, que na maior parte do tempo e dos casos significou dura repressão salarial e ferocíssima repressão dos direitos de trabalhadores e outras categorias sociais, além da prática da cooptação executada pela criação de “*welfares*” privados no interior das empresas estatais, os mesmos fundos que hoje são campeões da privatização e da liquidação da esfera pública não-burguesa construída contraditoriamente pelos empregados e funcionários estatais. A própria aniquilação da greve dos petroleiros em 95 é o melhor exemplo disso (v. Cybele Saliba Rezek, “A greve dos petroleiros”, in *Praça, Revista de Estudos Marxistas*, n.4).

A síntese anterior evidentemente radicaliza no sentido do trabalho de Sísifo. Mas, se não tivesse havido nenhuma mudança, se o trabalho dos dominados realmente fosse zerado em cada conjuntura histórica, nada haveria a fazer. De fato, a luta dos dominados tem mudado os patamares onde se trava o conflito. No plano político, por exemplo, três eleições presidenciais mostraram que há uma perspectiva de esquerda que ameaça a ordem jurídico-política precisamente por que ela é real, tem bases sociais e tem se apresentado como alternativa. No plano dos movimentos sociais, estes conseguiram criar “política” no sentido já assinalado de criar um campo de reivindicações, ao qual o Estado e as classes dominantes tiveram que responder. Os governos da ditadura militar, por exemplo, os primeiros desafiados pela nova “política” dos dominados, tentaram responder ampliando as políticas sociais e até chegando a estender a Previdência para os trabalhadores rurais.

Hoje, o Comunidade Solidária do governo F. H. Cardoso não é outra coisa senão uma resposta conservadora, que tenta roubar aos dominados suas bandeiras, metamorfoseando-se em participação comunitária, o que está longe de ser verdadeiro. As classes dominantes inventam “parcerias” com o Estado, propagam o “terceiro setor” como uma alternativa à disjuntiva Estado x Mercado, e no interior do governo a proposição de Bresser Pereira sobre “organizações sociais” é, de novo, uma operação de pirataria semântica, que tenta vestir-se de “organização da sociedade civil”.

Também não há dúvida de que o nível mais alto de articulação do movimento sindical, atuando na política agora através de suas centrais - mesmo que de orientações divergentes - criou um novo sujeito, que não são mais os sindicatos isolados. Além disso, a audácia propositiva da principal central, a CUT, através das câmaras setoriais, inicialmente sustentadas apenas pelos sindicatos das categorias respectivas, desafiou o bloco dominante e o governo no terreno mesmo da racionalidade burguesa, oferecendo perspectivas anti-desmanche para a reestruturação de importantes setores e ramos industriais.

Importa não esquecer, nesse rápido balanço do que ficou dos “trabalhos de Sísifo” a radical inovação política que o Movimento dos Sem-Terra representa, acuando o bloco dominante e o governo, outra vez, no próprio terreno da racionalidade burguesa: a reivindicação da propriedade da terra, uma proposição que John Locke subscreveria como atributo da cidadania, torna-se radical porque expõe a impossibilidade da promessa burguesa, muito mais do que o resultado dos assentamentos. Estes servem como combustível que alimenta as novas reivindicações, ampliando, vale lembrar, os limites da própria possibilidade da reivindicação.

Em suma, houve um deslocamento da política, operado pelas classes dominadas, sobretudo no campo do simbólico, mudando a configuração da política no Brasil. Talvez por isso mesmo é que o “desmanche” especial do governo F. H. Cardoso, no rastro e no impulso do governo Collor, apresente-se tão ferozmente danado nas “reformas” constitucionais e na permanente - outra vez - tentativa de desqualificação simbólica dos opositores do neoliberalismo. Por que o de que se trata, agora, é da exclusão em sentido forte: não é da exclusão do mercado, não é - embora esta seja sua base material - o do desemprego como exclusão do mundo do trabalho, não é o da destruição das políticas públicas como corolário da exclusão do mercado, embora esta seja uma de suas formas concretas: o de que se trata é da exclusão do campo de significados que, em mãos dos dominados - o roubo prometico do fogo dos céus - dá eficácia simbólica à luta pelos direitos humanos.

Uma perspectiva cínica poderia dizer que a posse de um significado simbólico não altera a situação da destruição das políticas públicas; essa perspectiva, que

muitas vezes informou nossas próprias concepções sobre a cidadania e a democracia, esquece que o que ameaça a ordem jurídico-política é exatamente que os dominados radicalizem as promessas da modernidade. É aí que mora o desafio.

## 2. A perspectiva do desmanche: uma mutação radical do Capitalismo?

Roberto Schwarz chamou de “desmanche” o largo processo, simultâneo e coetâneo, de desregulamentação e globalização, na perspectiva da periferia do capitalismo (“Ainda o livro de Kurz”, in *Novos Estudos*, São Paulo, n.37, nov. 1993). Retomando sugestão de Robert Kurz, que vem afirmando que o processo de industrialização empreendido por algumas partes da periferia capitalista, de que o Brasil é exemplar, além de ter sido uma espécie de “nadar para morrer na praia”, vai além: assiste-se à desmontagem do precário avanço. Kurz é bem mais radical, como se sabe: para ele, o “socialismo de caserna” se inclui no mesmo processo.

Pesquisas conduzidas sobre o tema da globalização do capitalismo, em perspectivas como a de Paul Hirst, Giovanni Arrighi e François Chesnais (v. *Globalização e A Ilusão do Desenvolvimento*, dos dois primeiros, ambos publicados na coleção Zero à Esquerda, Petrópolis, Vozes, 1998; e, do último, *A mundialização do capital*, São Paulo, Scritta, 1996), lastreadas em ampla documentação e resumindo uma ampla bibliografia, constataam a inutilidade dos esforços da industrialização da periferia para lograr mudanças na distribuição do poder econômico no capitalismo. Assim, depois de décadas de esforço que não raro beirou os limites da crueldade e do darwinismo social, o sistema permanece com os dominantes pré-depressão de 30 como os dominantes de hoje; o Japão é a única novidade no quadro tanto de uma estratificação cerrada da distribuição do capital, do poder e da riqueza, quanto até de um aumento da desigualdade entre países ricos e a larga periferia. E no interior de países como o Brasil, até há pouco candidato a “tigre latino-americano” - ou seria “onça”? - a desigualdade social não cessa de aumentar o fosso abismal entre ricos e pobres (v. FIBGE). A globalização, em resumo, é uma desregulamentação e uma destituição de direitos.

O problema é que uma literatura ousada coloca a crise para além da periferia; a globalização é o sintoma de

uma crise global, que nasce e atinge os países desenvolvidos. Sua periferia, como jamais alcançou níveis mínimos de “*welfare*” apresenta, sem dúvida, a cara mais miserável desse amplo processo. Para essa literatura, o que está em curso é uma mudança radical da sociedade jurídico-política em direção à sociedade molecular-digital (v. Laymert Garcia dos Santos, *O desmanche como passagem para o molecular global*, mimeo, proposta de pesquisa, São Paulo, NEDIC-USP, 1998). O termo designaria uma sociedade movida por processos invisíveis, moleculares, que ao mesmo tempo se fragmenta exponencialmente: o dígito é a molécula.

A sociedade da ordem jurídico-política é a sociedade do conflito, e a sua metáfora é a fissão nuclear; essa sociedade cria sujeitos e, mais pós-modernamente, para uma ampla literatura sociológica, atores, o que já seria uma mudança funda de conseqüências. O processo invisível por excelência é o capital fictício, que viaja em tempo real - digital - de um para outro lugar do mundo. E viaja em moléculas, que é o próprio dinheiro, não necessitando fixar-se em unidades físicas. Mesmo quando se fixa em unidades industriais, o que preside a ordem dessa fixação é o caráter fictício do capital-dinheiro, ao contrário da sociedade do conflito, em que o capital-dinheiro só existe depois de consumir força de trabalho viva. A sociedade da ordem jurídico-política é fundada na propriedade tangível, enquanto na sociedade molecular-digital a regra é o intangível, o invisível, de que dá conta a questão autoral, no capítulo de patentes, dos software e da apropriação da biodiversidade, não querendo reconhecer-se a produção desta pela sócioidiversidade, posto que, assim, recai-se na questão dos sujeitos do processo.

Essa mudança tem origem, entretanto, no capital como resultado da relação social de exploração, o qual produziu, para escapar de seus próprios limites de relação, uma aceleração tecnológica sem paralelo na história pregressa do próprio sistema. Trata-se da “aceleração da aceleração”. As transformações em curso estariam se realizando, pois, sob o signo dessa transição. Sabe-se o que ela destrói, mas ainda não se sabe, propriamente, o que ela coloca no lugar. A radicalidade da destruição não deixa nada em pé, estatuído sob o signo da ordem jurídico-política. Propriedade privada, por exemplo, passa a ser, simplesmente, um conceito anacrônico, incapaz de decifrar os enigmas da nova situação. Ora, como a

sociedade capitalista foi erigida nos pilares dessa “privação” (Marx-Engels, *Manuscritos econômico-filosóficos*), que constitui não apenas as classes dominantes, mas também as classes dominadas, é a racionalidade burguesa que vai abaixo na nova situação.

Mas, é bom que se advirta: até onde a vista alcança, o efeito destrutivo pode ser o de uma mudança radical anti-revolucionária. Seu paradigma é caracteristicamente evolucionista, biológico; anti-revolucionária porque pode inaugurar uma ordem-desordem sem sujeitos, nem sequer atores, como as recorrentes crises financeiras desta década sugerem: vagalhões sem nome, que viajam a velocidades digitais, cuja causalidade e seus proprietários são invisíveis.

Trata-se de um fenômeno não injiciável (v. Vera da Silva Telles: “como não há proprietários, os perdedores não podem recorrer a nenhuma regra para reparação dos prejuízos. Podem, apenas, tratar de prevenir-se para a próxima rodada, que ninguém é capaz de prever quando, como e onde surgirá. Na ordem jurídico-política em destruição, uma ordem de proprietários, de sujeitos, constituem-se fóruns (ou *fora*) em que as partes do contrato podem cobrar-se, mutuamente, pelos prejuízos ou agravos produzidos por um autor que se pode conhecer. Na ordem-desordem molecular-digital, tal procedimento é impensável. Mesmo quando se percebe o dedo de mega-especuladores por trás, os gigantes tipo Soros - numa vaga ele ganha, noutra pode arrebentar-se junto com a arrebentação da onda.

Os Estados Nacionais não podem, sequer, investigar a procedência da onda, como o episódio da falência do Barings Bank, da Inglaterra, mostrou: um prosaico operador de derivativos, operando na Malásia, em operação que é impossível dizer se era ou não arriscada, posto que ela era a própria modalidade do capital fictício, detonou um processo que liquidou com a duplamente centenária instituição bancária. Evidentemente, mesmo que se estabeleça a ação desse operador como sendo o momento inicial do Big Bang, sua punição individual não repara uma perda medida em bilhões de dólares. A atenuação de seus efeitos convoca todas as potestades, juntando FMI e todos os governos do mundo desenvolvido e até mesmo bancos privados. O pacote recente de empréstimo ao Brasil, liderado pelo FMI, é exemplar e patético a esse respeito.

O problema é que a ordem de proprietários, jurídico-política, por natureza contestável pelo conflito de

classes, abriu a possibilidade de construção na direção de novos direitos que, amparados na própria dialética da propriedade, caminharam para sua negação. Todos os direitos sociais, que estão na base do Estado do Bem-Estar, derivados dos direitos civis e políticos, que significam a negação do direito de exploração do trabalho, por exemplo, ou a negação do princípio do mercado segundo o qual este premia quem tem mérito e competência, para reconhecer que este atributo da modernidade não pode ser individualizado.

O próprio capitalismo transitou do paradigma do contrato mercantil para o da segurança: uma floração de direitos, construídos a partir da rua, do conflito, e codificados como negação do Estado hobbesiano. As conseqüências da destruição da ordem jurídico-política para os direitos sociais podem lançar gerações de trabalhadores e de cidadãos numa espécie de nuvem mortal, cobrindo o sol da cidadania. A metáfora da destruição dos dinossauros não é sem propósito: jurássicos são todos os direitos criados na chamada “sociedade do trabalho”, para os neoliberais. Por que a destruição que começa com os direitos sociais, atinge, inelutavelmente, os direitos civis e políticos, até mesmo por que o que está em questão é precisamente o estatuto jurídico-político. Os sistemas políticos democráticos vêm-se diretamente atingidos tornando-se anacronismos: sem sujeitos, como pensar a democracia? Quem representa que e o quê, na ordem-desordem molecular-digital? Os episódios já referidos das ondas de crises financeiras atestam a destruição das estruturas de representação e dos pilares do sistema democrático.

Essa “aceleração da aceleração” conduz, virtualmente, ao estado de “exceção permanente”, uma espécie de “modernidade como exceção de si mesma” (Annie Dymetman, “Encontros Excepcionais”, texto para qualificação, Depto. de Sociologia, FFLCH-USP, 1998). A rápida obsolescência dos computadores dá uma pálida idéia do que vem a ser essa “aceleração da aceleração”: no mesmo momento em que um modelo entra no mercado, ele já foi ultrapassado no laboratório e breve substituirá seu antecessor; os laboratórios de pesquisa são o emblema por excelência dessa permanente substituição e fuga de formas, daí obsolescência como processo. Nunca a frase de Marx foi tão atual: “tudo que é sólido se esfuma no ar”.

A sociedade capitalista por inteiro é o lugar dessa mudança. Ela se caracteriza, nesse momento de transição, pela ruptura de todas as formas concretas, sólidas (?) da sociedade jurídico-política, em praticamente todos os

planos. No plano das relações internacionais: a intervenção aberta e descarada dos USA no Iraque, tentando apresentar-se como em obediência às resoluções da ONU, ainda em homenagem à velha ordem; do mesmo modo, a detenção de Pinochet em Londres, por um pedido de extradição da Espanha, vale dizer, a negação do princípio de coincidência entre cidadania e territorialidade que formou a sociedade jurídico-política.

No mundo do trabalho: a ruptura das formas do contrato mercantil, e, por consequência, dos direitos sociais que têm sua âncora no contrato, mas o ultrapassaram. A moeda única da União Européia, substituindo formas que atravessaram séculos, como a libra esterlina. No caso indígena: a captura da sociodiversidade metamorfoseada em biodiversidade, onde se nega o princípio de propriedade que deveria ser atribuído aos povos que elaboraram a biodiversidade e, ao mesmo tempo, a tentativa de imposição de um conceito de “propriedade mundial” da biodiversidade, pelo qual se nega o princípio da territorialidade onde ocorre a biodiversidade.

Por trás, outro processo sutil acontece: a tutela do Estado brasileiro sobre os índios, modalidade da racionalidade burguesa lidar com os para sempre “irracionais”, entra também em erosão. Não apenas a biodiversidade não tem territorialidade, pois, para ela, para sua formação, podem ter contribuído germes, bactérias, trazidas da África pelos ventos, ou, de outro lado, quando se afirma que é a sociodiversidade das nações indígenas o construtor da biodiversidade, desaparece o índio sem-razão, sem maioria, posto que ele se torna coetâneo de sua própria contemporaneidade. Uma razão de outra índole, que não é a do cálculo burguês, aparece formando a biodiversidade: onde está, pois, a inferioridade dos antigos menores de idade? Esse pré-conceito é o mesmo da Igreja Católica, que não reconhece, teologicamente, o uso da razão às crianças, que são privadas da comunhão até chegarem à idade da razão.

A permanente exceção transforma-se em “exceção permanente”: faltos de forma, sociedade e Estado tornam-se a suspensão das formas anteriores; o processo todo degenera em totalitarismo social e em totalitarismo de Estado. O totalitarismo social é um “*apartheid*”: uma abismal desigualdade social, que dá lugar à intranscendência entre as classes, à formação de verdadeiras castas, à cidade como gueto, à liquidação do espaço público, à anulação de toda mobilidade social.

O totalitarismo de Estado aparece como a violência societal contra as formas anteriores que opõem resistências às suas próprias liquidações: sua *diferentia specifica* em relação à violência de que o Estado da ordem jurídico-política era o monopolista legal é que ele não é mais a conformação da sociedade num duplo sentido. É anti-societal por que não veicula mais nenhuma ideologia da “ilusão necessária” (a conhecida frase de Margaret Thatcher, de que “não existe sociedade, apenas indivíduos”, tem maior profundidade teórica, do ponto de vista molecular-digital, do que aparenta), embora a retórica do novo discurso o apresente como a nova necessidade estatal frente a uma nova sociedade. Em não sendo mais a “ilusão necessária”, ele não é mais integrador, mas absolutamente desintegrador.

É verdade que reveste-se ainda da forma do Estado anterior, o que é sua última “ilusão”, da qual ele retira, ainda, forças, para proceder à liquidação de toda resistência. Como Paulo Arantes sublinha, perseguindo as pistas da interpretação frankfurtiana, não há mais ideologia, isto é, a homenagem que o vício faz à virtude; o processo não tem mais mediações, e se apresenta como pura força. A liquidação da regulação do mercado de força de trabalho, na forma, por exemplo, da chamada “demissão temporária” é a exceção transformada em regra, como o é, igualmente, a nova promiscuidade entre público e privado, de que o episódio dos “grampos” dá conta, sob outro ângulo. Aqui, situa-se a confluência entre o global e o local: quase sem mediações, mudanças no estatuto do trabalho no capitalismo desenvolvido colocam-se imediata e urgentemente na ordem do dia no capitalismo periférico.

O empréstimo do FMI exige, como contrapartida, imediata, cortes de gastos e aumento de impostos que significam a extraterritorialidade do capital. A mediação nacional quase desaparece, inclusive por que os Estados Nacionais periféricos já não têm mais moeda. A globalização aparece, pois, como um fenômeno também local. Essa discussão Boaventura de Sousa Santos faz em seu *Pelas mãos de Alice*.

A ultrapassagem, a dissolução permanente das formas anteriores da violência estatal, aparece agora como a violência permanente, não escondida, não criminalizável porque a própria dissolução do Estado anterior torna indistinguíveis violência privada e

violência estatal. O caso da “legitimação” dos bandidos do narcotráfico e do jogo do bicho, no Rio mais ostensivamente e em todo o País de formas menos abertas, pelo fato de que provêm a justiça ali onde o Estado tradicional não chega e nunca chegará, ilustra bem essa questão. É como se o mundo todo se tornasse mafioso, não exatamente por que a regra da *omertá* proíbe a delação, mas por que não existe mais a quem delatar.

A *mélange* entre bandido e polícia, tema de Chico Buarque, não é mais uma metáfora: tanto no plano miúdo, do cotidiano, em que polícia e bandido traficam armas e drogas, quanto no plano mais alto, da macroeconomia, em que ministros e presidentes e diretores de bancos estatais traficam influências, estruturam competição por fora do mercado e em nome do mercado: a quem deverão queixar-se os consórcios perdedores, nos exemplos do grupo Votorantim no leilão da Vale, e dos grupos que participaram do leilão da Tele Norte, se eles mesmos apenas lograram constituir-se pela ação deletéria dos altos funcionários e dos fundos de previdência de empresas estatais? Se estavam dos dois lados? Qual a diferença entre a violência privada do narcotráfico e a violência do ministro das Telecomunicações, do diretor do Banco do Brasil e do gestor do Previ, pela força tentando anular um leilão público?

O processo tem a cara do nazi-fascismo, que foi, provavelmente, a primeira vez em que a ultrapassagem da racionalidade burguesa (v. Theodor Adorno e Max Horkheimer, *Dialética do esclarecimento*) e dos limites do valor mostrou-se concretamente, numa conjuntura crítica extremada, em que aos condicionantes da competição intercapitalista somaram-se os elementos especificamente alemães: a queda da monarquia na segunda década do século, a derrota militar na 1ª. Guerra, incompreensível para um exército que estava dentro do território inimigo - ao contrário da 2ª. Guerra -, o fundo ressentimento militar decorrente dessa dupla derrota, a civil e a militar, o amplo desemprego amplificado pelos contingentes que voltavam da guerra e a hiperinflação devastadora, no rastro da terceira humilhação, que foi o Tratado de Versalhes e as pesadas indenizações de reparação de guerra que a Alemanha pagou com o desaparecimento de sua moeda (v. de Adorno, “A educação pós-Auschwitz”, in Gabriel Cohn, *Adorno*, Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ática; e, de John M. Keynes, *The economic consequences of the peace*).

Mas, é importante ressaltar (como o faz Annie Dymetman em seu trabalho já citado): a Constituição de Weimar é a primeira constituição moderna que inclui, expressamente, no seu texto, o estado de exceção, corporificado no famoso art. 48. Por trás dele, rondava a “aceleração da aceleração” da industrialização alemã, e seus limites na divisão internacional do trabalho da “*belle époque*”. Depois dela, as principais constituições acolheram a exceção como sendo uma forma, ainda constitucional, de lidar com o imperativo de decisões tornadas urgentes pela “aceleração da aceleração”, que está na raiz da decadência dos parlamentos nas democracias desenvolvidas, com o poder sendo transferido para as instâncias burocráticas, o velho dilema que Weber experimentou amargamente e profeticamente anunciou. Tendo sido ele próprio consultor para a elaboração da Constituição weimariana, ao sociólogo da racionalidade parecia importante preservar um espaço para a irrupção do carisma político num mundo dominado pela burocracia ou pelo mundo do sistema, na expressão de Habermas (v. Max Weber, *Economia e Sociedade*, Brasília, 1995; e, de Jürgen Habermas, *Teoria de la acción comunicativa*, Madrid). A ascensão do nazismo serviu-se do art. 48 para transformá-lo na legalização da “exceção permanente”, levando os frankfurtianos a pensarem o fracasso da modernidade como contido nela mesma.

A periferia não necessitou da teorização de Weimar para a “permanente exceção”: sua própria história é uma história de e da exceção. Mas, com a inovação teórico-prática do sufrágio universal direto e secreto, a legislação brasileira, adaptando-se, desde 30, adotou o decreto-lei como um art.48 tupiniquim, que Vargas utilizou no seu período ditatorial, e Dutra, até seu segundo ano de governo. A Constituição de 46 retirou essa capacidade do Executivo, deixando-lhe apenas a iniciativa de proposição de leis e o direito ao exercício do veto presidencial. A ditadura militar de 64/ 84 reintroduziu o decreto-lei, e chegou até ao exagero do decreto-secreto. A constituição de 88 reformou o procedimento do decreto-lei, que necessitava apenas de aprovação pelo Congresso com o dispositivo do decurso, e pretendeu atender às mesmas urgências criando a figura da medida provisória, que requer, para plenitude de seus efeitos, aprovação pelo Congresso no prazo máximo de 60 dias.

Desde Sarney, em seu último ano, passando por Collor, Itamar e agora Fernando Henrique Cardoso, o executivo edita MPs umas atrás das outras, reedita MPs que o Congresso não aprovou, e praticamente

governa sem o Congresso. Deu-se um passo mais largo na direção da “exceção permanente”. O governo atual bateu todos os recordes; a média MPs/mês com Fernando H. Cardoso chegou a 51,2 contra 8,5 com Sarney, superando Collor e Itamar por um múltiplo de 10 em relação ao primeiro e três vezes mais que Itamar. Comparativamente aos governos da ditadura militar, o governo de F.H.C. só perde para o período da Junta Militar, que editou 138,9 decretos-leis, em média, em um ano e nove meses de exercício.

Diga-se, não em benefício da Junta ditatorial, mas por rigor na comparação, que o furor legislferante da referida junta deu-se com as duas casas do Congresso fechadas. Comparado ao período ditatorial de Vargas, de 37 a 45, em que 8.154 decretos-leis foram editados, alcançando a média de 89,6/mês, o governo F.H.Cardoso ainda ganha relativamente, posto que no mencionado período ditatorial de Vargas as casas do Congresso haviam sido fechadas; o ditador, portanto, não competia com o Congresso em atividade legislferante ( v. Charles Pessanha, “A delegação legislativa no Brasil: o decreto-lei e a medida provisória, 1965-1998”, in *A ousadia crítica: ensaios para Gabriel Cohn*, vários autores, Londrina, UEL, 1998), enquanto com Cardoso existe um Congresso plenamente constituído.

Parece, pois, que a própria “aceleração” neoliberal pela qual optou conduz, necessariamente, a formas de governar que são, quase, ditatoriais; são de exceção. Ele não consegue imprimir nenhuma regularidade, nenhuma normalidade, nem às suas relações com a sociedade nem com os outros poderes do próprio Estado capitalista. A reforma tributária que o governo está forçando ilustra à exaustão esse aspecto: em sua última ida ao Congresso, o ministro Pedro Malan, interpelado pela deputada Maria da Conceição Tavares, conseguiu dizer que o projeto de reforma enviado ao Congresso era apenas um esboço, no qual o Executivo enxerta, diariamente, novas emendas. Algo que poderia parecer caos é a exceção como regra de governo. É a “exceção permanente”.

A mudança em curso mantém-se, ainda, num amplo terreno de ambigüidades, provavelmente como ocorreu nas grandes mudanças históricas. Dificilmente o teor das transformações e mudanças definem, imediatamente, o próprio caráter da sociedade que surge por entre os escombros da antiga, em qualquer situação histórica. Aliás, convém remarcar, desde logo, para não cairmos no determinismo

tecnológico, que é a autoneomeação que imprime o caráter consolidado e definitivo, na *longue durée*, às transformações: se o operário não tivesse se autoneomeado, em oposição ao capitalista, o curso do capitalismo teria sido bem diverso.

Do anterior, sem determinismos tecnológicos nem voluntarismos vazios, pode-se, apesar da ambigüidade da transição, detectar nela mesma alguns aspectos que mostram a possibilidade da emergência do novo, não no sentido regressivo, mas no sentido progressivo. Tais são a solicitação de julgamento de Pinochet e a declaração da Câmara dos Lordes inglesa de sua não impunidade: a base jurídica para tanto, não absolutamente consensual, como o prova a polêmica desatada nos jornais, é a da imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade, da interpretação de que todo governante, que o é em nome do Estado de Direito, não pode, justamente, exceder as normas de tal Estado, e por fim, a da extraterritorialidade dos crimes contra a humanidade. São elementos da globalização e da transição da velha ordem jurídico-política. Percebe-se a ambigüidade não apenas no que toca à inexistência de consenso jurídico, como também, pelo lado político, a controvérsia desatada internacionalmente e sobretudo a reação do governo chileno, que, por razões de ordem política, não aceita o princípio da extraterritorialidade.

Uma outra faceta positiva da transição refere-se ao estatuto do índio no Brasil, também já mencionado linhas atrás. De fato, a produção do conhecimento que gera a biodiversidade arrasa com a concepção da minoridade do índio, típica do racionalismo burguês, que o Brasil adotou inteiramente, inclusive confirmada pela Constituição de 1988. Ora, o reconhecimento da autoria - pelos códigos da racionalidade burguesa - e a conseqüente propriedade da produção da biodiversidade chocam-se tanto contra a posição brasileira quanto contra a posição de grandes grupos econômicos internacionais, que estão se apropriando, em velocidade espantosa, da biodiversidade que ocorre em território brasileiro, sobretudo naquela que coincide com as áreas indígenas. Daí, a tentativa de declaração da extraterritorialidade da biodiversidade, com o que se liquida com a autonomia dos índios. Por esse caminho holístico, será lícito também indagar sobre a propriedade e a produção de laranjas na Flórida, devido à contribuição que o Amazonas faz para a formação do solo naquele Estado norte-americano.

Para além de qualquer delírio, o que se quer ressaltar é que certos elementos da transição abrem, virtualmente, brechas para a contestação da ordem jurídico-política vigente, mas tais possibilidades virtuais apenas transformam-se em reais dependendo da elaboração cidadã. Fora disso, tais possibilidades tendem a serem aproveitadas apenas pelos detentores do grande capital. As redes civis, em sugestão de Cândido Grzybowski (“Por uma cidadania mundial”, mimeo, Rio, Ibase, 1997) também são um dos lados da globalização: transpondo fronteiras nacionais, ultrapassando a marca da ordem jurídico-política nacional e estatal, elas podem constituir-se em elementos de uma “sociedade civil mundial”, intervindo, decisivamente, em questões da política para além de sua circunscrição institucional.

São os mesmos elementos que sustentam a ação e operação de verdadeiros organismos dessa “sociedade civil mundial”, como o Greenpeace, para usar apenas seu exemplo mais conspícuo. A perspectiva revolucionária, que pode opor-se às tendências imediatamente destrutivas da transição para o molecular-digital, exige o que a teoria do direito alternativo, ligado à questão ambiental, está chamando de “sujeitos difusos”, que não necessariamente se incarnam, de forma dependente, em propriedade, classe, *status* e todos os elementos formadores da ordem jurídico-política. É uma radicalização dela: os “sujeitos difusos” podem ser cidadãos, têm que ser cidadãos, aos quais o problema em tela pode não afetar diretamente, mas ameaça sua existência enquanto cidadão e enquanto ser vivo.

A questão do Greenpeace cabe como uma luva neste exemplo: a extinção das baleias não afeta os cidadãos do ponto de vista imediato de sua propriedade, mas de um ponto de vista indireto, enquanto membro da sociedade planetária. É daí que nasceram todas as ONGs do tipo das que lutam por direitos, exatamente das que tentam transformar os direitos no eixo civilizatório central. A Betinho não afetava diretamente a fome que submete a maior parte dos oprimidos no Brasil e, especialmente, os que vivem em níveis subhumanos (o que é quase uma redundância, posto que todos os dominados vivem em condições sub-humanas). Mas o afetava enquanto cidadão brasileiro e enquanto cidadão do mundo. Os “sujeitos difusos” são a própria humanidade enquanto sujeito e portadora dos direitos. Esta é a perspectiva para dar-se uma resposta à globalização molecular-digital.

### 3. Cidadania e democracia: pode-se mensurar a utopia ?

As teorias política e sociológica clássicas são ricas na discussão da democracia e parcas no que se refere à cidadania. Salvo a contribuição francesa da época da Revolução, que insistiu no tema da cidadania, e colocou-a mesmo na declaração dos direitos do homem e do cidadão, e na política de Maquiavel, a referência ao tema da cidadania é escassa, e sua explicitação nos códigos dos Estados modernos, amplamente inexistente. A clássica declaração da Independência norte-americana, base da Constituição dos USA, utiliza muito pouco o termo “cidadão”; as constituições democráticas modernas põem o acento muito mais no indivíduo que no cidadão, como se houvesse total sinonímia entre os dois.

A teoria de Locke deriva a cidadania da propriedade privada: é quase como se a primeira fosse uma função ou atributo da segunda, e, não à toa, Locke é, na verdade, o autor clássico que está na base da versão moderna do neoliberalismo; ele é retomado por um Von Mises, um Hayek e um Friedman, que associam cidadania e liberdade com propriedade, mercado e soberania do indivíduo. As teorias modernas avançaram no sentido de crescente formalização sobre a democracia, mas, apesar da recorrente presença do tema da cidadania, de forma implícita na maior parte dos casos não há muitos avanços a registrar.

Nossa pergunta, portanto, está no próprio título deste ensaio e no subtítulo desta terceira parte. São mensuráveis, em qualquer sentido, os dois termos, os dois conceitos e as práticas sócio-políticas a eles relacionados? A primeira resposta é não, no sentido utópico: mesmo as grandes utopias, que descreveram as “cidades de Deus”, não são mensurações; elas são, antes de tudo, o negativo das situações humanas, sócio-políticas, até então experimentadas. Até Marx negou-se a descrever a sociedade socialista do futuro, exatamente por que entendia o socialismo e o comunismo como a negação, pela ultrapassagem, do capitalismo. Sua “utopia” era uma desconstrução negativa. Isto nos sugere, desde logo, um possível caminho metodológico.

Algumas teorias políticas modernas, em linhagens que provêm de Max Weber, estão se exercitando em crescente formalização do ponto de vista da democracia, no rastro da invasão quantitativa que vem da adoção de pressupostos metodológicos da

economia neoclássica e marginalista, com as quais o próprio Weber teve muito intercâmbio teórico-metodológico. A utilização da teoria dos jogos, por exemplo, tem fertilizado muitos desses experimentos. Um dos prêmios Nobel de Economia recentes, Gary Becker, chegou ao extremo de propor a mensuração do amor, em termos de custo-benefício da relação amorosa. Mais: declarou o princípio quantitativo inerente aos sentimentos, numa linha que vem desde Bentham, com sua teoria do valor-utilidade.

Nessa linha, pode-se pensar, portanto, que cidadania e democracia podem ser avaliadas quantitativa e qualitativamente; além disso, a qualidade pode ser medida. Bastaria, para tanto, atribuir, através de critérios normativos, pesos ou valores a cada componente da democracia e da cidadania, para obter-se mensurações e avaliações. A dinâmica dessas mensurações e avaliações poderia utilizar-se de procedimentos econométricos, e a teoria dos jogos poderia fornecer elementos para pensar-se o custo-benefício de cada medida, evento, perda, ganho, nas dimensões cidadãs e democráticas. O problema desse formalismo é que ele é teleológico, isto é, ele constrói previamente escalas de valores e depois mede as respostas em relação aos mesmos, com o que, de certa maneira, torna-se tautológico. Algo que não seja valorado no estatuto da cidadania e da democracia não pode ser avaliado nem medido.

Um conceito como o de poliarquia, na reclassificação de Robert Dahl, poderia prestar-se a avaliações e mensurações, valorando-se a competição política, a alternância no poder, a existência, reiteração e legitimidade das eleições em todos os níveis, e os demais elementos formais. Desde logo, percebe-se, na reclassificação dos regimes e formas de governo proposta por Dahl, o deslocamento semântico operado: poliarquia não tem mais relação direta com o governo do povo, da maioria; ele está ligado a uma concepção de pluralidade, o que não é a mesma coisa que o conceito derivado da experiência grega e da conceituação aristotélica.

T. H. Marshall construiu, nas conferências que resultaram no seu livro sobre cidadania e classe social, uma espécie de trajetória histórica da escala dos direitos: a aquisição da cidadania, que em Marshall é sinônimo de direitos civis, é fundante de todos os demais. Esse caminho pode ser sugestivo, mas seu problema, de alguma forma, é que ele é muito datado, historicamente: ele se refere, por excelência, à

experiência inglesa ou, no máximo, à experiência histórica no âmbito da Revolução Burguesa. Já no que se refere à experiência da periferia, a seqüência marshalliana pode ser alterada, como bem o mostraram Maria Célia Paoli e Wanderley Guilherme dos Santos, já citados, no caso brasileiro, onde a carteira de trabalho funciona como o primeiro elemento constitutivo de uma “cidadania regulada”. Entretanto, a sugestão histórico-teórica de Marshall é importante na medida em que ultrapassa um certo “economicismo” na teoria da cidadania.

De modo geral, a teoria política e sociológica é, com mais freqüência, pessimista que otimista em relação à democracia e à cidadania, se entendermos que a segunda está implícita na primeira, desde que não se abra mão da crítica à própria democracia. De Platão - claramente antidemocrático -, passando por Aristóteles, a Bobbio, nos nossos dias, com todos os demais clássicos e modernos pelo meio, a democracia é vista como crítica. Seja pela oportunidade para o demagogo, posição conservadora que encontra raízes mesmo em Aristóteles, passando por Marx, que a via como instrumento por excelência da dominação de classe (o que não está em contradição com a prática grega e com a crítica que lhe faz Aristóteles), até Bobbio, que reprova à democracia não ter cumprido com suas promessas no campo da igualdade e da fraternidade, embora não tenha sido inteiramente frustrante e frustrada no campo da liberdade (v. Francisco de Oliveira, “Máscara Democrática e Conteúdo Totalitário”, op.cit.).

Um Foucault radicaliza essa crítica, ao ponto de desconstruir o próprio objeto: a política, para Foucault, e as formas democráticas, não passariam de configurações do poder e de domesticação das vontades. Uma concepção radical de cidadania emerge da construção foucaultiana: cidadão é o que se põe na perspectiva anti-objetivista. Mas são os frankfurtianos os que levaram mais longe a perspectiva crítico-pessimista em relação à democracia e colocaram o acento na formação, constituição e elaboração do cidadão ativo, reflexivo, crítico, autônomo. Tal perspectiva crítica, conjugada com a perspectiva utópica, pode nos fornecer elementos para avaliações periódicas do “estado” da cidadania e da democracia, ou do processo de democratização, no Brasil. Na perspectiva utópica, considerar-se-ão as “desconstruções” cidadãs e democráticas da situação

no Brasil. Por exemplo, ao invés de tentar-se medir, mensurar, positivamente, assinalando-se eventos ou processos positivos, tentar-se-ia, pela negação, perceber como progridem ou regredem a cidadania e a democracia no Brasil.

A destituição de direitos trabalhistas seria considerada uma regressão, enquanto o julgamento da chacina do Carandiru seria considerada uma progressão; a negativa do governo brasileiro em participar do “processo Pinochet” seria considerada uma regressão, enquanto a chamada da CUT para a última maratona pelo emprego/contra o desemprego seria considerada uma progressão. Tais tipos de avaliações, em primeiro lugar, escapariam ao “individualismo metodológico” e colocariam o acento muito mais em ações de múltipla cidadania, para também não cairmos no reducionismo oposto. Além disso, para manter a perspectiva crítica da democracia, uma metodologia nessa linha buscaria escapar da tentação positivista, indo muito mais na direção da problematização e da inteligência dos processos em situações de transição, marcadas por fortes ambigüidades, como se tentou ensaiar na segunda parte deste texto.

Aqui se percebem os propósitos da primeira e da segunda parte deste ensaio: cidadania e democracia como negação da história da periferia, de que o caso brasileiro foi examinado sucintamente na primeira parte, e cidadania e democracia enquanto problemas na transição da ordem jurídico-política. Deve ser entendido que uma tal perspectiva oferece a possibilidade de avaliações apenas de forma contextualizada, isto é, reportando-se a conjunturas especiais, cuja periodicidade poderia vir a ser matéria deliberativa; não se entende aqui, portanto, exatamente embasado em discussões anteriores sobre o “estado das artes” de tendências da ciência política contemporânea, a construção de indicadores sequenciais, cujo poder heurístico perde todo sentido fora da referida contextualização; a mensuração do PIB, por exemplo, é um dos exemplos mais gritantes da excentricidade metodológica de séries longas.

Não por acaso, tenta-se, agora, através de indicadores da qualidade de vida, ultrapassar esse tipo de limitação. Embora cidadania e democracia no Brasil, como alhures, devam ser a negação do “trabalho de Sísifo”, é preciso escapar também de uma teoria da acumulação cidadã. A complexidade do desmanche obriga a reconhecer que a perspectiva da multiplicidade dos processos é mais rica.

Indo mais diretamente ao ponto, avaliações periódicas do “estado” das artes da democracia e da cidadania deveriam proceder, periodicamente, a investigações, ao modo do que o Departamento de Sociologia da Universidade do Chile realizou, sobre temas como preconceitos, discriminações, intolerância, nos principais eixos que constituem a anti-democracia e a anti-cidadania no Brasil. Vale dizer, sobre preconceitos raciais, étnicos, sexuais, de gênero, de classe, políticos, cruzando, sempre, de ângulos diversos, as apreciações. Este é um procedimento quantitativo possível e que contextualiza, posto que trabalha sobre noções, hábitos, do cotidiano. Trata-se de avaliar, nos termos de Tocqueville, a democracia e a cidadania na base social, em concreto. Um trabalho metucioso, que pode ser avaliado por análises probabilísticas, poderia saltar o próprio preconceito sobre o preconceito. Trabalho desse tipo já foi realizado tendo em vista saltar o obstáculo que sempre aparece na avaliação do aborto clandestino, pelo fato mesmo de que o próprio aborto é estigmatizado na sociedade (v. Rebeca de Souza e Silva, *O aborto clandestino*, Tese de Doutorado, Faculdade de Saúde Pública-USP, São Paulo, 1992). Pesquisas qualitativas, em aberto, poderiam funcionar como uma espécie de pesquisa psicanalítica, procurando explorar, em profundidade, o imaginário social subjetivado nos membros da sociedade. Em suma, seriam pesquisas no sentido frankfurtiano (v. Barbara Freitag, “Teoria crítica e pesquisa social: as pesquisas empíricas da Escola de Frankfurt”, in *A ousadia crítica*, op.cit.).

Por último, para estruturar as pesquisas empíricas em seu contexto, poder-se-ia organizar um banco de informações, a partir dos relatórios específicos de cada ONG, relatando, no seu campo, o que consideraram como avanços, recuos, problemas, do ponto de vista dos direitos humanos em sentido muito lato, em sentido global, mas referidos à situação brasileira. Essa é uma das traduções possíveis das perspectivas ensaiadas pelo seminário do grupo de trabalho da Plataforma, da qual saiu a proposição de realização deste texto para discussão.

## II. Intervenções dos debatedores convidados

**Gaudêncio Frigotto** - Devo dizer, inicialmente, que estou duplamente feliz em participar deste debate. Primeiramente por compartilhar de uma mesa sobre indicadores de cidadania cujo expositor é o professor Francisco de Oliveira, intelectual carinhosamente chamado de Chico, sempre agudo, instigante e inovador em suas análises no campo social, econômico e político. Em segundo lugar por participar de um evento como este organizado pelo IBASE, ONG que se tem afirmado no cenário nacional e internacional na luta pela cidadania ativa e contra todas as formas de discriminação e exclusão. A dificuldade, certamente, situa-se em debater e acrescentar algo ao que o Francisco de Oliveira nos traz em seu texto e exposição. Mas esta é a tarefa para a qual fui incumbido, e buscarei cumpri-la de forma sucinta, destacando alguns pontos e levantando algumas questões.

Parece-me muito feliz (e, ao mesmo tempo, assustadora) a lembrança da mitologia grega do *castigo de Sísifo*, que nos traz logo na abertura de sua exposição ao analisar a vida das classes populares, particularmente a classe trabalhadora, na realidade brasileira do passado e do presente. Um processo perverso da cultura e da ação política das classes dominantes brasileira em que, a cada passo de conquista das classes populares, o passo seguinte é marcado pela derrocada destas conquistas e de direitos por uma dupla violência: a que assume o capital, hoje na sua hegemonia de capital financeiro especulativo e destrutivo da produção e de empregos, e a reiterada violência que cometem essas classes dominantes do Brasil e demais países latino-americanos, através da ação do Estado. Este diagnóstico desta dupla violência torna atual, para a nossa realidade hoje, a análise que Marx fazia há um século quando situava o Estado como *o comitê da classe burguesa*. E o que se destrói hoje no capitalismo, particularmente na periferia, é a esfera pública, isto é, a esfera dos direitos universais elementares - viver dignamente, saúde, educação, transporte, habitação, emprego, lazer e cultura. Com o desmonte do pouco que o Estado tinha de público e mediante a privatização de setores estratégicos e a conseqüente perda da capacidade para fazer política econômica e social, assistimos à metamorfose da política social em filantropia e alívio à pobreza. Esta, creio, é uma idéia central que o texto e a exposição agora apresentada, nos convidam a aprofundar.

Mas a análise que nos oferece, por ser histórica e, portanto, engendrar forças sociais e sujeitos políticos contra-hegemônicos, não nos conduz à sensação de apocalipse. Tampouco nos leva à ingênua linearidade de que o capital vai se imolar. Pelo contrário, no presente, as indicações que se tem mostram que o capital está se reequilibrando, reconquistando elevadíssimas taxas de lucro através da exclusão exacerbada. No seu sentido dominante, o rumo que assume a globalização é uma vingança do capital contra os trabalhadores e uma exacerbação de uma divisão internacional do trabalho mais assimétrica que nunca.

A sua análise nos evidencia, também, que a globalização não é só negatividade. Ela também toma um movimento e possibilidades de solidariedade. Há redes nacionais e internacionais que também mostram a possibilidade da alternativa. Há movimentos sociais, organizações as mais diversas da sociedade civil, partidos de novo tipo, sindicatos etc, que buscam empurrar a globalização na construção de sociedades solidárias. No plano interno brasileiro, Francisco de Oliveira lembra-nos, por exemplo, que Fernando Henrique Cardoso elegeu-se no primeiro turno, mas com muito menos apoio que na primeira eleição.

A título de síntese do que quero realçar neste primeiro ponto em que a exposição de Francisco de Oliveira nos revela a realidade contraditória do processo social no Brasil, embora com uma avassaladora vantagem dos processos destrutivos do capital e do Estado privatizado, tomo de empréstimo a metáfora de João Pedro Stédile das *três cercas* que cerceiam o Movimento dos Sem-Terra. Num debate em Passo Fundo, RS, sobre educação popular e movimentos sociais, João Pedro dizia o seguinte: “O Movimento dos Sem-Terra, mas não só, tem três cercas: a do latifúndio, a do capital e a da ignorância. A cerca do latifúndio o MST aprendeu, disciplinada e democraticamente, a transpor e quebrar. Essa nós já temos metodologia para enfrentar. Mas existe a cerca do capital e, sobretudo, do capital financeiro, que nem o MST nem a sociedade brasileira têm força suficiente e estratégia para enfrentar. Ou seja, as forças que estão organizadas não dão conta dessa roleta russa de violência. Finalmente, uma terceira cerca é a da ignorância. Essas três cercas, juntas, tornam o Sem Terra quase um animal”. E pedia aos professores - mais de mil que o assistiam - para não romantizarem o movimento dos Sem-Terra, mesmo considerando sua importância e força na sociedade brasileira.

É um pouco disto que eu acho que está posto aqui. De sorte que o texto do Chico, em termos gramscianos,

nos traz a dialética do pessimismo da razão e o otimismo da vontade. Não há o que comemorar no fim deste século, mas sem o otimismo da vontade não há ação política, nem se vislumbram novas possibilidades e alternativas.

Dois pensadores, o historiador Eric Hobsbawm e o filósofo István Mészáros, nos trazem, ao mesmo tempo, um balanço negro deste fim de século e a necessidade de busca de alternativas. No último parágrafo do livro *A era dos extremos*, Hobsbawm nos diz mais ou menos o seguinte: “Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos o que nos trouxe até aqui e porquê. Para os que compartilham das teses deste livro, uma coisa é certa. Se a humanidade quiser ter um futuro reconhecível, não pode ser nem o prolongamento do passado ou e nem do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão”.

Em relação aos limites do capital e da sua forma, hoje predominantemente destrutiva, Mészáros, em seu livro *Para Além do Capital*, ainda não traduzido em língua portuguesa, sustenta a tese de que, na verdade, já há algum tempo o capitalismo perdeu a sua função civilizatória, enquanto organizador impiedoso e explorador do trabalho, mas criador de possibilidades de inclusão da grande maioria dos trabalhadores no mercado de trabalho. Hoje, todavia, salienta Mészáros, para prosseguir existindo, o sistema capitalista afunda-se cada vez mais no desperdício, na obsolescência planejada, na produção de armas e no desenvolvimento do complexo militar. Ao mesmo tempo o seu impulso incontrolável para a expansão já produziu efeitos catastróficos para os recursos naturais e meio ambiente. Nada disso impede o sistema de produzir trabalho supérfluo, vale dizer, desemprego em massa. Além disto, como para frisar a gravidade de sua crise atual, nos últimos 20 anos o capitalismo vem abolindo todas aquelas concessões que, sob o genérico nome de Estado de Bem-Estar Social, supostamente justificavam a sua existência.

Chegamos, pois, ao final do século XX com a possibilidade única de alcançar a utopia iluminista do ter tempo de gozo, liberdade. Mas, paradoxalmente, as estatísticas nos apresentam o horror de 1 bilhão de desempregados. A FAO nos diz que há capacidade técnica para alimentar 12 bilhões de seres humanos, no padrão europeu, e há três bilhões de seres humanos que não podem consumir o equivalente a dois dólares/dia. Essa contradição nos mostra destruição

e possibilidades. Não dá para dizer que o capitalismo é vitorioso. Ele está liquidando as conquistas do Estado de Bem-Estar Social, que foi a forma de regular o capital e dar consistência e estabilidade ao próprio capitalismo, após a Segunda Guerra Mundial, em pelo menos duas dezenas de países do capitalismo central. No capitalismo periférico, como nos lembra Eduardo Galeano, conhecemos apenas o *Estado de Mal-Estar Social*.

Dentro desse horizonte e na perspectiva de avaliar os espaços e estratégias de dilatar espaços e instrumentos para ampliação da cidadania, tem dois pontos sobre os quais gostaria que o Chico nos ajudasse a pensar. Num dos textos do livro *O surgimento do antivalor* (RJ, *Vozes*, 1998), você sustenta que, para afirmar as possibilidades da democracia efetiva, é crucial criar capacidade de controle e dilatação da esfera pública. Você salienta que este controle e manejo democrático do fundo público são o *nec plus ultra* de uma sociedade efetivamente democrática e de caráter socialista. O pensador americano Frederic Jameson, na mesma direção de tua análise, sustenta que ser socialista hoje é lutar para manter, na esfera pública, “*vida garantida*”. Ou seja: “direito à educação livre, aos cuidados da saúde, direito à comunidade e à associação, direito ao trabalho, questão nada irrelevante perante as condições endêmicas do desemprego pós-moderno, direito ao laser, cultura e aposentadoria”.

Os dados que temos, em termos de Brasil, caminham em sentido inverso. Os empresários defendem a tese de diminuição do custo Brasil, para referir-se ao excesso de impostos que pagam. Todavia, dados fornecidos por Atilo Borom numa conferência proferida na Universidade Federal Fluminense, em 1997, mostram que, de acordo com a OCDE, nos últimos 15 anos países como França, Alemanha, Itália, Suíça, Suécia, todos eles aumentaram proporcionalmente a quantia do PIB que compõe o fundo público. A França passou de 44% para 54%, e na mesma proporção a Itália. A Suécia passou de 51% para 61%. Até mesmo a Inglaterra, precursora das políticas neoliberais, manteve a mesma proporção do PIB. Mas para o Brasil, Argentina, América Latina, o movimento é inverso. No Brasil, passamos de aproximadamente 30% do PIB na composição do fundo público para 28%. O mesmo sucede com a Argentina. O que significa? Significa que aqui, mais do que nunca, a ditadura do mercado e da violência do mercado está reinando.

Um exemplo das conseqüências funestas desse desmonte pode ser percebido no campo da política oficial de educação básica hoje no Brasil. O Governo brasileiro, até por orientação do Banco Mundial, diz que tem que tomar o ensino fundamental como prioridade. Nada a discordar quanto à prioridade. Mas qual é a expressão real desta prioridade? Põe-se como meta que se gaste no mínimo de R\$ 314,00/ano. O próprio BID, num relatório (*Futuro em risco*), diz que o país que não investe 4.170,00 dólares/ano no ensino fundamental não tem futuro. Outro dado que nos revela o descalabro da escola pública me foi fornecido por um vereador do PT, que fez um levantamento no Estado do Rio Grande do Norte e relatou que aquele estado gasta em média R\$ 344,00/mês para manter um preso numa *podre cadeia pública* e gasta R\$ 344,00/ano, para manter um aluno na escola durante um ano.

Face a essas tendências, quais as forças que você vislumbra e que estratégias podem ser utilizadas para ampliar o fundo público e criar a capacidade de seu manejo e controle? Qual o papel e que ações podem implementar as ONGs que estão aqui representadas, e outras organizações democráticas, na dilatação de uma esfera pública onde os direitos se concretizem e onde cidadania tenha um *locus* que não seja a disputa violenta do mercado?

O caminho que nos aponta Tarso Genro, partindo da experiência da Prefeitura de Porto Alegre, certamente é uma pista a ser pautada: “Trata-se de compartilhar uma nova concepção de reforma de Estado, a partir de uma nova relação Estado-sociedade que abra o Estado às organizações da sociedade civil e até mesmo ao cidadão isolado, mas particularmente àquelas que estão auto organizadas pelos excluídos de todos os matizes. Admitindo a tensão política como método decisório e dissolvendo o autoritarismo do Estado tradicional sob a pressão da sociedade organizada”.

A segunda questão também tem muito que ver com a prática de muitos dos participantes deste encontro junto às classes trabalhadora. Eu estou acompanhando e participando de um grupo de pesquisa coordenado pelo economista Paul Singer, que tenta mapear no Brasil os múltiplos grupos que se organizam para, face ao desemprego estrutural, gerar estratégias de sobrevivência. Há uma ampla literatura que tenta apreender esta complexa e profundamente heterogênea realidade, com os conceitos ou noções de economia popular, economia de sobrevivência ou, mais amplamente, economia solidária. Trata-se da imensidão de excluídos do mercado formal. No Estado do Rio de Janeiro, nos últimos anos, o número

de trabalhadores com carteira assinada decresceu de aproximadamente 64% para 44%. Estes excluídos não são imbecis ambulantes, não querem morrer e lutam por sua sobrevivência. E, dentro de suas forças, conhecimentos, ilusões e esperanças, com fins imediatistas ou não, se organizam minimamente.

Numa tese que acompanhei como orientador, que será brevemente defendida na Universidade Complutense de Madrid, Lia Vargas Tiriba examina as estratégias de organização e de sobrevivência em dez grupos na cidade do Rio de Janeiro, a partir de um levantamento inicial de 80. O estudo evidencia que não há muito a festejar e nem a romantizar. Há uma precariedade enorme em todos os sentidos. Também o senso comum da ideologia dominante reina nesses âmbitos. Mas há um dado muito rico. Há indícios - pelo menos em alguns grupos que se articulam com instituições e ONGs comprometidas, em suas lutas, com cidadania e democracia - de uma nova cultura do trabalho. Há uma nova solidariedade no trabalho e, em alguns casos, na partilha dos resultados da produção. E as pessoas não querem voltar a ter hierarquia, patrão e tempos e controles rígidos.

A questão que eu traria ao Chico é como ele percebe esta malha de organizações diversas e heterogêneas que estão lutando pela sobrevivência. Isto poderia representar aquilo que Paul Singer sinaliza como uma espécie de acumulação de um socialismo primitivo? Que papel tem a educação popular na mediação da produção material destes grupos? Nesse sentido, a escola do MST está ajudando as Secretarias de Educação e movimentos de esquerda a repensarem seus métodos de como se relacionar com os excluídos. São excluídos, mas pensam, lutam e buscam, enfim, alternativas.

Para concluir: achei extraordinária a forma como o Chico introduz a utopia para tencionar os indicadores que são utilizados para avaliar a materialidade social da cidadania. Sem desprezar os dados de natureza quantitativa, traz a questão da utopia como algo que não se mensura, mas que é fundamental para pensar a cidadania e tudo aquilo que diz respeito à dilatação da qualidade da vida humana. E como a utopia nos ajuda? O Chico nos mostra que a utopia constrói sua positividade pela negação. Por nunca ser atingível, alcançável, ela tem a função de questionar o *status quo* e de instigar os seres humanos a prosseguirem na busca de condições melhores de vida e felicidade. Em termos concretos, no contexto do debate, ter utopia é não aceitar a exclusão, a miséria, o desemprego e subemprego, a desigualdade como fatalidade. É não naturalizar as relações sociais capitalistas e sua ideologia neoliberal.

Certamente Eduardo Galeano corrobora esta perspectiva fundamental da utopia na avaliação da cidadania e da ação política por seu papel de negação. Pergunta-se Galeano: “E para que serve a utopia? A utopia está no horizonte. Me aproximo dois passos, se distancia dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos mais. Por mais que eu caminhe, nunca o alcançarei. Para que serve (então) a utopia? Para isso, para caminhar.” Creio que é esse o espírito deste encontro, para o qual a exposição e o texto do Chico se constituem numa base fundamental. Obrigado.

**Sílvia Camurça** - O texto é extremamente complexo, e o tamanho da complexidade das idéias do Chico dá a dimensão da complexidade do nosso desafio. Eu dizia para o Cândido, e digo para vocês, que eu só poderia fazer isso a partir do lugar onde estou, enquanto sujeito e sujeito feminista. Adorei o texto e o caminho que o Chico nos aponta. Vou defendê-lo. A primeira coisa que me agradou muito foi a abordagem de cidadania e democracia colocadas, logo no início do texto, com a idéia da auto-nominação. Essa é uma idéia muito cara para as mulheres e para a perspectiva feminista, já que, afinal, o seu único trabalho é tentar se firmar como sujeito, enquanto pessoas, enquanto sujeito coletivo, movimento, que alguns acham que não é. Tentar se firmar enquanto teoria crítica, enquanto prática política. Então, compreender a perspectiva da cidadania a partir desse tipo de abordagem já me parece bastante adequado, e provavelmente não é o único problema do campo feminista, mas de muitos outros atores chamados “excluídos”, que tentam se afirmar se auto-nominando como sujeitos.

Na primeira parte, onde ele trata da destituição, a mim calava muito fundo esse sentimento de se estar sempre começando do zero. Não deve ser exclusivo do movimento feminista, mas os avanços e retrocessos permanentes dão a sensação de estar sempre começando do zero. Esta semana, por exemplo, no Congresso, um deputado está botando novamente em questão uma lei de 1940, que regula o aborto nos casos de estupro e risco de vida da mãe. Tenho essa sensação de estar sempre recomeçando do zero. E as bases da discussão são as mesmas de 200 anos. Por outro lado, você olha e diz: “Tem elementos novos no contra-discurso”. Mas vem essa sensação de muitas vezes estar recomeçando do zero neste permanente processo de instituição, destituição, instituição, destituição... Os mecanismos de destituição também me faziam recordar de novo a cultura patriarcal, quando o Chico fala do patrimonialismo, que Weber

já colocava como forma de governo patriarcal, parecia muito próxima à experiência da ONG da qual faço parte: os debates, as reflexões, a interpretação que ele deu desse processo de destituição.

Na parte 2, segui tendo uma identificação. A discussão e as idéias que ele organiza em torno do desmanche são uma perspectiva assustadora, porque chega ao desmanche dos sujeitos. Na assembléia da ABONG, a gente estava discutindo o desmanche das políticas públicas; aqui, o grau que esse desmanche avassalador pode alcançar. Sentimento também muito particular para o movimento feminista, porque o movimento e os sujeitos feministas resolvem se instituir como sujeitos exatamente quando começa a história de que já não tem mais sujeito. E vem aquela sensação de estar chegando atrasado. Agora que as mulheres resolveram ser sujeito, vem alguém que diz que não tem mais sujeito, não tem mais história... Mas agora a gente quer fazer história, e vai ter que ter. Essa perspectiva da ameaça aos sujeitos emerge justo no momento em que vários sujeitos, entre eles o feminista, resolvem ser sujeitos.

Por outro lado, ela é extremamente alentadora quando demonstra que o desmanche pode alcançar a razão burguesa, a propriedade. Eu me lembrava das quebradeiras de babaçu, no Maranhão. Vou dar a elas essa notícia. A proposta delas é do babaçu livre. Elas não vêem razão para o babaçu estar na propriedade de alguém e elas não poderem ter acesso. Isso não entra na racionalidade delas. E os argumentos do Chico parecem com os delas. Elas diziam: “Tá bom, a terra é dele, agora esse babaçu foi o passarinho que trouxe não sei de onde para semear. Por que o babaçu é dele?” Não tem sentido. E elas vão lá na terra e tiram o babaçu, não importa se é propriedade privada ou não. O babaçu não é! Quando eu lia o texto do Chico, pensei: vou dar a notícia a elas, que estão conectadas com uma coisa interessante. Mas é também bastante ameaçadora a possibilidade totalitarista. Entretanto, termina com o resgate dos sujeitos, e isso aí realmente me tranqüilizou.

E ele vai para a questão da medição, com a qual também a gente já vem se debatendo muitas vezes dentro do próprio campo do movimento de mulheres. Francoise Collant, que é uma filósofa feminista, discutindo uma vez sobre a incorporação de gênero nas políticas públicas, nos governos, e sobre a idéia de inclusão das mulheres ao processo de desenvolvimento, ela lembrava que a história não se faz por acumulação, se faz por reestruturação. Então, na hora que você incorpora gênero, só é possível incorporar reestruturando. Você

não acumula um elemento mais; para a mulher caber, vai ter que reestruturar a coisa. Para gênero caber na filosofia de uma ONG, vai ter que reestruturar a filosofia da ONG. Não pode anexar. E, nesse sentido, as mulheres, assim como outros atores, quando passam a se sentir sujeitos e a influenciar e construir processos de cidadania, só podem fazê-lo reestruturando a própria noção de cidadania, e não por acumulação.

Assim, realmente é impossível medir a utopia; até porque a utopia de alguns passa a ser questionada pela utopia de outros. E, para os dois tentarem construir juntos uma utopia, ela teria que ser uma terceira, pois naquela primeira não caberia o pedaço da minha. Portanto, ela está sempre sendo reconstruída, e assim, realmente, não dá para medir a utopia. Não só por ser algo inalcançável; na medida que novos sujeitos entram, e essa utopia é reestruturada, não há ponto de chegada. As mulheres não poderiam medir seu grau de cidadania tomando os homens como parâmetros, porque poderia ter elementos novos da cidadania que não estavam considerados e precisariam ser construídos. Tem a famosa piada que diz: “Tá bom. Um dia as mulheres vão ser campeãs de bilhar”. E daí?

Existe a velha discussão das cotas. Quer dizer, a nossa cidadania é estar em 50% em todos os lugares que os homens estão? Mas são esses os lugares que nós queremos? Uma feminista italiana diz que a política de cotas é uma solução cômoda para homens inseguros, já que não bota em dúvida o campo da cidadania já estabelecido, e para mulheres que não se fazem perguntas. Ela é bem ousada; acha que tem que pensar com outra lógica. E aí vem a idéia, que eu compreendi assim, de que, se há algo a ser mensurado e avaliado, é a própria ação desses sujeitos. Os significados que estão construindo nesse processo de cidadania e o significado da atuação na esfera pública, já transformada por sua própria ação. Sempre de forma contextualizada. Eu consegui captar essas três vertentes como a bitola do trilho por onde a gente vai caminhar na tentativa de construir algum tipo de mensuração de nossa prática. E fiquei muito satisfeita porque recoloca a centralidade dos sujeitos, entre eles as ONGs. Recoloca a dimensão dos processos não só da cidadania frente ao Estado, mas da cidadania entre cidadãos, as relações de um cidadão com o outro, os preconceitos e tal. E me parece que seria o caminho realmente mais adequado, considerando as inquietações que a gente também tem, que eu demonstrei aqui para vocês, e que casam com o que está aqui colocado. Isso não quer dizer que está solucionado.

Eu acho que tem uns desafios enormes. Eu separei dois: um deles é a questão dos direitos e dos direitos

renovados, o que é sempre uma tensão na prática do trabalho. Tudo bem: defesa do direito à educação. Em nome de uma reestruturação do sistema educacional, a gente não pode abrir mão de avaliar o grau de exclusão e de possibilidades de acesso das pessoas aos serviços educacionais. Mas, por outro lado, não podemos nos fixar nisso. Eu lembrava de uma pesquisa do Centro Luís Freire, muito curiosa. Pesquisa entre pais e alunos de escolas públicas nos bairros mais pobres do Recife, em cima da proposta de inserir na grade curricular matérias de formação profissional. O que mais surpreendia é que essas pessoas reivindicavam cursos de teatro, música, pintura. Detestavam os cursos de fabricação de vassouras e de informática. Claro que era polêmico: alguns pais defendiam uma coisa; outros, defendiam outra... Esse tipo de discussão se repete, por exemplo, na área de saúde. Não dá para brigar por mais acesso sem estar reestruturando ao mesmo tempo. Em termos de mensuração, é um desafio bastante complexo para a gente equacionar quando, em algum momento, que não vai ser este, a gente for fechar para operacionalizar algumas referências.

A outra questão é do campo da opinião pública, da consciência social e da relação dos cidadãos. Não em relação ao Estado, mas dos cidadãos entre si, que foi mencionado pelo exemplo do estudo feito no Chile, e que é algo difuso, difícil da gente pegar. E algumas das nossas ONGs - tenho a impressão que praticamente todas - se confrontam com isso. Desde quem faz agroecologia, a quem faz movimento homossexual, a quem defende direitos étnicos, há uma dimensão de alteração na concepção de cidadania dos sujeitos sociais que nos interessa alcançar, reconstruir, modificar. E que é de difícil mensuração. Talvez, o caminho adotado pelo Chile possa nos dar algumas pistas, mas é um desafio imenso. Como avaliar como estão hoje o estado de preconceitos, a visão de exclusão, a cultura da própria pobreza e da exclusão entre os cidadãos, inclusive nós e os outros com quem trabalhamos, e não apenas a elite dominante. Isso é bastante desafiador.

Eu tenho certeza que esta é uma questão que inquieta todos nós, porque todo mundo tem alguma dimensão na área de mudança de mentalidade e construção de novos valores, seja na agricultura, no estilo de consumo, nas relações sexuais, na maneira de estruturar famílias. Há campos em disputa nessa idéia de direito ao outro, à diferença, ao cuidado com o meio ambiente, valores que nos interessam. Isso é difícil de mensurar; inclusive até onde a ação desses sujeitos está contribuindo para essa operação. Acho que são esses os dois grandes desafios. Me pareceu uma trilha bastante adequada para a nossa identidade, o nosso caráter de organização. Obrigada.

### III. Abertura dos debates à plenária

**Ana Toni** - Só para entender um pouco o contexto, antes de entrar no debate. Eu não estou nesse processo desde que começou, então, de repente, isso pode ser repetitivo para as outras pessoas. Essa idéia de discutir indicadores de cidadania e democracia, como a gente conversou um pouco hoje de manhã, é para quem? É discutir indicadores relacionados às agências, às ONGs, elas mesmas, ou para o público beneficiário com quem a gente trabalha? Qual é o objetivo da construção desses indicadores? Porque sem saber exatamente para quem a gente está discutindo...

Tem uma diferença brutal na linguagem, na coisa prática do nosso trabalho. Para mim, o que seria muito interessante de discutir é indicadores que levem à melhora do nosso trabalho e que realmente sejam úteis para as pessoas com quem a gente trabalha. Não um exercício intelectual apenas, entre nós, interessante, mas que não ajuda no dia a dia do trabalho. Se alguém da mesa pudesse contar um pouco dessa história... Porque tem uma grande diferença entre os indicadores cumulativos que foram citados e os da reestruturação. Estou sugerindo que a gente deveria, nesses dois dias, focalizar a reestruturação, porque eu não acho que seja uma coisa cumulativa. Não sei se há uma demanda de que sejam indicadores cumulativos, relatórios, não... Se for isso, logicamente, acho que muda um pouco o sentido...

**Cândido Grzybowski** - O objetivo de nosso trabalho é desenvolver propostas ajustando os indicadores sobre: a) processo de constituição de cidadania ativa e democratização e enfrentamento da exclusão; e b) as condições e formas sócio- políticas educativas das ONGs cujo objetivo é animar e fortalecer tais processos. Então, essa é uma falsa questão para mim. Ela não é nem para ONG, nem só para nós. Este é o primeiro seminário grande que o GT-Indicadores está propondo. Os objetivos são esses da proposta. O que eu entendo é que há várias formas de se chegar à discussão de indicadores. Uma delas é que avaliar a nossa ação interessa, porque nós queremos saber para onde estamos indo e se estamos fazendo bem o que queremos fazer. Isso interessa também a vários tipos de parceiros. Mas realmente não dá para dizer se é para responder a agências. É também para responder a inquietações nossas. Acho que esse é o rumo

principal. Pode haver discordâncias. Mas acho que o espírito da consultoria convocada pelo GT vai nessa direção.

Este é um debate que congrega, e eu estou achando que nós estamos, perigosamente, nos desmanches, que o Chico fala, caminhando para equalização por baixo. Tudo é ONG, tudo o que não é estatal... Nesse sentido, constituir um pensamento que mostre que nós estamos nessa briga, que esse é nosso mandato, nossa missão, passa a ser extremamente importante, nessa conjuntura.

**[Outras intervenções não puderam ser registradas em consequência da distância entre os oradores e o microfone]**

## IV. Relatório dos Grupos

### GRUPO 1

Integrantes: Hermes G. Monteiro, Jean Charles Catalan, Laura V. Barbosa, Francisco Mesquita, Regina Rocha, Ricardo Wilson-Grau, Silvia Camurça (relatora)

#### 1. Sobre o documento:

- no geral, considerado complexo e difícil
- dúvidas e lacunas apontadas:
  - conceitos: *sujeito difuso e poliarquia*. O não conhecimento sobre eles limitou melhor compreensão de algumas idéias
  - parte 2: desmanche pensado em termos da sociedades centrais mas pouco trabalhado tomando a periferia como objeto

#### 2. Para o prosseguimento - conteúdos a aprofundar:

- democracia e cidadania: parece haver diversidade grande; identificá-las seria uma exigência para o seguimento do diálogo

#### 3. Elementos para uma proposta de trabalho - significados atribuídos à tarefa:

- construir um marco (referencial teórico-político-metodológico?) de acompanhamento/avaliação/articulação) de um campo de ONGs frente a outros campos
- deste marco decorrerão blocos de indicadores variados, considerando dimensões macro, natureza de intervenções, contextos de intervenção, por exemplo
- importante considerar a historicidade dos indicadores e sua contextualização
- importante considerar indicadores da ação dos outros sujeitos (*os do "outro lado"*)

#### 4. Limites/desafios:

- trabalhar sobre indicadores, com esta proposta, exigiria das ONGs uma prática de sistematização/elaboração sobre o que se faz e a prática de planejar estrategicamente a atuação. Parece que isto não ocorre de forma generalizada, o que é um limite à qualificação do debate e, ao mesmo tempo, um desafio a superar no processo.

### GRUPO 2

Integrantes: Áurea Maria de Alencar, Cláudia P. Cecon, Laura V. Barbosa, Magnólia Azevedo Said (relatora), Mauro de Melo Leonel, Paulo Roberto Magalhães, Tania Pacheco

#### 1. Dificuldades e aspectos que merecem maior discussão:

- Dificuldade do grupo em fazer a discussão porque a maioria não leu o texto antes
- Talvez um caminho fosse traçar uma linha de trabalho operacional a partir de temas específicos, para construir indicadores
- Necessidade de reforçar a identidade de cada entidade para definir um campo: quem somos nós?
- Pensar em indicadores que apontem para uma influência na políticas públicas; indicadores macros e de ações locais
- Definir melhor de qual democracia estamos falando, para desmascarar o chamado "Estado Democrático".

#### 2. Como desenvolver a proposta?

- Aprofundar a discussão sobre sujeitos coletivos, fazendo um paralelo com a cidadania
- Vincular o conceito de equidade ao conceito de cidadania, posto que equidade leva em conta as diferenças, impedindo que elas se traduzam em manifestações de exclusão social

- Aprofundar a categoria dos oprimidos, considerando a diversidade, a pluralidade, as diferenças
- Aprofundar a relação Estado e Sociedade Civil.

## GRUPO 3

Integrantes: Ana Toni, Érica Rodrigues (relatora); Hamilton Farias, Maria Angela V. de Oliveira, Núbia Gonçalves

### 1. Qual o nosso interesse em discutir indicadores?

- Motivados ao debate por pressão externa (agências de cooperação/financiadoras, que cobram eficácia/eficiência e efetividade) e, posteriormente, por achar relevante que os indicadores levem à redefinição das atividades desenvolvidas pelas ONGs e seus campos de atuação, num estímulo para repensar as instituições em si mesmas
- Indicadores sociais e culturais - valores e pertencimento
- Discussão pertinente - mostrar qualidade das intervenções públicas e captar realidades
- Discussão atual volta-se para indicadores de ação - definição conjuntural do que ocorre na sociedade e como/o que é necessário medir para refletir e atuar em políticas públicas
- Devolver para as agências a discussão, mas de forma mais qualificada e não quantificada
- Diferenciar os indicadores por atividades, campo de atuação de cada ONG, e indicadores que possam definir melhor a atuação
- Action Aid → discussão antiga e interna na elaboração e implementação dos indicadores de acompanhamento da própria instituição, mas que caminhou para a conclusão de que não há um ou um conjunto de indicadores e sim maneiras de se chegar a uma metodologia de atuação e avaliação/medidas de impacto/população alvo. É um instrumento que faz parte do processo de reestruturação

- Rebatendo a cobrança da mensuração com argumentação → metodologia para avaliar habilidades e instrumentos de ação
- Visão de que indicadores devem ter aspectos qualitativos e quantitativos; aspectos voltados para a visão externa (sociedade/conjuntura) e interna (atuação).

### 2. Dificuldades e aspectos que merecem maior discussão:

- Rapidez com que ocorrem as mudanças
- Diversidade de público
- Formas de atuação a nível micro e macro
- Definição de qual é o nosso campo de luta
- Ouvir os excluídos - nosso público alvo. Somos/estamos incluídos em um processo e devemos estar atentos para que a atuação (debate sobre indicadores) ocorra com base no campo dos excluídos
- Indicadores apontam para uma crença de que são instrumento de controle, voltam-se para o passado e não apontam para o futuro
- Utopia:
- ousar - ter auto-estima, não desanimar com os erros e não reduzir os sonhos
- mundo - paralisados por uma visão mais pragmática
- observar para que os sonhos não estejam longe da realidade
- linguagem - senso comum ONG x público/excluídos

### 3. Como desenvolver a proposta?

- Complexidade em entender o Brasil, utilizar outros argumentos, ampliar as diferenças e introduzir outros atores: psicólogos, artistas...
- Que cada organização desenhe seus próprios indicadores, implementando-os, e abra espaço para avaliar, a partir de suas experiências, se estes indicadores refletem o que é necessário, como ocorreu a metodologia e quais os pontos comuns entre as ONGs

- Montar rede para articular e discutir as atuações e reflexões sobre indicadores → “Rede Indicadores”
- As agências de cooperação também devem reavaliar seus indicadores e como eles refletem sua atuação
- Inclusão dos excluídos no processo de avaliação dos indicadores → público alvo ser participante no processo de definição dos indicadores e de avaliação
- Fazer um exercício de implementar na prática, por projeto, alguns indicadores.

## GRUPO 4

Integrantes: Cândido Grzybowski, Cláudio Rocha, Guacira C. Oliveira (relatora), Leandro Valarelli, Paula Campos Vieira

### 1. Dificuldades e aspectos que merecem maior discussão?

- O grupo entendeu que há algumas definições básicas para o desenvolvimento da tarefa a que nos propomos, tais como: a nossa própria identidade enquanto ONGs e o conceito de cidadania com o qual estamos trabalhando
- Um problema considerado foi a falta de referência política e teórica das ONGs
- Havia uma inquietação quanto à dimensão da tarefa que nos colocamos e as nossas possibilidades de realizá-la
- Ativismo excessivo de algumas ONGs foi percebido como um obstáculo que não lhes permite analisar com a necessária acuidade a conjuntura política e, às vezes, até a sua própria prática
- Com relação aos indicadores a serem elaborados, o grupo entendeu que deveriam ser ferramentas de avaliação do nosso trabalho, uma espécie de ponto de chegada, capaz de revelar em que direção deve apontar a nossa ação
- Também se viu a necessidade de que estes indicadores revelem os processos de construção

e constituição da cidadania e os seus resultados e impactos no cenário político, bem como a construção de espaços de interlocução/conflito na esfera pública

- O grupo entende que é necessário aprofundar a discussão sobre:
  - territorialidade, nacionalidade e cidadania no contexto de globalização, buscando respostas sobre como ficam a questão nacional e a questão estatal
  - cidadania e direitos humanos na nova universalização
  - sociedade molecular-digital, em especial no que se refere à construção de sujeitos políticos coletivos
  - como se dá e quais são as possibilidades do processo de reconstrução ou reestruturação no contexto de desmanche
  - se o desmanche ocorre no sentido do global para o local, existe um processo inverso de reestruturação do local para o global; como ele se dá?
  - apropriação da autonominação da cidadania
  - mapear os campos em disputa
  - definir o que é sujeito difuso

### 2. Propostas:

- O grupo reconhece que, em relação à tarefa que nos propomos realizar, existem muitas especificidades entre nós, mas também existe uma área comum. Neste sentido, sugere que essa área comum seja trabalhada coletivamente
- O grupo também discutiu uma preocupação com relação a esta proposta, na medida em que entende que, para realizar coletivamente a análise de conjuntura necessária e a formulação de indicadores comuns, é necessário fazê-lo através de uma ação eminentemente política.

## GRUPO 5

Integrantes: Adolfo Lopez Mejia, Antônio José Castelo Branco, Cristina Simião, Francisco de Oliveira, Josué Júnior, Michael Kleinekadofer, Vânia Nascimento, Vera Vieira (relatora)

## 1. Dificuldades e aspectos que merecem maior discussão:

- Os pobres são territorializados, mas a pobreza não é mais. A resposta à pobreza ficou globalizada
- Definição de em qual comunidade política somos legitimados como cidadãos (questão da territorialidade, nacionalidade e cidadania)
- Qual seria a base de nossa utopia, levando em conta a diversidade do conceito de cidadania? Há perplexidade, pois o desmanche é visível, e a reestruturação não o é
- Os indicadores clássicos são numéricos e, portanto, individualistas. Exemplo: quantos negros foram beneficiados, quantas cestas básicas foram distribuídas etc
- Dificuldade da/o cidadã/o no controle do fundo público e na influência de políticas públicas

## 2. Como desenvolver a proposta?

- Aprofundando de que maneira poderemos instrumentalizar para visibilizar processos. A constatação é a de que já utilizamos os indicadores em nossa prática, mas não temos consciência enquanto modelo metodológico
- Autonomear um novo processo de cidadania (é preciso construir autonomia e identidade)
- Verificar em que medida é possível analisar quais os indicadores já utilizados, a partir dos relatórios, publicações e encaminhamentos metodológicos já existentes nas ONGs
- Desenvolver a proposta com leitura histórica, não meramente linear.

**Cândido Grzybowski** - Eu acho que os relatórios foram bastante sintéticos, como era de se esperar. Acho que para que a gente possa, amanhã, retomar as discussões em grupos, é necessário que haja um maior debate das propostas que foram colocadas dessa forma tão sintética. Pelo menos daquelas propostas que não são comuns a todos os grupos. Se todo mundo quer discutir cidadania, se todo mundo quer

discutir qual a nossa identidade, acha que essa é uma pauta necessária à realização da tarefa que a gente está se colocando, esses pontos não precisam ser tão discutidos aqui. Parece que estão claros para todos. Mas em relação a como conduzir esta tarefa, existem muitas propostas diferentes. Acho que é uma oportunidade, pelo menos como a gente fez de manhã, de dar alguns minutos para um debate dessas propostas, agora que elas já têm um contraponto, para que a gente possa amanhã estar mais preparado para a discussão. Assim, a gente está vai amadurecendo e se aproximando da coisa.

A pretensão era de terminar hoje às 18 horas. Foi feita uma verbalização das questões que nos preocupam, e algumas batem e outras estão mais dispersas. Agora há justamente essa oportunidade de ler o texto da Tânia e retomar o texto do Chico a partir das questões levantadas pelos grupos. Foi uma primeira abordagem dentro da temática, que já deixou claro que a questão dos indicadores é mais complexa do que muitas vezes é apresentada e traz implicações múltiplas, que precisam ser ponderadas e que não serão resolvidas em um seminário como este. Mas que poderão servir de referenciais para o futuro encaminhamento de abordagens e aprofundamentos mais específicos. Era essa a intenção do dia.

## Segundo dia: 10.12.99

### Desenvolvimento dos Trabalhos

#### Manhã:

- I – Esclarecimento sobre os objetivos do Seminário
- II – Apresentação do texto de Tania Pacheco
- III – Intervenção dos debatedores convidados
  - Regina Novaes
  - Regina Rocha
  - Ana Toni
- IV – Abertura dos debates à plenária

#### Tarde:

- V – Trabalho em grupos
- VI – Apresentação dos relatórios dos grupos à plenária

## I. Esclarecimento sobre os objetivos do seminário

**Tania Pacheco** – De algumas das intervenções de ontem (principalmente a da Ana Toni) e de algumas conversas do final da noite, me ficou a impressão de que seria importante clarificar um pouco mais os objetivos desta nossa reunião. Acho que vale dedicarmos um tempinho a isso, antes da apresentação do texto de hoje.

A idéia que me foi proposta pelo Cândido, no final do primeiro semestre e em nome do GT criado na reunião da NOVIB, foi no sentido de participar da construção de indicadores que servissem para fundamentar uma discussão e para proceder a uma verificação de como estava sendo feito o combate à fome, à miséria e à exclusão social, pelas ONGs, principalmente, levando em consideração o combate às condições estruturais que davam origem a esses problemas. Nesse caso, tudo passaria pela democracia, pela democratização das condições de vida. E deveria ter então, como estratégia e tática, a questão da cidadania.

Dessa primeira conversa, da qual inclusive o Professor Francisco de Oliveira não pôde participar porque estava viajando, saiu uma incumbência que me foi dada de garimpar o que existia em relação a indicadores passíveis de serem usados. Dessa garimpagem, o que se viu foi, de fato, a inexistência de um material substancial sobre o tipo de indicadores que se estava procurando montar.

O nosso desafio era e é, exatamente, o de pensar indicadores que não se limitem a avaliar quantas casas foram construídas, quantos tijolos foram fabricados, quantos meninos foram para a escola, quantas virgens casaram, enfim... quantos filhos geraram. O que necessitamos, é um tipo de indicador que nos dê a capacidade de medir processo, qualidade. E mais: um tipo de processo extremamente difícil de ser mensurado porque, como o Chico, ontem, procurou nos dizer, é um processo que o tempo todo se coloca novos desafios; que cada vez que você atinge um patamar, ele próprio se coloca num novo patamar.

Dessa garimpada sobrou muito pouco; sobrou, acima de tudo, uma perplexidade generalizada. Sobraram documentos, por exemplo, como o dos canadenses, que dizem que é fundamental que isso exista, mas confessam a sua dificuldade em fazer com que isso

aconteça. Sobrou um material que eu acho o mais interessante, que é o material da Fundação Idéias, que o Chico mencionou ontem. É um trabalho extremamente interessante, mas também limitado. E acabamos chegando à conclusão de que, na verdade, o problema era bem mais grave. A gente não só teria que assumir o desafio de verificar se isso seria ou não factível, mas, mais do que isso, teria inclusive que montar uma metodologia que permitisse tornar isso factível.

Houve uma primeira reunião desse GT, em setembro, da qual Chico já participou, e nessa reunião tudo isso foi discutido. Desse material garimpado, as coisas mais pertinentes haviam sido postas à disposição das pessoas do GT e de alguns convidados, também presentes na ocasião. Ao final dessa reunião, se definiu que o próximo passo seria o seguinte: o Chico, de um lado, iria trabalhar na organização de um marco teórico-metodológico que envolvesse, antes de mais nada, uma bela análise de conjuntura, que seria então o fundamento número um para o prosseguimento dos trabalhos. E eu fiquei incumbida de duas tarefas. A primeira seria, tendo por base todas as discussões feitas na ocasião, quando as pessoas realmente jogaram para fora suas inquietações, suas práticas, suas dificuldades, seus limites, pegar todo esse material e procurar sistematizá-lo de uma forma tal que começasse a apontar para alguns caminhos de intervenção. A segunda seria, uma vez esse material trabalhado, das inquietações traduzidas, da problemática levantada, esboçar um olhar inicial, a partir do qual pudéssemos dar mais um passo no desafio de encaminhar a construção desses indicadores.

A estratégia aprovada nessa reunião do GT envolvia, finalmente, a realização deste seminário ampliado, no qual esses dois documentos seriam submetidos a vocês, para que vocês nos indicassem: é por aí ou não é? Este caminho está correto? Se estiver, o que mais pode ser feito? Como se desdobrar? Caso contrário, como fazermos?

*O que precisamente estamos fazendo aqui?* Ontem, essa pergunta pairava em certos grupos, gerando uma certa angústia. Gente dizia: “mas espera aí... eu preciso de indicadores para medir, para monitorar, para avaliar a ação da minha entidade. E a minha entidade é rural, minha problemática não é urbana, meu indicador tem que ser diferente do urbano...”. Ou coisas assemelhadas. Sem dúvida nenhuma, são problemas

importantes, inquietações, dificuldades e são limites, às vezes, na realidade de muitas ONGs, que não devem, em absoluto, ser considerados menos ou mais importantes que aqueles enfrentados por outras.

Mas o que está nos movendo aqui não é isso. Não é a problemática individualizada do monitoramento direto de uma determinada ação pontual. O que está nos movendo aqui, de fato, é um projeto extremamente ambicioso, extremamente ousado, como foi dito ontem na intervenção de Chico, que é perguntar a todos nós como é que, respeitadas as problemáticas individuais de cada um de nós, de cada uma de nossas entidades, podemos construir uma agenda comum que responda ao desafio que temos em relação a este País. E eu ousei até, ainda à luz da fala do Chico, da problemática lançada pelo Chico, ousei dizer que é uma coisa que vai além das nossas fronteiras. Algo que na realidade transcende até mesmo o nosso umbigo nacional.

Acho que é por aí que a nossa conversa se situa. Respeitados os nossos problemas individuais, institucionais, como podemos todos nos juntar para

transformar a realidade de forma tal que, seja no Acre, seja onde for, seres humanos sejam mais respeitados, seres humanos melhorem, seres humanos sejam tratados, pelo menos, como seres humanos? É isso que estamos buscando aqui. É para isso que os indicadores têm que ser gerados. E nós estamos partindo do pressuposto de que esse é um desafio nosso. Essa era a questão inicial que eu gostaria de explicitar, antes de entrar no documento.

Quanto ao texto, em si, eu o dividi propositalmente em dois momentos. No segundo, faço uma síntese, a partir da organização das discussões da reunião de setembro. E a minha sugestão é que esse seja o objeto das nossas discussões e trabalhos em grupos, à tarde. Na primeira parte, busquei inventariar para vocês qual foi o meu enfoque, o meu viés, a partir de que luz, enfim, na minha opinião, deve-se olhar esse desafio de construção de indicadores que a gente está procurando fazer. Como foi avisado, algumas idéias e conceitos por mim aqui trabalhados estão mais claramente expostos no outro texto distribuído a vocês, publicado na revista *Democracia Viva*: “Cultura, água doce que constrói o caminho das ondas” (*anexo 1*).

## II. Apresentação do texto de Tania Pacheco

### Sociedade civil e democracia: e, no entanto, se movem... (proposta para um debate)

Tania Pacheco

#### Introdução

O ponto de partida para o texto que vou agora apresentar foi um *workshop* realizado pelo IBASE em setembro, do qual participamos, além dos integrantes do GT Indicadores e de alguns convidados especiais, Francisco de Oliveira e eu.

O objetivo do encontro era definir, em conjunto, uma estratégia para o desdobramento dos trabalhos do GT. Paralelamente, procurou-se estabelecer, a partir do cotidiano de ações das próprias ONGs, temas e questões relevantes para a construção da cidadania e da democracia, que servissem de base para a formulação de possíveis indicadores.

O presente texto é, pois, uma proposta de debate dividida em duas partes: na primeira, procuro oferecer uma contribuição mais pessoal à discussão. Na segunda, apresento a síntese por mim organizada a partir das dezenas de questões levantadas em setembro, de forma objetiva e itemizada, com o intuito de facilitar a análise crítica.

#### Ponto 1: “Primeiro vem a barriga. Depois vem a moral.”

Meu primeiro contato com o mundo das ONGs aconteceu há uns 15, 20 anos. Numa reunião informal, alguém defendia apaixonadamente, como estratégico para a solução dos problemas estruturais de nosso país, um lema que todos conhecemos, oriundo dos movimentos católicos de base: “em lugar de dar o peixe, deve-se ensinar a pescar”. De início, a proposta me pareceu de uma correção à prova de qualquer argumento. Num segundo momento, porém, eis-que um daqueles diabinhos criados pelo Míno Carta para a *Veja* da década de 70 surgiu do

nada, se empozeirou no meu ombro esquerdo e, com o rápido estalar de dedos que sempre acompanhava seu mais sardônico sorriso, começou a projetar na parede, em *tequicolor* e som estéreo, uma imagem insidiosa.

Primeiro, um imenso rio, de águas límpidas e despoluídas, nas quais peixes pulavam, alegres. Nas margens, em contraste grotesco, multidões de homens, mulheres e crianças, esqueléticas, moribundas, costas voltadas para as águas, olhando desesperançadas para um pequeno monte. Para lá o diabinho dirigiu em seguida a sua câmera. No monte, cercados de pilhas de bambus, enrolados em fios de nylon e enredados em caixas e mais caixas de anzóis de tamanhos variados, podia-se ver um bando catatônico de intelectuais, perplexos ante o desafio teórico-metodológico de como construir o canço para dar início ao ensino da pesca.

Não foi sem motivos que optei por iniciar a nossa discussão de hoje com uma imagem provocativa. Se quisesse manter o tom de deboche inconseqüente, poderia continuar dizendo que, ao longo dos últimos 20 anos, algumas coisas mudaram nesse quadro: o rio agora está inteiramente poluído; os peixes rarearam, e algumas espécies desapareceram, até; a areia das margens sumiu, provavelmente levada para a construção imobiliária. No que diz respeito aos intelectuais, verdade que muitos tiveram papéis fundamentais nas ondas cívicas que contribuíram para redesenhar de alguma forma o nosso país, ultimamente. Mas outros, bem ao contrário, saíram da catatonia pela direita, renegando um compromisso meramente conjuntural com as multidões e revelando, assim, sua verdadeira face e interesses. Quanto às demais personagens... Mas é hora de abandonar a brincadeira, pois o assunto continua a ser sério. E vergonhoso!

Mencionei brevemente, no parágrafo anterior, as ondas cívicas das últimas décadas. A verdade é que, após o fim da ditadura militar, elas vieram e partiram, cíclicas, de uma fortaleza crescente, mas, lamentavelmente, temporária, ondas que eram. Foi assim que conquistamos a anistia; lutamos pelas eleições diretas; expulsamos do poder, legalmente, o primeiro presidente eleito pelo voto direto após quase 30 anos; fomos às ruas pela ética na política; e, finalmente, construímos o que alguns consideram uma das maiores mobilizações cívicas do planeta - a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

Gradativamente, mês após mês e de uma forma que parecia indicar ter ela vindo para ficar, não mais uma onda, mas um rio tornado perene, a chamada Campanha contra a Fome teve o poder de sacudir a sociedade civil, expulsando a indiferença e envolvendo organizações as mais diversas, igrejas, instituições, empresas, partidos, instâncias públicas e privadas, políticos, artistas, intelectuais, cidadãos comuns e anônimos, numa rede de indignação e de solidariedade. O ponto central era o combate à miséria, mas, pouco a pouco, a mobilização se voltaria para o questionamento de outras formas de exclusão. Assim seriam dados os primeiros passos para a valorização da diversidade; para a importância da pluralidade; para a compreensão da construção da cidadania como estratégia maior para a inclusão de todos os marginalizados.

Parodiando Roberto Schwarz, os dois, três anos datados pelo processo de expulsão de Fernando I, o Collor de Mello, e seus desdobramentos na Ação da Cidadania, já no governo Itamar Franco, levavam-nos a crer que *o país estava irreconhecivelmente inteligente*, mais justo, mais digno, mais cioso do seu semelhante, de suas responsabilidades, mais ético, enfim. Mas lá se foram Itamar e seu topete, legando-nos o Plano Real e um ministro candidato. E, gradativamente, a neblina foi baixando.

Hoje, após quatro anos de um governo presidido por um acadêmico de renome internacional, que iniciou sua vida pública na esquerda, o que vemos no jornais, em meio a notícias de escutas telefônicas, documentos fraudados e um novo ajuste/empréstimo do FMI, são as últimas estatísticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento sobre Progresso Econômico e Social. Nele, a América Latina tem a “pior distribuição de renda do planeta” (JB, 16.11.98, p.17). Quanto a nós, brasileiros, cabemos posição *honrosa* no continente: dividimos com a Guatemala o primeiro lugar em desigualdade. Aos 10% mais pobres da população, cabem 0,8% da renda *per capita*; os 10% mais ricos, em contrapartida, devoram 47% do “bolo”.

O relatório aponta as grandes transformações sofridas pela economia da região, na década de 90, mencionando “o fim da inflação, o aumento da produtividade e a abertura dos mercados financeiros”. E conclui: “Todas essas mudanças criaram grandes redistribuições de riqueza e renda, mas a concentração praticamente não mudou.” No nosso caso, especificamente, piorou. E não há dúvida de que não melhorará (muito ao contrário) nos próximos anos.

Chegamos às eleições de outubro passado em meio a uma crise econômica sem precedentes: a mídia acompanhando quase que hora a hora o movimento das reservas nacionais descendo esgoto abaixo, ministros anunciando despudoradamente um novo pacote para ‘após o segundo turno’, o FMI “fazendo doce” ante os apelos por um novo empréstimo a juros exorbitantes. Tudo apontando claramente para um novo arrocho, para um “ajuste” que garanta uma vitória sobre a Guatemala no informe do BID para 1999.

Nesse quadro, contudo, reelegemos Fernando II, o Henrique Cardoso, e entregamos a maioria dos governos estaduais e do Congresso ao PSDB e ao PFL. A crise alimentada pela política econômica desenvolvida ao longo dos últimos quatro anos acabou por ser um dos motivos alegados pela mídia e aceito por parte do eleitorado para a necessidade de conduzirmos nosso “déspota esclarecido com o pé na cozinha” a um novo mandato.

24 horas após a divulgação do relatório do BID e no mesmo JB, a coluna de Luís Fernando Veríssimo comentava a indignação do Presidente da República ante os jornalistas, na antevéspera. A priori recusando-se a ouvir qualquer questionamento sobre a suposta existência de uma conta bancária no exterior, FHC repetia a frase ameaçadora: “Não ousem perguntar!”.

Veríssimo (talvez o mais arguto e radical dos nossos colunistas políticos, atualmente) lembrava que o mesmo intelectual tão cioso na defesa de seu passado de honra, ética e coerência, não tinha qualquer pudor ao apresentar à Nação os cortes no orçamento da saúde e da educação. E (Veríssimo) ia além, ao comentar: “Uma revelação convincente de conta clandestina no Caribe talvez custasse a reeleição ao presidente, mas o dinheiro sonogado ... da área social não custou, o que só nos leva a filosofar sobre os mistérios da indignação seletiva e da escala moral vigente.”

“Indignação seletiva e ... escala moral vigente”. Afinal, o que aconteceu com o que parecia ser a grande revolução da cidadania? Para onde foi a indignação ética que parecia ter tomado conta do País? O que aconteceu com a aparente urgência de mudar, de transformar, de expulsar os corruptos, de garantir empregos, de exigir para cada brasileiro um mínimo de respeito cidadão – a casa, a escola, a saúde, o alimento, o trabalho?

*Ethos* cultural e “pensamento único”. Se a força é sempre limitada, a arma maior, que está sendo posta

em xeque continuamente, é a concepção de mundo dominante na sociedade. Nossos valores éticos, a consciência que temos dos direitos e deveres da cidadania, as utopias coletivas que construímos. Na realidade à nossa volta, o que nos mobiliza, nos emociona, nos revolta, nos comove, nos impela a agir, enfim. Estamos falando de Cultura. Ou melhor: da cultura dominante numa determinada conjuntura, produzida a partir de dadas circunstâncias e a partir delas também disseminada. Esta é a nossa questão central.

Afinal, até que ponto podemos imputar exclusivamente a FHC a responsabilidade pela síndrome de individualismo excludente que atualmente nos assola? Ou pelos bolsões de miséria, pelos cortes na saúde, pelo apoio aos banqueiros, pelo desrespeito aos velhos e aos trabalhadores, pelas tentativas de liquidação dos movimentos sindicais?

Aqui estamos enquanto integrantes de uma sociedade civil em permanente construção, enquanto membros de ONGs nacionais e internacionais, enquanto intelectuais e cidadãos, unidos no desejo de agir contra um quadro que consideramos inaceitável, contra um estado de coisas que nos revolta, nos desafia: o da fome, da miséria, da exclusão social. Uma realidade que nos leva a querer mudar, romper, transformar, transgredir, até. Mas que, apesar de sentindo a urgência da ação, muitas vezes também faz com que fiquemos como que paralisados, sem saber bem como intervir.

É claro que, ante a fome e voltando à imagem com a qual iniciei esta proposta de polêmica, podemos sempre sair distribuindo peixes. Às vezes, a situação é tão calamitosa - como a Ação da Cidadania provou -, que essa é, mesmo, a solução imperiosa, urgente, única capaz de brevar a morte. Mas que leva a quê? Quanto tempo duram a cesta básica, o litro de leite, a campanha do quilo, o natal sem fome? E o que vem depois disso?

Sabemos que distribuir peixes (ou cestas básicas, tijolos, cimento) também é a saída oportunista, a ser mantida nos chamados “grotões” para garantir o voto aviltado, comprado, não-cidadão. Provavelmente, em muitas ocasiões também já estivemos empenhados em discussões intermináveis com companheiros de movimentos de base e, até, de ONGs e agências internacionais que, por falta de maior clareza com relação à conjuntura, haviam embarcado igualmente no movediço caminho do assistencialismo (imobilizante e, eventualmente, até inseqüente). Sob a alegação da necessidade da chamada “ação

direta”, vimos companheiros acabando, muitas vezes, por assumir como suas tarefas que deveriam ser, de fato, cobradas aos governos, ao Estado.

“Os que têm fome não podem esperar”, disse Betinho, certa vez. Certo. O nosso desafio parte da aceitação e do respeito a essa urgência. Mas vai mais longe: ou aceitamos a fome e a miséria como condições naturais da vida em sociedade (e nesse caso podemos escolher entre distribuir esmolas, piedosos, ou virar o rosto, como se o problema não fosse nosso), ou devemos criar alternativas que levem a mudanças estruturais.

Sabemos que a exclusão não se restringe, em absoluto, ao econômico. Nem é por ele solitariamente produzida. Suas raízes são igualmente culturais e históricas, além de políticas. Aqueles que hoje são usados como objetos, como máquinas primárias e descartáveis para o enriquecimento de uma minoria, ou são sumariamente marginalizados a partir de diferentes formas de preconceitos, nada mais são que os herdeiros de outros seres humanos, considerados supérfluos e descartáveis, ontem. São produtos das nossas melhores tradições autoritárias, populistas, não-democráticas, da qual estamos até hoje mais ou menos impregnados.

Por acaso, o negro que a polícia revista no meio da rua, de forma truculenta, pelo mero fato de ser negro, tem sua cidadania plenamente respeitada e reconhecida? De alguma forma, tanto a Lei Áurea de 1888, quanto a Constituição de 1988, 100 anos mais tarde, falharam em garantir a ele os mesmo direitos que a um branco da mesma classe social, seja ela qual for. Formalmente, legalmente, a cor de sua pele não é um motivo de exclusão. Mas esse *formal*, esse *legal*, se consubstanciam na prática? Como combater de forma radical as diferentes máscaras de uma exclusão que tem faces ainda mais sutis que a econômica; que se revela, igualmente, em conteúdos políticos, sociais, tanto um quanto outros firmemente assentados sob uma base cultural que os legitima?

O excluído é, antes de mais nada, um não-cidadão. No geral, seus direitos são sumariamente negados. E sabemos que às vezes isso é tão bem feito, do ponto de vista dos dominantes, que atinge-se a perfeição de levar o outro a ignorar que tem direitos, a responsabilizar-se pela própria marginalização, auto-atribuindo-se a pecha de “incapaz”, “ignorante”.

Acho que estamos aqui reunidos porque acreditamos que a solução para essa questão depende, obrigatoriamente, do que cada uma de nossas organiza-

ções e do que cada um de nós, individualmente, ao seu jeito assumiu como tarefa de vida: a “construção da democracia”.

Acho, também, que concordamos, todos, quanto ao fato de a democracia ser um processo infindo, que impõe, a cada momento, a cada conjuntura, novas questões e novos problemas. São avanços, recuos, idas e vindas, vitórias, derrotas, num palco instável, sempre em transição, sempre em movimento. Um palco, é fundamental que se lembre, onde se busca precisamente evitar que os marginalizados tenham presença, vez ou voz. Onde a exclusão é intencional, visando a transformá-los em meros fantasmas manipuláveis pelas estatísticas, em não-cidadãos incapazes de se organizar e de participar e, se possível e preferencialmente, até ignorantes de seus próprios direitos.

“Primeiro vem a barriga. Depois vem a moral”. Brecht sempre amou as contradições. Sempre teve a lucidez de garimpá-las, lançando-os de volta à sociedade, em suas peças, escritos, poemas, como fontes de desafios a serem superados. Afinal, devemos ficar como o cachorro, que persegue o próprio rabo, ou optar por erigir como nossa estratégia cuidar, ao mesmo tempo, da barriga e da moral?

O mero fato de estarmos aqui reunidos mostra que fizemos uma opção: a de escolher, como estratégia maior, privilegiar a construção da democracia e, concomitantemente e através de cada passo dado nesse sentido, enfrentar os problemas conseqüentes da pobreza, da miséria e da marginalização, numa relação de causa e efeito que rompa com a lógica do *apartheid* social. Se assim é, o reconhecimento e o respeito aos direitos plenos da cidadania serão, talvez, a unidade de medida estável, capaz de “comparar” corretamente os pratos da balança, construindo o equilíbrio necessário e fornecendo os indicadores para a luta que queremos enfrentar.

Não há dúvida de que as ONGs podem ocupar papel fundamental na mediação das contradições inerentes a este processo. É a partir daí que gostaria de encaminhar o desdobramento desta proposta de discussão, estabelecendo, antes, três premissas:

### **1ª Premissa: a cultura como valor contra-hegemônico**

Surtos éticos levam a muito pouco, se não estão fundamentados em paradigmas sólidos. Mais uma vez,

vale repisar que é no campo da cultura que se trava a grande luta em torno das identidades sócio-políticas e se constrói o *ethos* que norteia o cotidiano da sociedade. Cultura abrangendo visão de mundo, embate de idéias, luta pela hegemonia. Cultura como determinante do teor revolucionário ou conservador da vida política. Cultura pautada na ética, plural, cidadã e democrática, como base para o projeto de sociedade que necessitamos formular, de fato.

Também é à luz da cultura que devemos destacar o problema do que poderíamos chamar de a dupla face da exclusão. De um lado, os excluídos em si: os **marginalizados**, entre os quais podemos somar, desde movimentos organizados (como o MST ou o de homossexuais) até grupamentos igualmente conscientes, mas ainda sem condições e poder para defender os seus direitos, para se organizar; e os **miseráveis**, reduzidos às vezes à condição de *lumpen*, inconscientes de seus próprios direitos e incapazes, por vezes, mesmo de se compreender enquanto seres humanos que merecem ser respeitados e reconhecidos como cidadãos.

Do outro lado, alimentados pelas próprias tradições culturais dominantes, favorecidos e cada vez mais instigados pelo individualismo neoliberal, temos os “incluídos excludentes”, preocupados exclusivamente com a defesa de seus direitos e incapazes de entender que a cidadania pressupõe igualmente deveres, destacando-se entre eles um compromisso com o “outro” e com o coletivo.

Tudo isso aponta para nós um desafio múltiplo, determinando ações concomitantes e diferenciadas. Ações que envolvem bem mais que os diferentes tipos de excluídos: desafiam-nos a combater, de forma radical, a lógica societária que alimenta e é alimentada por esse tipo de “inclusão excludente”. Desafiam-nos a combater, por outro lado e talvez acima de tudo, a nossa própria tendência à não-radicalidade.

### **2ª Premissa: o poder subversivo da sociedade civil**

As ondas cívicas que marcaram as duas últimas décadas - e a Ação da Cidadania, em particular - tiveram, entre outros, o mérito de comprovar o potencial de indignação, mobilização, solidariedade e subversão da sociedade civil. A partir do reconhecimento da diversidade, da desigualdade e

da exclusão, forjaram-se rupturas nas práticas do *apartheid* social, superaram-se lógicas de indiferença e de separação, foram dados passos, ainda que pequenos, para mudanças maiores.

A sociedade civil mostrou que tem o poder de pressionar e de exigir (do Estado, das organizações multilaterais, do sistema empresarial, financeiro e do próprio mercado), mudanças que se fazem necessárias no modelo de desenvolvimento que determina a marginalização, a fome e a miséria. Mas, como também já foi dito, são ondas passageiras, uma vez que atacam problemas pontuais. Mais: são ondas tímidas, verdadeiros grãos de areia, se pensamos que os que contra elas atuam têm ao seu lado força e poder crescentes, sem fronteiras ou pruridos éticos.

Mobilizar e organizar os diferentes grupamentos da sociedade civil, procurando transformá-los em atores coletivos, deve ser, sempre, parte fundamental da nossa estratégia. Mas não basta. Enquanto não pudermos trabalhar com um projeto de sociedade claro, amplo, plural, nossos movimentos e campanhas continuarão a ser pontuais, datados, temporários. Mais: é fundamental que busquemos, como única alternativa à globalização econômica em curso, o estabelecimento de uma estratégia mundial de ação das nossas sociedades civis, respeitando as diversidades, mas buscando construir uma pauta democrática comum.

### **3ª Premissa: as ONGs e seu potencial para a ação/mediação**

Cultura como valor contra-hegemônico; sociedade civil e mudança estrutural. Como terceira premissa e amalgamando-se com as duas primeiras, lembraria o papel a ser desenvolvido pelas ONGs, mobilizando, criticando, analisando, propondo, organizando, construindo.

Não estou, em absoluto, ignorando a importância dos partidos, das entidades de classe ou dos movimentos sociais, ao estabelecer esta posição de destaque para as organizações não-governamentais. Apenas reconheço nelas, por seu caráter apartidário e plural, um potencial para a mediação que partidos, entidades e movimentos raramente poderão oferecer à sociedade, dada a especificidade das tarefas que se auto-atribuem e as características diferenciadas que se impõem para suas atuações.

Um “potencial para a mediação” - é bom que se diga, aliás - que nem sempre é utilizado pelas ONGs, por motivos diversos. Mas que existe e que já se mostrou de grande importância política, quando usado em lutas como a do Movimento pela Ética na Política e a da própria Ação da Cidadania.

É nesse sentido que gostaria de chamar a atenção para um texto escrito por Cândido Grzybowski para a Plataforma Novib do ano passado. Um texto que tem por título *Por uma cidadania mundial (anexo 2)*, e no qual ele escreve, em dado momento, qualificando o trabalho das ONGs:

“A nossa legitimidade e diferença ... não radica na prestação de serviços concretos. Somos vistos, antes de mais nada, pela qualidade dos valores, princípios, sonhos e idéias de que somos portadores. Somos julgados pela qualidade e consistência das questões que identificamos e elaboramos, pelas propostas que formulamos, pela motivação e mobilização que provocamos, e pelas alternativas que apontamos ou construímos. (...) Nossa arena pública se constitui, privilegiadamente, no mundo da comunicação, no centro da mídia, como local e espaço de luta de idéias, visões, valores, luta ideológica, despertar da imaginação e do desejo coletivo.”

Se não é assim, assim deveria ser. E acho que a consciência da importância do momento que estamos vivendo, em escala planetária, só faz aumentar o desafio e a importância de construirmos instrumentos que apontem as ações necessárias a cada momento e a cada embate. Indicadores que qualifiquem as nossas lutas, que contribuam para transformar em realidade os sonhos nossos de cada dia.

## Ponto 2: Campos e estratégias de intervenção prioritária

No processo de organização das diversas contribuições surgidas no workshop de setembro, identificamos três **campos de atuação**, que exigem **intervenções prioritárias**, a partir de desafios e urgências. Será com eles que agora trabalharemos, de forma objetiva, elencando questões a serem discutidas como um novo passo na construção de indicadores capazes de apontar avanços, recuos e, até, necessidades para a construção e o aprimoramento da democracia, como estratégia fundamental para o combate à exclusão, à fome e à miséria.

### Campo 1: Cultura cívica e cidadã

#### 1ª questão: construção e disseminação de valores democráticos

##### 1.1. Estratégias gerais:

- proceder à análise crítica dos valores vigentes na sociedade, rompendo com a indiferença e combatendo aqueles que legitimam como “natural” a miséria e a exclusão;
- identificar e disseminar, em contraposição a eles, valores humanitários, ligados à cidadania e ao sentimento fraterno, fundamentais a uma ordem econômica e social justa e democrática;
- valorizar, junto à opinião pública, a participação, a luta por direitos e o engajamento em campanhas cívicas.

##### 1.2. Construção de identidades culturais e respeito à diversidade

- ajudar a construir a identidade sócio-cultural dos excluídos, reconhecendo-os como iguais e respeitando a diversidade e a tolerância;
- resgatar os problemas, as necessidades e as formas de afirmação cultural dos marginalizados, ajudando a construir propostas objetivas e pautas de reivindicações democráticas e democratizantes;

- formular propostas de políticas públicas que dêem conta das diversidades existentes entre os diferentes atores e apontem para a radicalização da democracia;
- construir novas relações de solidariedade, fundadas na responsabilidade e no respeito mútuo, como condição estratégica para um futuro de justiça e de bem comum.

#### 2ª questão: educação, formação, comunicação e informação

- entender a informação como arma capaz de garantir participação e poder, de evitar a manipulação, de propiciar a modificação de qualquer conjuntura;
- produzir informações sobre cidadania como parte essencial da formação de crianças e adolescentes na escola, contribuindo para que esses espaços de educação formal sejam agentes de mudança social;
- educar para a autonomia, tendo como referência capacitar e formar cidadãos e cidadãs, i.e., sujeitos conscientes, com capacidade de crítica e noção de seus direitos e deveres;
- construir redes de comunicação a serviço da cidadania, garantindo o acesso à informação aos diversos segmentos e classes que compõem a população;
- produzir e disseminar informações relevantes sobre a realidade brasileira, desmistificando o consenso social, reiterando a centralidade do conflito e resgatando a indignação, de modo a construir formas diferenciadas de resistência ao “pensamento único”.

#### 3ª questão: direitos da cidadania

- rejeitar, como culturalmente inaceitáveis, a fome e todo o tipo de exclusão, conscientizando a população quanto ao direito de exigir do poder público a manutenção de níveis mínimos de vida para todos;

- construir espaços democráticos para afirmação da cidadania dos hoje excluídos, garantindo a todos igualdade na cidadania: direitos ao estudo, à saúde, à moradia, ao trabalho, ao lazer, aos recursos ambientais, ao consumo e ao poder, bem como equidade no acesso aos bens e serviços;
- criar uma “cultura de direitos humanos”, que fundamente o pleno exercício da cidadania, estimulando um poderoso movimento de opinião pública no sentido da indignação diante de sua violação.

## **Campo 2: Construção de espaços de organização**

### **1ª questão: organização de espaços na sociedade**

- favorecer a emergência da organização como estratégia para a mudança do “tecido social”;
- identificar questões e problemas que possam servir como pontos de aglutinação a partir dos quais possa ser trabalhada a organização dos excluídos;
- apoiar a constituição de organizações e de grandes movimentos de opinião, rompendo com a indiferença e congregando a classe média no apoio ao acesso dos excluídos à cidadania;
- identificar e promover alianças táticas e estratégicas, em favor da construção da democracia;
- promover debates públicos, formar grupos de lobbying e exercer pressões de formas variadas, na defesa dos interesses dos excluídos;
- colaborar para a aglutinação das lutas específicas às lutas mais gerais, mediando e sempre respeitando a diversidade e a pluralidade de interesses;
- construir redes, plataformas e fóruns da sociedade, como espaços privilegiados para a busca do consenso e de estratégias comuns para a disputa da hegemonia.

### **2ª questão: participação e mediação**

- estimular sempre a participação, entendida como prática democrática e democratizadora;
- divulgar experiências exemplares de participação e organização em favor dos miseráveis e excluídos;
- participar de instâncias de decisão de políticas públicas/privadas (conselhos paritários, comissões etc) e trabalhar na mediação entre organizações da sociedade civil e organismos estatais, defendendo os interesses dos excluídos;
- nas mediações, politizar sempre as relações entre movimentos sociais e Estado.

## **Campo 3: Participação e influência nas políticas públicas**

### **1ª questão: Estratégias gerais**

- construir alternativas para que os processos decisórios sobre as políticas públicas sejam alvo de atenção e de crítica por parte da população;
- ser ator de pressão política, seja através de formas de mobilização, seja através de lobbying;
- monitorar, fiscalizar, controlar e pressionar o desenvolvimento de políticas públicas em favor da cidadania.

### **2ª questão: Reforma do Estado**

- influenciar o processo de formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, levando em conta o combate à miséria e à exclusão;
- exigir transparências e intervir nos processos de elaboração, destinação e execução dos orçamentos públicos, para que respeitem as necessidades da democracia;

- atuar para que o poder judiciário ofereça tratamento igualitário, independentemente de classe, raça, gênero ou qualquer outra forma de marginalização social;
- lutar pela democratização do processo eleitoral, para que a escolha dos legislativos se dê sem atrelamento aos fatores econômicos e para que os representantes eleitos usem de suas competências na implementação, fiscalização e monitoramento de políticas públicas.

### **3ª questão: Público x Privado**

- fazer a crítica ao patrimonialismo, à privatização do espaço público e à segmentação social;
- consolidar a percepção de público como espaço de construção de bem comum;
- mediar o confronto entre as organizações da sociedade, o setor público e o setor privado;
- exigir a democratização dos serviços públicos, dotando-os de mecanismos de controle por parte dos cidadãos.
- mediar o confronto entre as organizações da sociedade, o setor público e o setor privado;
- exigir a democratização dos serviços públicos, dotando-os de mecanismos de controle por parte dos cidadãos.

### III. Intervenção dos debatedores convidados:

**Regina Novaes** – Eu estou super insegura, chegando atrasada, sem saber o que vocês discutiram ontem. Dá um medo de sair do tom e, mais que isso, dá um medo de desrespeitar um trabalho já feito. Vou ter que arriscar... Não conheço o texto do Chico. Quero falar muito do momento que eu estou vivendo, da minha experiência, pedindo desculpas de uma maneira simples. Queria dizer, primeiro, que eu partilho das crenças, dos sonhos e das colocações que estão no belo texto da Tania. Acho que tem uma coisa literária bonita, que mostra que a gente não pode separar ética de estética. Acho que tem uma coisa interessante que eu gosto muito. Mas eu vou começar a falar a partir daí. E não seria absolutamente para contrapor as premissas, mas, ao contrário, para pensar um pouco nas premissas que você coloca.

Eu começaria então pela primeira. Pela idéia de cultura como valor contra hegemônico. Você disse na exposição que a cultura também é capaz de destruir, de conformar, não só de transformar, de ser um valor contra-hegemônico. Eu queria puxar um pouco para uma certa visão antropológica de cultura, pensando cultura como teias de significados que fornecem um sentido para a vida. E que produz, na verdade, vários lugares de agregação social. Nenhum grupo, nenhuma pessoa realiza todas as possibilidades da sua cultura. Isso é uma coisa interessante: a cultura está ligada a um tempo, um tempo que produz alternativas para pessoas que vivem ali. Alternativas hegemônicas, majoritárias, minoritárias. Mas, quer dizer, a cultura é como um campo de possibilidades historicamente circunscritas para determinadas populações. E é isso que traz um grande desafio para a gente pensar.

Eu vou contar duas historinhas que acho que são importantes. Eu estou trabalhando com jovens. Estou aprendendo muito. Trabalhar com jovens que estão com dificuldade de entrar no mercado de trabalho, cujo pensar o futuro é muito difícil, porque estão vivendo isso há muito tempo... Ou seja, não serão cidadãos via carteira de trabalho, não terão cidadania regulada, tudo aquilo que a gente achava muito ruim num tempo passado, que era muito pouco, hoje eles não têm isso. Então, tem dois casos desse trabalho que eu queria contar.

Eu faço parte de um grupo focal, que está tendo outro aprendizado, que está sendo muito interessante. Em vez da entrevista, do questionário há a idéia do grupo focal, do grupo de debates, onde você percebe os jovens em interação, não individualmente. E teve um fato: um grupo na periferia do Rio de Janeiro, onde os jovens começam a falar e têm um ponto, um momento do grupo focal, que pega fogo. É quando eles falam da polícia. Falar da polícia é quando ninguém consegue gravar nada, porque a gritaria é grande e faz parte da coisa. Então, começaram a dizer como eles são desrespeitados cotidianamente pela polícia por serem jovens, por morarem em zonas consideradas violentas e pobres, alguns por serem negros. Cada um contava uma história, e o consenso se estabeleceu de uma maneira muito forte no grupo para falar da polícia. E um deles, de repente, disse assim: “Pois é, eu sofro também como vocês, mas por outro motivo. Meu pai é policial, e cada dia que meu pai sai de casa, não sei se ele volta”. Deu um branco no grupo. Ele colocou o outro lado do que nós chamamos de classe há um tempo atrás, que eram os jovens filhos de policiais que sofrem da mesma maneira.

Outro exemplo, que é bem provocativo, foi num outro grupo focal. Eu geralmente não pergunto sobre religião, mas a religião acaba aparecendo, ou na hora do lazer, ou na hora da moral. Nesse caso, nós estávamos discutindo a questão da violência e também da questão dos direitos humanos; estávamos discutindo a questão da polícia, da bandidagem, do tráfico, e chegamos na questão da pena de morte. Tinha acabado de acontecer a história do maníaco do parque. Houve uma coisa muito interessante, porque nesses grupos de jovens há experiências muito diferentes entre si. Alguns, por exemplo, passaram por igreja católica, alguns por sindicatos, outros não passaram por nada. E aí alguns meninos, que eu não esperava, porque eram os mais politizados do grupo, disseram assim: “só matando, tem que matar o maníaco do parque, só matando. Sou a favor da pena de morte nesses casos; afinal se fosse minha irmã, se fosse minha filha...”. Aí, entra outro garoto e diz assim: “não, eu sou contra a pena de morte, acho que não pode matar”. Todo mundo parou e esperou um pouquinho, e daí ele explicou que era da Igreja Universal do Reino de Deus, e na igreja se aprende que todos os indivíduos são recuperáveis. E o que eles fazem de errado é porque o demônio está dentro deles, e trata-se de tirar o demônio. Fez ali uma belíssima colocação sobre o valor da vida e a possibilidade que todas as pessoas têm de mudar e de viver de uma outra forma.

Esse segundo caso é provocativo mesmo, porque eu acho que falar de sociedade civil, hoje, sem perceber o que está acontecendo no lado mais excluído, o lado que não está trabalhando, sem levar em conta inclusive isso de convenção religiosa, é não estar falando do Brasil. É estar falando de outra coisa. Então, essas questões sobre cultura... Eu pensei em cultura, fiz essa ligação primeiro, porque acho que a questão da polícia é uma questão do nosso tempo. Assim como a questão da religião também...

Agora, o último exemplo que eu gostaria de dar é a questão de onde sai a crítica. Eu acho que está acontecendo uma coisa muito interessante, em termos de periferia. Cito o exemplo d'*Os Racionais* e digo o seguinte: como é que a gente vai entender, vai classificar, vai colocar essa questão desses jovens lá de Capão Redondo, do Estado de São Paulo, que enfrentaram a Globo - vão para MTV, não vão na Globo -, que tiveram os CDs vendidos, que falam da polícia, que estão criando uma idéia de periferia como lugar de produção de conhecimento, e que falam assim: “Não venham aqui trazer, que nós sabemos o que nós queremos”? Ao mesmo tempo, fazem um CD que tem uma cruz na frente e são contra as drogas. E, com isso, ensinam os outros jovens como lidar com a polícia.

Eu estou falando do Brasil de hoje. Desse Brasil que tem cultura produzida na periferia, que talvez seja a grande novidade que a gente tem que pensar daqui para frente. Então, tudo isso para dizer o quê? Para dizer que tem linguagens culturais estão surgindo que a gente não tem categoria teórica, metodológica, para apreender. Não dá para pensar se *Os Racionais* são bons ou são maus. Para medir o impacto dos *Racionais*, tem que descobrir outros instrumentos. E se a gente começar a fazer uma entrevista com eles e procurar ver se são coerentes, ou se conhecem tais e tais coisas, vamos acabar desqualificando aquilo que, na minha opinião, é a coisa mais importante que está acontecendo neste final de século em termos de mudança: uma população que chegou ao nível mais alto da exclusão está recobrando a sua dignidade por caminhos que nós não conhecemos e não temos onde enquadrar. Esse é o primeiro ponto que queria chamar atenção.

A mesma coisa ao falar de direitos humanos. A gente sabe que os direitos humanos são manipulados etc e tal, mas o que se pode falar a partir dessas palavras de moda “direitos humanos”? Que outros processos sociais essas palavras “direitos humanos” reconhecem

hoje? Acho que o ponto que estou trazendo para provocar é essa idéia de que faltam categorias para entender a cultura hoje, se nós pensarmos cultura como produção de sentido de vida e como local de agregação social. Porque, quando a gente fala em cultura, a gente não está falando apenas da parte da produção cultural, que é aquilo que já foi muito bem colocado aqui, mas também cultura produzindo lugar de agregação social.

Não foi por acaso que, na última eleição, a corrida sobre os evangélicos foi tão grande. Por quê? Porque é onde você vai encontrar, no Brasil, gente reunida três vezes por semana, principalmente no fim de semana. A maneira como essas pessoas se reúnem fez com que todos os políticos de a, b, c, d procurassem os evangélicos nessas últimas eleições. Isso é uma coisa muito importante. É onde mais se reúne gente. Estão rezando, são alienados etc e tal... tudo bem, mas estão reunidos, estão juntos. E estão discutindo eleição. Sabe que onde mais se discutiu eleição foi nas igrejas evangélicas? Para o bem, para o mal, para queimar jornal, se discutiu eleição. Acho que isso é uma coisa importante.

O segundo ponto é sobre o poder da sociedade civil, na sociedade civil. Aí a Tania entrou numa das coisas mais difíceis do mundo. O conceito de sociedade civil foi definido em oposição ao Estado. A gente vai ter que aprofundar um pouco mais o que é essa expressão “sociedade civil”, hoje, em termos de locais de agregação social. Tem que pensar nisso. Não podemos dar de barato para a sociedade civil mais do que nunca. Por quê? Dependendo da maneira como a gente pensar isso, acho que o terceiro ponto da Tania vai nos dar um caminho ou outro.

Sociedade civil versus Estado são todos. São os organizados como nós queremos, são aqueles que são como nós, enfim, são aqueles que estão incluídos no mundo do trabalho, são os que não estão... Quer dizer, o que nós estamos falando quando estamos falando em sociedade civil? Esta é uma coisa urgente. Não uma definição teórica, nem por amor à teoria. Primeiro, porque eu não acredito absolutamente na separação teoria e prática. Nós podemos ter teorias embutidas, não explicitadas, e termos teorias tão explicitadas que acham que não têm conseqüências práticas. Mas a relação teoria e prática é constante.

Se um dos maiores prazeres da raça humana é pensar, todos pensam. Aí eu vou usar o Gramsci, tão querido da Tania, para dizer... o Gramsci dizia: todo o homem

é filósofo. É o que separa? Nesse sentido, de teoria e prática, só muito canonicamente a gente pode separar. Caso contrário, teorias embutidas nas nossas práticas têm que ser explicitadas. E aí estou falando de teoria no sentido mesmo de mediação, mediação que dá sentido ao que se faz. Nesse sentido acho essa coisa super importante. Por quê? Porque dependendo do que se pensa de sociedade civil, vai-se pensar o que é organização, o que é participação. Que são duas outras palavras que a gente fala... Nós gostamos delas, elas nos satisfazem, elas seduzem... Mas organização como?

Era muito mais fácil quando a gente tinha aquela famosa escadinha. Primeiro, escadinha do partido, do partido como intelectual orgânico; depois, no tempo das Comunidades Eclesiais de Base, era a comunidade, o sindicato, o partido... Você tinha uma escada evolutiva que todo mundo tinha na cabeça como pressuposto. Era fácil, inclusive, encontrar parâmetro de avaliação. Por quê? Você podia saber quantos se sindicalizaram, quantos da comunidade se desviaram...? Não tinha que dar conta da periferia. Tinha uma idéia de organização. Hoje, a questão da organização... será que essa é a única maneira de pensar? Será que existem outras maneiras que têm efeitos sociais de construção de sociedade civil? Bom, também estou sendo super exigente comigo mesma. Não adianta falar que tudo vale. É preciso pensar como as coisas se encontram... Dizer que as coisas são plurais, são várias, foi muito bom para a década passada, quando a gente percebeu que outras coisas existiam. Para esta década, você tem que pensar como as coisas se articulam, quando elas se juntam e porque elas se juntam. E talvez até perceber (e aí é meu último ponto com relação à sociedade civil) a questão da conjugação dos fatores e dos acasos.

Eu acho que as ONGs têm que trabalhar com a idéia de conjuntura como disposição de forças em determinados momentos. E isso produz a idéia de cenários e produz, na verdade, duas coisas que eu acho importantes: uma é acabar com essa onipotência de que se eu trabalhar bem, vou mudar as coisas... Na verdade, as coisas são cumulativas e lineares. Mas também acaba com uma outra coisa, que é muito triste no mundo das ONGs, que é um derrotismo total. Se nós estamos falando de uma nova ordem mundial, se a gente começa todos os textos falando de globalização, se não é apenas um jargão, como *imperialismo* em outra época... Todo mundo começa “eu sei que o mundo está globalizado...” Se isso não for apenas uma declaração de princípios, se for

realmente uma variável, essa variável tem que entrar na hora da avaliação do trabalho. Ou seja: às vezes, uma quebra de uma bolsa não sei onde, ou uma coisa que aconteceu com o Pinochet vai ter mais importância até que aquele trabalho super bem feito. Porque vai criar uma conjugação de fatores que vai ser... Estou chamando de acaso, porque são tantos os fatores que se juntam e que não passam pelo computador, que podem potencializar ou destruir um trabalho. Tem que ter tranquilidade para isso, e não sei onde a gente vai arrumar.

Mas isso são os cenários; isso faz com que um trabalho não seja, de repente, o melhor trabalho da paróquia, quer dizer, aquela coisa da apologia, e, de repente, o nada, porque não ficou nada rastreado nesse caminho. Então, eu acho que a sociedade civil tem que ser definida não pelo gosto, pela teoria, nem com vontade... Porque se você tiver a noção de sociedade civil, será possível pensar a questão da conjuntura, da disposição de forças em determinado momento e da conjugação de fatores que hoje estão presentes nesses trabalhos de construção de sociedade civil. E aí eu até brinco um pouco quando se fala em “sociedade civil globalizada”. É aí que eu fico mais assustada ainda: como é que a gente vai construir este novo conceito levando às últimas conseqüências que nós estamos trazendo à tona parâmetros para pensar o trabalho no miúdo, no aqui e agora?

Passando para o último ponto que a Tania coloca, que é as ONGs e seu poder de ação e mediação, aí tem um ponto no trabalho dela que aparece em vários momentos e que eu queria chamar a atenção, que é a questão da informação. Eu acho que é essa idéia de que nós estamos, na verdade, em um campo de disputas, num campo de disputas de como construir uma sociedade civil. Num campo de disputas entre entidades diferentes, que falam em lugares diferentes. Esta questão da informação, e a informação qualificada nessa conjugação de fatores, é muito importante. Então, aí eu acho que tem uma coisa super especial em termos de ONGs, que é a questão da produção de informação qualificada para o embate em determinados níveis. Valem tanto informações estatísticas sobre a polícia, sobre a fome, sobre tudo o que está acontecendo, como valem, também, sobre algumas pessoas que têm um certo lugar na hierarquia social, visibilidade, têm acesso à mídia, têm que produzir uma análise qualificada que vai ser colocada na praça para se contrapor a outras. A idéia da informação eu acho super importante.

Depois da questão da informação, eu chamaria a atenção - aí só um pontinho para terminar o anterior - que a consciência de que a mensagem, o trabalho que é feito não cai num espaço vazio de relações sociais. Que é outra coisa importantíssima, porque a onipotência dos trabalhos é tanta, que dá uma idéia de que a gente começa sempre do zero, e não dá uma idéia de, de repente, aquela pessoa da Igreja Universal do Reino de Deus, quando constrói a utopia dela, a utopia do outro mundo, ela está protestando contra alguma coisa. Contra o que alguém vai para a Universal? O bispo Marcelo não tem tanto poder assim. As pessoas não são sacos vazios de idéias, de história, de experiências. Por que foram parar no bispo Macedo? Talvez um protesto que também está lá, que é preciso ser descoberto.

Agora, o mais importante, que estou querendo falar: além da guerra de informação, a questão da avaliação, do parâmetro de comparabilidade. Enquanto essa coisa não for levada adiante, enquanto eu não estabelecer com o que eu vou comparar cada trabalho... Tem uma frase do Shanin (quem estudou campesinato deve lembrar) que diz: “o problema é que se compara o camponês real com o operário ideal”. Eu nunca esqueci disso. Porque nessa frase ele dizia que, naquele momento, operariado era a vanguarda, que o campesinato era a aliança temporária que, na verdade, era o atraso, era a não modernização etc e tal. Essa frase ficou muito na minha cabeça porque, na hora de avaliar, você nunca compara com o que é. Quer dizer, antes da mediação, antes da ação, você compara com o que você projetou. Então, será que nós não estamos todo o tempo comparando, *mutatis mutandis*, o camponês real com o operário ideal, aquele que está nas nossas cabeças?

Os parâmetros de comparação para a avaliação têm que ser explicitados da melhor maneira possível. Eu estou falando do que, quando digo que esse trabalho é bom ou é ruim? Estou falando do que - da Tania direto, aqui -, quando digo que a Campanha da Fome foi isso e hoje é nada? Estou exagerando um pouco para te provocar. Estou falando de quê? Estou comparando o quê? Com o trabalho do Betinho, do Cândido, do IBASE? Ou com o que aconteceu? O que mudou, o que se moveu socialmente? Acho que isso é outro ponto importante...

Outro desafio que eu acho muito importante: se você começou seu texto falando da cultura, você estava falando de valores. Então, como medir, na verdade, mudanças de valores? Porque isto é uma grande

questão. Se a cultura está lá como valor contra-hegemônico, tem que levar essa questão até o final para pensar como medir mudança de valores. E aí, nós não podemos chegar com os valores das ONGs, que aparecem no final como os nossos valores, nossa verdade. Eu gosto da maneira como você fala da sua verdade, mas é muito pouco para pensar... Quer dizer, pouco, não, é muito cômodo até para pensar como é que as coisas vão mudar a partir daqueles valores. Porque o problema é como medir o que aconteceu sem ser o operário ideal. Essa coisa de como medir mudança de valores é muito importante.

Por último ponto, eu queria implicar um pouco com a palavra “coletivo”. Queria implicar não contrapondo coletivo *versus* individualismo, individualismo neoliberal etc, mas querendo saber como é que nós compreendemos a relação indivíduo/sociedade. Esse é o desafio que eu coloco. Por quê? Na psicologia se tem uma relação; na biologia, se tem outra. Os indivíduos são unidades. Na área das ciências sociais, a relação indivíduo/sociedade é uma relação constante, tem várias teorias para explicar. Mas como é que nós entendemos isso? Estou chamando atenção para isso, porque você pode ter um coletivo autoritário e pode ter um individualismo renovador, quando você fala de classes populares, porque é aquele indivíduo que sai da sua cultura, pegando o seu mote, desnaturaliza e tem uma trajetória questionadora, porque ele vai sentir como indivíduo. Ele pode escolher para onde vai, ele rompe etc e tal. Então, essa é uma outra questão que acho super importante: pensar indivíduo/sociedade.

E mais, para fechar e pegando o ponto de construir parâmetros: por que não pensar em avaliação que passe também pela produção de indivíduos críticos? Porque isso parece um tabu. Ninguém quer falar, por exemplo, do peso que têm certas minorias ou do peso que têm certas personalidades. Eu acho importante. E isso necessariamente não é culto à personalidade. Se você compreende que a sociedade produz os seus seres excepcionais, que a sociedade coloca em algumas pessoas - coloca porque a sua trajetória conjugou alguns fatores que permitiram a ele ter uma história de vida, e ele, de alguma forma, é um sinal do grupo, sinal da sociedade do seu tempo ou de uma corrente cultural - algo mais, é preciso trazer essa questão para avaliação também. E sair dessa idéia de que, se você está falando de alguém, de uma pessoa, você está fazendo um culto à personalidade. Essa é uma questão super importante.

**Regina Rocha** – Quero retomar, na verdade, os três pontos que Regina Novaes também enfatizou. Porque

acho que esses três pontos que Tania traz como premissa são fundamentais, não só para a discussão da gente aqui, como para a própria atuação das ONGs: cultura, papel da sociedade civil e papel das ONGs.

Em relação à cultura, eu gostaria de fazer algumas observações visando ao debate da gente à tarde, como pontos que precisaríamos aprofundar. A Tania apresenta a cultura como embate de idéias. E hoje esse é um campo de disputa, disputa em termos dos significados, em termos do esvaziamento do conteúdo, dos conceitos, para transformar as coisas em jargão. Então, todo mundo parece que está falando a mesma coisa, mas não está. Acho que precisaríamos aprofundar essa questão da cultura porque, na verdade, ela é a matéria prima do trabalho de todos nós. A cultura como um dado de realidade. Um dado de realidade que está presente no nosso trabalho e que compreende - para a gente poder se entender um pouco - modo de pensar, de sentir e de agir dos diferentes grupos, inclusive os nossos e aqueles com os quais trabalhamos.

Todos temos princípios explícitos ou implícitos de orientação da ação. Nesse sentido, a cultura é fundamental. Ela é o cimento para alianças políticas, para a própria formação de sujeitos políticos, que foi o que discutimos aqui ontem, em relação à democracia. Essa maneira de ser, de pensar, de agir, de sentir, tem várias manifestações e, como Regina lembrou com muito brilhantismo, é histórica; nasce dentro de condições sociais dadas. Nessa medida, assim como as condições de existência são plurais, os sentidos também são plurais. Esse é um ponto fundamental no trabalho que a gente desenvolve, na nossa atuação, e que tem o maior interesse para a construção de uma democracia substantiva. Não para uma democracia formal, não para uma forma de governo, mas para um sistema político enquanto forma de funcionamento da sociedade.

Acho que os nossos maiores desafios são justamente nesse sentido: numa sociedade como a nossa, que é profundamente plural, como é que nós vamos trabalhar um projeto de sociedade igualitário? É o que a gente devia aprofundar: como é que nós estamos vendo isso, como é que nos posicionamos frente a isso? Ontem mesmo, nós conversávamos sobre essa questão das diferenças, que são plurais e que não devem ser tomadas como um déficit (que é como é, em geral, tratada a diferença), mas, ao contrário, devem ser potencializadas para esse projeto de uma sociedade igualitária e, portanto, plural. Essa é a nossa realidade.

Nesse sentido, Bartolomeu dos Santos tem um enunciado que eu acho da maior felicidade, sobre o

direito à cultura e à diferença. Ele diz: “Temos o direito de ser iguais, na medida que a diferença nos inferioriza. Temos o direito de ser diferentes, na medida em que a igualdade nos descaracteriza.” Isso eu acho fundamental para o tipo de atuação que têm as ONGs, para o tipo de trabalho que se pretende enquanto construção. Embora a gente ainda vá discutir mais o conceito de democracia e cidadania, me parece que essa questão da cultura plural como elemento constitutivo chave na constituição desse sujeito político é uma questão central. E sujeito político, como estou falando, é no sentido da capacidade de se exercer. Na capacidade de propor, na capacidade de influir, na capacidade de se expressar, se manifestar. É nesse sentido mais amplo que estou tratando o sujeito político: no do exercício do poder.

Nessa medida, também, eu voltaria a um ponto que saíu ontem, olhando sob a ótica da cultura e da sua pluralidade o que a Sílvia disse sobre a questão da inclusão e da exclusão. É uma saia justa, como se diz, porque trata-se de reestruturar o mundo, e não de incluir ou excluir. Ao incluir ou excluir, tem muita coisa que fica na sombra. Na verdade, a questão aponta para uma reestruturação, que a Tania reivindica mais radical – e radical no sentido ‘vamos chegar às raízes’ -, na nossa diferença, no direito de sermos diferentes e no direito de sermos iguais. E acho que aí nós temos que lembrar, também, que são lógicas diferentes, maneiras de se expressar diferentes, maneiras de sentir diferentes. E hoje eu penso que isso já é uma coisa mais tranquila para nós, sobretudo para quem já vem de décadas passadas.

Antigamente, nós tínhamos realmente muitas certezas. Sabíamos para o que íamos e aonde íamos. Hoje, eu acho que existem verdades. E como é que essas verdades se formam, como é que essas verdades podem ser transformadas, tendo em vista esse projeto de sociedade? A Regina apresentou exemplos concretos de coisas que, do lugar onde a gente se situa, normalmente não nos ocorreriam, pelo menos desta forma tão explícita como ocorreu no grupo de jovens. Então, penso que é importante saber que hoje a gente perdeu essa arrogância que também tínhamos de achar que podíamos ensinar a pescar. Hoje a gente chegou a entender que ninguém ensina nada mesmo a ninguém. O que nós podemos é tentar construir, juntos, alguma coisa dentro dessa diferença, tentando um processo igualitário. Isso é o que eu queria dizer em relação à cultura, enquanto cultura histórica e cimentando a construção de um funcionamento de sociedade diferente.

Outro ponto diz respeito à sociedade civil. A importância histórica da sociedade civil, que este texto da Tania traz, e que ela trata mais detalhadamente no artigo que está na *Democracia Viva*. Ela faz um apanhado histórico da presença da sociedade civil na sociedade, do qual eu gostaria de enfatizar, porque eu acho que traz lições para nós, a década de 70. Acho que a década de 70 foi fundamental para uma visibilidade da sociedade civil no campo público. Nela, nós vamos ver o surgimento de novos atores, de novos lugares de fazer política, de novas práticas que afirmavam direitos e interesses diversos. O que essas práticas trouxeram de novo?

Eu estou falando de clube de mães, da própria oposição sindical, quando surgiu, dos movimentos de periferia em São Paulo, Rio de Janeiro... O que esses movimentos trouxeram para nós pensarmos foi o exercício de um outro tipo de poder, que não tem um centro estruturador. Essas práticas não tinham o sindicato por trás, não tinham partido político como orientador da ação. Eram uma coisa realmente nova esses movimentos da década de 70: surgiam, elaboravam e traziam as suas propostas, se expressavam... Foram da maior importância para os sujeitos que se identificaram e se constituíram sujeitos políticos nessa época; uma experiência muito forte de expressão pública. Acho que a gente tem muito a aprender com isso.

Nessa década, sobretudo em 78, há uma revalorização das práticas cotidianas. Quando os mecanismos, os canais de representação clássica perdem grande parte de sua legitimidade, surgem outras formas de se fazer política, outros atores, outras propostas e a revalorização dessas práticas. É muito importante que haja essa possibilidade de pluralidade na sociedade, essas formas de fazer política, até que se construa uma pauta comum que viabilize a democracia.

Nesse sentido, olhando para a década de 70, eu gostaria que a gente repensasse um pouco determinados acontecimentos históricos, determinadas lutas que são tidas como problemas pontuais, ondas passageiras. Acho que a gente precisa se perguntar de qual lugar nós estamos falando. Quer dizer: o nosso olhar sobre esses acontecimentos, essas pequenas lutas, marca fortemente grupos de atores, enquanto presença no campo social e político. E disso fica uma memória, que é uma coisa que poucas vezes valorizamos.

Eu gostaria de citar um exemplo de um fato recente: um local onde já tinha havido uma luta da comunidade reivindicando luz, e, agora, eles queriam reivindicar

água. Quando eles contavam como tinham conseguido a luz, parecia que era ontem. Diziam: “Vamos ouvir o Seu Domingos, porque foi o seu Domingos que ficou agregando isso. Como é que Seu Domingos conta essa história?”. *Essa história* tinha ocorrido há mais de cinco anos. Não era ontem. Mas isso fica na memória do grupo, essa presença no campo público, na expressão de interesses, de desejos... Não só em termos de reivindicação, mas em termos de poder se manifestar e, nisso, ir constituindo essa identidade coletiva: um reconhecimento mútuo dos desejos, das aspirações que constituem o **nós**, essa forma de pertencimento.

Isso é o cotidiano, são as lutas cotidianas, que têm uma significação, uma expressão grande. Não têm visibilidade pública; são locais. Mas elas não são só fragmentadas, porque muitas delas estão na mesma direção e atuando nos mesmos temas. E são lutas significativas, importantes. Sobretudo agora, tenho me lembrado muito do Henfil. O Henfil foi extremamente profético quando disse: “Deu no New York Times? Se não deu no New York Times, não existe”. Não é bem assim. Ontem, acho que foi o Hermes que disse, citando alguém: “Se não conheço, não existe”. Acho que a gente precisa parar para pensar nisso: a importância de se retomar essas lutas. Isso eu sei que a Tania sabe. E a Tania diz isso de forma muito poética nesse artigo, que eu vou me permitir ler porque eu acho muito bonito. Ela chama de *ondas de indignação*, e diz:

“... Nem são rupturas forjadas a partir de grandes idéias originais e restritas. Muito ao contrário. São olhos d’água brotando aos poucos da terra aparentemente árida. Olhos d’água que o passageiro desavisado sequer localiza, mas que ganham força com a primeira tempestade e, pouco a pouco, vão traçando seu caminho entre seixos, num pequeno regato que vira arroio, riacho, rio, até lançar-se com violência irrefreável em direção ao mar.

Que fique bem claro: isso não significa uma defesa do espontaneísmo. O olho d’água só brota em determinadas condições de terrenos, só cresce em determinadas circunstâncias, só se

transforma em rio na medida em que as águas inicialmente tímidas, que mal cobrem os seixos menores, se juntam a outras e mais outras, compondo o caudal que tem o poder de arrancar lascas às pedras, de arredondar suas arestas, de fazê-las rolar correnteza abaixo”.

É a forma maravilhosa com que a Tania expressa, em poucos parágrafos, o que eu estou tentando desesperadamente dizer e que, infelizmente, ela não repetiu neste outro texto. Mas é justamente isso: a valorização dessas práticas. Levar em conta que isso fica na memória, na presença dos grupos, no campo social e político...

O terceiro ponto é o papel das ONGs. E não foi sem motivo que a Tania começou com a cultura e seguiu com a presença da sociedade civil, para chegar às ONGs. Nessa presença das ONGs tem a novidade de que agora - mais recentemente, para quem vem da década de 60, 70 - as ONGs são atores políticos. Mas a gente não está *alavancando* absolutamente coisa nenhuma. Não estamos sendo ‘parteiros da revolução brasileira’. Porque teve uma época em que se acreditava nisso, de forma até muito demente. Mas eu acho que, como atores políticos, nós ainda precisamos pensar muito; porque, se somos atores políticos, temos que ter uma identidade *enquanto atores políticos*, no campo político-social. Para isso, precisamos discutir mais essa nossa identidade.

Acho importante, nesse texto do Cândido que a Tania citou e que vocês têm, a menção à nossa atribuição principal, levantando questões, construindo alternativas, enquanto sabedores dessa pluralidade, nesse campo que é complexo. E isso levando em conta o que o Chico ontem falou: que nós temos o outro lado, que nós não estamos sozinhos... Existem outras forças presentes. E como é então que a gente se fortalece mais, sabendo do nível de sofisticação do desmanche que está aí?

Acho que são muitos pontos importantes para se pensar, na questão da cultura e da informação. A Regina chamou a atenção para a questão da informação qualificada. Essa informação qualificada está em diferentes lugares. A produção de conhecimento não é feita só por nós. É nossa atribuição sim, mas o questionamento do conhecimento, da cultura, não é feito só por nós. É uma via de duas mãos; não é única.

Isso também seria importante pensar. Como é que a gente entra nessa correlação de forças? Como é que podemos fortalecer essa nossa presença, que a mim parece ser cimentada e ter seu ponto estruturante precisamente na questão da cultura?

**Ana Toni** - É duro pensar em outras coisas, que a Regina Novaes e a Regina Rocha já não tenham falado. Elas disseram muitas coisas que eu queria também falar, alguns dos pontos que a Tania mesma levantou. Mas, antes de começar, eu queria dizer que foi fundamental o que a Tania fez, logo no começo do dia de hoje, situando a gente e desembaraçando as diferenças que aconteceram no debate de ontem. Foi muito importante ela explicar bem claramente que a idéia deste encontro não é ver a problemática individualizada de cada ONG, e sim a problemática coletiva, a visão da sociedade na qual a gente está vivendo. Essa introdução da Tania foi super pertinente, pelo menos para mim, que estava um pouco confusa.

Partindo daí, nas idéias que ela colocou no papel vemos de novo as premissas: cultura, sociedade civil e ONGs, que eu acho que é onde o debate deveria meio que se centrar. E também concordo plenamente com essa idéia de a gente tentar ver a cultura e discutir a cultura como a metodologia que a gente está buscando. Já foi dito que não vamos conseguir a cidadania depois de uma economia plena. Mesmo porque isso não vai chegar! Também foi bem colocado pelo Cândido que “não se faz uma revolução política sem uma revolução cultural”. Eu acho que é por aí o que a Tania está tentando colocar para a gente: o que seria uma revolução cultural? O conjunto de valores no qual nós atuamos e sentimos. E o que para mim ficou mais marcante dentro do que ela expôs foi a nossa habilidade como sociedade civil. Nós, também, como indivíduos, sentirmos essa indignação quanto ao que está acontecendo lá fora: essa falta de cidadania, a fome!

Eu acho que é um pouco essa idéia de revolução cultural-moral que foi colocada. Se a gente conseguir hoje em dia levar essa indignação contra o total do número de analfabetos, contra o número de gente passando fome, contra o pacote do FMI... Se a gente conseguir mais gente numa indignação coletiva... Como foi dito, essa teia de agregação de valores é fundamental para se trabalhar.

Então, acho pertinente uma discussão, hoje à tarde, sobre quais valores, qual a cultura que a gente acha que tem. O que a gente está buscando, renegando o presente? Qual é essa nova cultura, na qual, espero,

prevalença não o julgamento dos valores, mas sim a diversidade deles. Acho que seria fundamental para a gente tentar pensar alguma coisa a mais em termos de indicadores. A gente tem que saber um pouco que valores a gente está negando, valores culturais, e que diversidade a gente gostaria! Esse é um primeiro ponto na área de cultura. E eu vou voltar um pouco, depois, a esse negócio de indignação.

Em relação à sociedade civil, como foi dito no texto da Tania, ela se mobilizou em certos momentos históricos. Agora, a Regina Novaes e a Regina Rocha também lembraram que a sociedade civil está permanentemente mobilizada para outras coisas, que talvez não sejam a grande renovação cultural-política que a gente fica pensando. As pessoas estão mobilizadas na Igreja, no programa do Ratinho; estão mobilizadas para assistir futebol... E às vezes a gente se distancia e não consegue entender o que mobiliza a sociedade de um lado muito mais cultural, eu diria, de valores pessoais.

A sociedade está continuamente mobilizada, mas muito dispersa! Eu acho que um esforço coletivo para mobilizar por uma indignação muito maior de valores e cultura é necessário, mas há um problema que de vez em quando sinto: é um... distanciamento intelectual. Não sei bem como explicar isso. Ou serão *nós* da prática... da teoria *versus* prática? É como se a gente sempre estivesse olhando de fora. Se a gente pensar... Nós mesmos: quanto mobilizados somos? Participamos de “trocentas” redes, provavelmente, mas, em termos de ação, vamos pensar em quantas vezes nós mesmos estamos mobilizados para agir quanto a coisas a respeito das quais estamos indignados...

Estamos indignados com a fome! O que fazemos nós como indivíduos? Não só como ONGs... Estamos indignados com o número de analfabetos. O que fazemos? O que move as pessoas, não só nós, mas também as pessoas com quem trabalhamos e outros? Essa coisa de pensar que nós somos um pouco diferentes... Somos! Não somos excluídos e não sei o quê. Mas temos, acho, que tentar pegar um pouco mais o lado humano. E de vez em quando a gente esquece esse lado humano, que faz as pessoas se moverem. E que indigna mesmo!

E aí vem o papel das ONGs. Essa coisa do distanciamento, da maneira como as coisas às vezes são colocadas, me incomoda um pouco. Não estou sugerindo que isso tenha acontecido, mas, em reuniões assim, a gente tem um pouco essa sensação. Quem é o sujeito e quem é o ator dessa mobilização social?

Mais um ponto só, em relação à sociedade civil. Eu não sei se deveria falar isso, mas vou falar, de qualquer maneira. Tem uma coisa na sociedade brasileira que é uma flexibilidade total para tudo, mais ou menos. Nós mesmo, não é? É aquela coisa... Escravidão já acabou há muito tempo, oficialmente, mas todos nós presenciamos o preconceito, menor ou maior, diariamente na nossa vida. E a gente meio que aceita isso, não é? Tem o maior problema de corrupção... Você tem que ficar numa fila, num banco, e todo mundo fica na fila e meio que aceita essa coisa! Você marca às 10h, e a pessoa chega ao meio-dia... Eu não sei se há alguma coisa dentro da sociedade. A gente estava até conversando isso, ontem. Essa coisa de uma flexibilidade tão grande que fica difícil mobilizar as pessoas para uma indignação contra o que está acontecendo em relação ao Brasil.

Então, essa coisa só dá realmente para pegar com o que a Tania está sugerindo, que é o lado cultural, de valores, essa visão de mundo que a gente tem. Sem poder questioná-los individualmente, coletivamente, acho que a gente não vai poder chegar a lugar nenhum. Aí vem o papel das ONGs. Foi sugerido que as ONGs podem servir como mediadores. Mas *mediadores* dá a impressão de mediador como aquele que acaba ficando no meio. É meio complicado. Como *articulador*, como a Tania estava querendo colocar, eu acho muito pertinente. Agora, acho que um dos grandes papéis das ONGs é comunicar melhor esses valores que a gente tanto fala que tem.

Acho que somos péssimos em comunicar esses grandes indicadores que nos movem e que têm cada uma de nossas organizações. Lidar com a mídia, visualizar esses valores, essa cultura diversificada que a gente defende... Se a gente não tentar pensar coletivamente, como ONGs, como fazê-lo, fica uma dispersão de atividades. Então eu vejo o papel das ONGs tanto nessa de comunicar e de articular, mas também de tentar concordar com valores mínimos, que não só guiem as nossas ações mas, igualmente, que indignem a gente como indivíduos. Como o Cândido colocou num dos textos: não existem em princípio temas que sejam importantes, mas o modo de vê-los que deve ser priorizado. E esse *modo de vê-los*, isso acho que a gente devia passar um bom tempo hoje à tarde discutindo. Qual é o modo de vê-los que permite à gente medir, julgar, avaliar como a sociedade está chegando mais próximo de uma cidadania? É por aí que eu estava querendo completar.

## IV. Abertura dos debates à plenária

**Cândido Grzybowski** - Vamos abrir uma rodada de reações, como ontem, para as demais pessoas terem oportunidade de dizer o que estão sentindo disso tudo.

**Hamilton Faria** - Eu achei muito rica esta mesa e acho que está sendo tematizada... eu não diria, talvez, uma questão nova, como é a questão da cultura, mas ela está ganhando, hoje, uma visibilidade maior. E uma visibilidade maior no mundo das ONGs. Acho que ainda vai precisar muito... Acho que o texto da Tania tem esse valor, além de ser um texto muito bem escrito, que flui bastante. Ela procura ligar, a todo o momento, uma matriz política com a matriz cultural. Porque nós defendemos, ao longo do tempo, uma certa exclusividade da política. E eu penso que hoje, frente aos grandes desafios que temos pela frente, a tematização da cultura é fundamental. Porque o grande salto da humanidade, hoje, realmente vai ser um salto cultural. Ou nós temos uma visão contextualizada, ou nós temos uma visão de cidadania mais ampla, que passa pelo político, pelo econômico, pelo ambiental, uma cidadania enraizada, ou dificilmente a gente vai dar esse salto apenas com a centralidade do político ou do econômico.

Então, acho que muitas vezes a cultura é um mote para se trazer todo esse cenário que vai de uma cultura de sentimentos à indignação, às relações entre as pessoas... Ela é fundamental aos atores e aos não atores que re-significam suas vidas, quando fazem suas escolhas de seres viventes. Envolve suas capacidades... Enfim, é uma dimensão imprescindível, e hoje a gente tem que considerar a cultura inclusive como direito à vida! E quando você considera a cultura como direito à vida, você tem uma abrangência muito maior e uma noção muito mais ampla de cidadania. A idéia, por exemplo, da “barriga e da moral”, eu acho também uma idéia muito interessante, que nos traz o componente cultural inclusive para entender outras dimensões.

Há pouco tempo a ONU fez uma pesquisa, dizendo que uma parte da fome do mundo é pela falta de alimentos, e outra parte, pela falta de discernimento cultural. Ou seja: as pessoas não têm a capacidade, não têm o discernimento cultural, muitas vezes, de saber quais são as coisas que podem se transformar em alimento, no cenário onde vivem. Porque nós

temos uma cultura alimentar extremamente pobre, no sentido da segurança alimentar como é visto do ponto de vista hegemônico dos alimentos etc... Então, eu acho que essa história de que você precisa primeiro comer para depois você desenvolver determinados elementos imateriais, eu acho que não é verdadeira. Não é? Não é por quê? Porque o pertencimento é muitas vezes tão importante quanto a fome! Então, cultura ela é qualidade de vida, entende? Ela tem que ser incorporada numa dimensão de qualidade de vida.

Eu, por exemplo, numa época estava no Peru e vi aqueles índios, nas ruas de Lima, que foram índios com uma determinada relevância na sua comunidade... Velhos índios sábios, que na sua comunidade eram ouvidos, agora pessoas bêbadas no centro da cidade, perdendo a sua dimensão de pertencimento. Eu pergunto: o que era pior? Aquela perda do pertencimento ou simplesmente a fome que ele estava vivendo? Eu acho que as duas coisas estão extremamente juntas. Elas estão muito juntas. Quer dizer, a fome do seu imaginário, dos seus mitos, das suas referências mais profundas de raízes, e a sua fome também física etc.

Tem uma questão importante, dentro disso, que é a questão da cidadania cultural. Acho muito interessante quando a Maria Helena Chauí, que já trabalhou bastante essa questão, coloca a importância da cidadania cultural como um direito a criar a cultura, a criar obras do pensamento das humanidades, das artes, do imaginário. Não simplesmente a cultura como Belas Artes, mas direito ao acesso, também, e não só ao acesso. O acesso é muito importante, mas daí entrar naquela discussão do incluído e do excluído. Incluir em quê? Em qual sociedade? Então, na verdade está-se falando, como se falou aqui, numa idéia de reestruturação da cultura. E não, simplesmente, você incluir numa sociedade já dada, que é patriarcal, que é branca, que é sociedade elitizada etc.

Outra questão é o direito à participação dos processos culturais, que, justamente, vai diferenciar a idéia da democracia cultural da idéia da democratização da cultura. Porque muitas vezes a gente confunde a democratização da cultura: “Vamos democratizar a cultura, vamos! Vamos incluir! Mas a casa é minha. Você pode ocupar um quarto, mas a casa é minha”, entende? Quando nós queremos construir uma cultura onde a casa seja de todos. Uma cultura como processo cultural, e não uma cultura “para”! Acho que a democratização cultural seria uma “cultura para”

e teria a difusão como elemento principal. Democracia cultural é uma cultura para todos, incluindo as pessoas na participação dos processos culturais.

Uma palavra só para a questão da globalização. Muitas vezes foi levantada aqui a idéia de se começar pela globalização etc. Nós fizemos um seminário em Brasília chamado “Globalizações e diversidades culturais”. As pessoas até perguntavam “Tupi or not Tupi?”, “Mas, por que globalizações?” Porque tem uma globalização de matriz de mercado e tem outro tipo de globalização (que eu acho fundamental que as nossas ONGs apostem) que é a globalização da solidariedade. O professor Boaventura de Souza Santos fala o seguinte: de quatro tipos de globalização, um é do globalismo localizado. Ele parte de uma determinada matriz dos Estados Unidos e começa a ter uma visibilidade mundial como se fosse uma única saída: o localismo globalizado.

A globalização cosmopolita, que é muito importante, que vem através das redes, que vem através dos direitos humanos, que vem através das práticas individuais, coletivas, do mundo emergente. E o multiculturalismo, que também é muito importante hoje; que é justamente a complementação de uma cultura na outra. Aí, abre-se um espaço, inclusive, para uma visão que é da interculturalidade. E as ONGs, particularmente, precisam aprender essa questão da interculturalidade. Porque eu acho que elas ainda são muito fechadas. Elas dialogam pouco com o diverso, elas dialogam pouco com a sociedade civil de uma maneira geral, num sentido mais amplo.

Me chamou bastante atenção aquilo que a Regina Novaes fala, que tem outras práticas que começam a falar de outro lugar, com uma outra carga de significação, com outros sintomas, com outras formas de ver o mundo etc. E que elas também podem ajudar a encontrarmos esse caminho, como a Regina fala do pluralismo, e reconstruir o nosso olhar. Porque na verdade o que nós estamos atravessando, neste final de milênio, é uma crise de olhar. Por isso a cultura adquiriu um aspecto importante.

Só mais algumas questões que me chamaram a atenção e que acho que também têm que ser tematizadas, relativas à importância da ética. Eu acho que isso pode ser um fator de unificação inclusive das ONGs, de retomar os movimentos pela ética, na política, no consumo, na coisa pública etc. Movimentos não apenas pela indignação, mas pela paz. E eu acho que os movimentos religiosos estão nos trazendo

elementos muito importantes para se repensar isso. Por quê? Porque justamente nós estamos numa virada e numa tensão de milênio muito forte, em que os movimentos trazem no plano material a questão da carga da re-significação da vida. E no plano espiritual eles trazem uma ausência, uma carência extremamente grande, que foi justamente onde foi enfatizada a nossa construção da modernidade. Então, acho que essa carga de significado, essa carga mítica que a modernidade perdeu, os movimentos religiosos, embora nem todos eles, também se orbitam em torno do significado de mercado. Nós devemos saber diferenciá-los. Tem movimentos religiosos extremamente sérios e extremamente coletivos, hoje. Acho que é um fenômeno cultural importantíssimo, no momento que estamos vivendo.

Em São Paulo, tem um Comitê Interreligioso pela Paz, onde as pessoas, desde indígenas até budistas, estão se reunindo para justamente voltar a re-significar a sociedade. E eu acho que a gente poderia trazer também outras coisas, como a questão da auto-estima, que é uma questão importante, fundamental também na nossas práticas. Não existe cidadania sem auto-estima. Eu acho que a auto-estima é um componente muito importante da cultura, ao qual tem que ser dada atenção neste momento. Atravessa o conjunto de nossos trabalhos. A idéia, por exemplo, do desenvolvimento cultural local. Ou seja, o sentido de pertencimento que a sociedade moderna expropriou da gente. Então, acho que tem que repor esse pertencimento. E, nesse sentido, o pessoal do Norte tem uma contribuição muito interessante.

Eu aprendi uma coisa que às vezes até choca as pessoas. Num fórum de cultura, quando uma pessoa falava: “Nós estamos interessados, no Norte, não apenas na cidadania no Acre, na Amazônia, mas na florestania!” Eu perguntei: *que diabo é essa história de florestania?* “É a cidadania da floresta! Porque a nossa vida não tem sentido sem a floresta; porque pode haver uma mudança de paradigmas e se urbanizar inteiramente; porque daqui a pouco você pode ver os indicadores de desenvolvimento, saúde e educação, e dizer *que maravilha!*, mas ninguém mede o que as pessoas perderam nesses processos. Parece que são pessoas que sempre vão atrás da perda, mas nós vamos frutificar o novo em cima de quê? Nós vamos construir uma cidadania em cima de uma floresta que foi apagada? Em cima de mitos que foram derrotados? Em cima de pessoas que não têm auto-estima?” Por isso é que eu vejo que é muito importante essa

articulação, esse cenário cultural. Onde a solidariedade, a diversidade, a interculturalidade e a cooperação podem ser valores motores para a construção da cultura como cenário, como esfera pública.

**Paula Campos** - Eu queria agradecer à Tania pela contribuição que ela trouxe, que nos deu a oportunidade de fazer essa discussão sobre a questão cultural. E, como a Regina Novaes falou, meu olho até brilhava lá no fundo enquanto se falava aqui na mesa, porque é uma questão que me interessa e, particularmente, é o trabalho que a gente desenvolve. E eu achei interessantíssima a fala da Regina, porque ela coloca uma questão para a gente: em que lugar a gente está para falar de cultura? E de que cultura é essa que a gente está falando? E eu queria dar um depoimento, um retrato do que a gente vivenciou lá em Belo Horizonte, que eu acho que é muito essa contradição, essa dificuldade de a gente entender o que está acontecendo hoje, principalmente nesses movimentos de periferia que acontecem em Belo Horizonte.

Houve um comício, o último do Lula em Belo Horizonte, e eles espalharam faixas pela cidade toda, chamando as pessoas porque iriam se apresentar “Os Racionais”. Eles estavam querendo com isso que a periferia descesse para o comício, porque basicamente é quem curte, quem gosta de rap e tal. Eles marcaram o comício para as 8h, quando iria começar o show do MC. Como estava todo o mundo lá, os coordenadores da campanha (e acho que isso demonstra a distância que há da leitura do que está acontecendo hoje com os movimentos populares da periferia) convocam um grupo de pagode para tocar enquanto “Os Racionais” não chegam, sem saber que RAP e Pagode não se dão! Não se topam, convivem na mesma favela, vivem um vizinho do outro, mas as referências são outras. Completamente segregados, completamente diferenciados os valores, as propostas...

E aí fica um pagode tocando ali em cima no palco, e o morro todo descendo... Nisso, já eram umas 8hs da noite, e nada dos MC's aparecerem. Com isso, surgiu uma inquietação e uma dificuldade de conviver com aquilo... O povo vaiando os pagodeiros, e os pagodeiros cantando para ninguém. E aí começou uma confusão, várias brigas... A postura da polícia era completamente ameaçadora, porque quem estava lá era o morro, então, eles estavam completamente ameaçadores... Eles começaram a brigar entre si, com a polícia... Foi uma confusão na praça. E olha, a polícia

não quis deixar o Lula falar: “Vocês não podem falar! Vamos acabar com esse trem logo. Porque esse trem aqui vai virar uma praça de guerra. E vamos acabar tudo”.

Foi uma situação que, para mim, demonstrou claramente a dificuldade que hoje a gente tem em conviver com o morro. Aí, o Lula falou dois minutos e fechou. Ninguém mais falou. E no outro dia os comentários eram muito interessantes. Os militantes do PT chegavam e falavam assim: “Mas aonde que o PT está com a cabeça de trazer esse bando de baderneiros para fazer um comício? Mas, pelo amor de Deus! Pra comício, a gente podia trazer os filhos nas costas. Agora não tem jeito mais! Porque chega esse povo e toma conta da praça para dançar, e a gente tem que sair porque ninguém pode ficar perto, porque eles ocupam a praça toda. Porque roda para lá e roda para cá!” Isso os militantes do partido falando.

Eu acho que caracteriza muito essa questão que a Regina levantou aqui, que é a nossa dificuldade de entender que cultura é essa. A gente está percebendo de fato o que está acontecendo nas nossas periferias. E hoje, para mim, o RAP é uma manifestação de uma grande organização popular que está-se dando de forma diferenciada, que não é dos moldes que a gente estava acostumado. Eles não têm uma hierarquia. Não têm essa forma de organização. Às vezes, são dois, três, que fazem coisas numa favela. Que falam coisas e que envolvem pessoas que a associação dos moradores de lá não conseguiu envolver. Eles conseguiram, através da música, convocar a DLU para fazer uma limpeza lá no lixão! Através da música. Fizeram música com isso, discutiram com as pessoas. Então, ao mesmo tempo me preocupa muito e me encanta muito isso que está acontecendo.

Eu acho que a gente tem que prestar muita atenção em de que lugar é esse, que cultura é essa da qual a gente está falando? É a nossa? É o que nós estamos pensando, o que a gente entende? Ou nós não estamos dando conta de entender o que está acontecendo nessas novas formas de organização? Esse comício, para mim, foi claramente a demonstração da nossa incapacidade, muitas vezes, de entender esses novos movimentos que estão surgindo. “Os Racionais” cantaram meia hora, porque a polícia começou a bater mesmo. E as manchetes dos jornais no outro dia eram assim: “Comício de Lula vira pancadaria!” “Pancadaria na praça!” E foi um caos! Até hoje os militantes do PT têm pavor dos Racionais!

**Guacira Oliveira** – A fala do Hamilton provocou a minha vinda aqui, quando ele falou dos movimentos religiosos. Para nós, que estamos atuando no campo das mulheres, do feminismo, os movimentos religiosos, de um modo geral, representam um grande obstáculo às nossas lutas. Sejam de que religião forem. É a Igreja Evangélica, a Igreja Católica, nas suas diferentes modalidades, carismáticos e o que mais tiver. Todos esses movimentos colocam a mulher numa situação muito conservadora. Mantêm e, se possível, ainda retrocedem da posição que nós estamos hoje. As questões colocadas pelo movimento feminista, de um modo geral, criam uma nova divisão, vamos dizer assim, nos campos de esquerda e de direita.

Quando hoje a gente luta por direitos sexuais, por exemplo, não dá para falar em esquerda em direita. A gente se depara, por exemplo, dentro do Congresso Nacional, com Hélio Bicudo, que é um homem reconhecidamente de esquerda e, no entanto, é um dos maiores obstáculos a qualquer questão que se coloque em relação a este assunto. Quando a gente fala em violência intra-familiar, por exemplo, em violência doméstica e sexual, essa questão religiosa se coloca novamente: a família é vista como um lugar a ser preservado por esses movimentos. Intocável! A violência que acontece aí dentro, as relações desiguais que se processam e que geram a violência são escamoteadas. Têm que ser invisibilizadas, para poder preservar a família.

Eu queria chamar a atenção para isso: para a necessidade de, quando a gente estiver discutindo cultura, pensar muito profundamente nessas relações. E pensar, também, nas questões dos direitos sexuais como um ponto radical, em que a nossa radicalidade também tem que se expressar.

**Cristina Simião** - Duas coisas eu acho que seria importante a gente retomar à tarde: em cima do que a Regina Novaes colocou, as mudanças que indicam uma linguagem cultural e um fazer cultural que não têm ainda categorias teóricas e clássicas que nos permitam aferir e medir; e a dificuldade de categorias para entender a cultura hoje. São coisas que me parecem um exercício e um desafio que não vão ser resolvidos agora, nesses dois dias, mas que poderiam integrar a agenda das nossas preocupações, enquanto ONGs que pretendem trabalhar essas questões de mudança e reconstrução da sociedade civil.

Sobre isso, a afirmação de que não se faz uma revolução política sem uma revolução cultural me fez

lembrar 1992, 93, quando eu estava numa reunião de consultoras sobre gênero, promovida por NOVIB a nível de América Latina. Nós tínhamos um encontro com a comandante Dora, que tinha sido comandante dos Sandinistas. Aí, se discutiu a questão gênero: como é que está acontecendo? Como aconteceu no período Sandinista? Que mudanças aconteceram nas relações de gênero? Ela disse: “Nós fizemos a revolução política, mas toda a vez que nós, mulheres, colocávamos a questão gênero, a resposta era sempre *‘Companheira, espera um pouco que agora nós temos que resolver o problema econômico, da produção e da coletivização das fazendas’*. Ou: *‘Companheira, espera mais um pouco, porque ainda não é bem essa a hora. Temos que resolver o problema do enfrentamento dos contras...’* E agora nós estamos aqui, já passados dez anos, com a Violeta na presidência! Porque um grande número de mulheres que participaram e apoiaram o sandinismo votou na Violeta por ela ser mulher.”

Portanto, a própria percepção cultural de toda essa questão de relações e democratização das relações de gênero não ocorreu, por causa dessa falta de categoria ou do trabalho a partir de categorias clássicas e hierarquizadas, como foi colocado hoje. Às vezes a gente tem análises que são muito estereotipadas, e não vai a fundo para ver o que realmente está acontecendo e como aprender. Ou seja: essa reconstrução de parâmetros também não pode sair só de nós. Nós vamos ter que aprender com os outros e tentar interagir. Com sucessos, fracassos, mudanças e andanças, que podem estar acontecendo neste nosso continente, nesta periferia da qual falou o Francisco ontem.

**Adolfo Lopez** - Eu queria tentar sistematizar um pouco o que eu entendi, para a discussão de hoje à tarde, porque eu achei extremamente produtiva esta manhã. E juntar um pouco as colaborações dos textos e dos expositores de hoje de manhã. O primeiro ponto seria identificar um pouco o que aconteceu ontem, de maneira geral, nos grupos, que era uma necessidade de nos identificar, saber quem somos, na medida em que somos diversos... Diversos nas ações, nos temas, nos beneficiários, nas áreas. Inclusive, para definir parâmetros de comparabilidade, que foi uma coisa que a Regina falou.

Por outro lado, o texto discutido hoje de manhã sugere, de uma maneira muito interessante, uma atitude solidária: “nós elegemos o Fernando II, nós botamos para fora o Fernando I”... Que entendi como uma forma solidária, mas, de qualquer maneira, exige

uma leitura de quais foram os sujeitos sociais que participaram desse processo, que tem uma diversidade de sujeitos, tem uma diversidade na intensidade de participação...

Essa diversidade também sugere uma questão metodológica, que eu senti no texto, que eu não entendi direito, que me faz pensar um pouco na questão sujeito e objeto na nossa prática. Me assustou um pouco, eu não entendi direito... Ela fala, por exemplo, da necessidade de levantar os excluídos, definir os excluídos. Como se a gente não fosse excluído! Quando imagino que você, enquanto mulher, também é excluída, de alguma maneira. Como trabalhadora, também pode ser excluída de outra maneira. Por outro lado, os excluídos se incluem, nas suas práticas sociais, entre eles, entre movimentos e campanhas, entre associações de bairros, enfim, o excluído como uma forma... com uma impossibilidade de ser cidadão. Eles têm, os excluídos (e eu como excluído também tenho) a possibilidade de ser cidadão, em determinado momento, e de não ser, quando sou excluído. Isso se coloca em todos os agentes e em todos os cidadãos.

O ponto quatro, que também foi colocado ontem, é que aparentemente a gente tinha a fantasia e a ilusão de que, quanto a cidadania, todo mundo entendia a mesma coisa, e ontem ficou muito claro que isso não é verdade. Então acho importante também, como uma premissa metodológica para a discussão de indicador de cidadania, que basicamente a gente chegou pelo menos a um consenso de que cidadania é uma questão de participação. E que, portanto, indicador tem que trabalhar o processo, tem que indicar também, e tem que levar em consideração a diversidade...

Uma outra questão levantada, frente à questão da cidadania, foi a da equidade entre as diferenças, só para misturar alguns conceitos que a gente falou aqui. E a minha última questão seria uma questão pessoal, que não tem nada com a NOVIB: qual é o “pé do Fernando Henrique Cardoso na cozinha”? Essa não entendi: não vi qual era o pé do Fernando Henrique Cardoso na cozinha.

**Leandro Valarelli** - Bom, eu juro para vocês que tentei organizar várias questões que as falas e o próprio texto me suscitaram. Não sei se eu vou conseguir ter sucesso aqui na minha fala, mas, primeiro, eu acho que este debate e outros têm balançado algumas certezas e alguns jargões que a gente tem utilizado. Acho que a Regina falou um pouco dessa coisa de jargões. Acho interessante que a gente esteja falando,

por exemplo, da valorização da dimensão, como o Hamilton falou, de cenário cultural.

Acho que isso é uma coisa que já vem rolando há muito tempo: a valorização dessa dimensão da cultura como intrínseca às mudanças, às transformações sociais. Agora, tem até uma questão para a gente pensar à tarde, que é essa questão de indicadores. Porque eu acho que nosso conjunto de ONGs sofre uma coisa que várias outras forças oficiais ou políticas da nossa história também sofrem, que é um pouco uma síndrome que eu vou chamar de uma certa prepotência... Quer dizer, o fato de a gente descobrir que a dimensão cultural é importante e que a gente de fato consegue produzir mudanças às vezes faz com que a gente seja um tanto voluntarista ao pensar as transformações culturais.

Acho que a fala da Regina, da Regina Rocha e de todo mundo chamam a atenção para o fato de que, para a gente ser sujeito político e conseguir perceber a nossa identidade, é preciso também que a gente perceba que a nossa identidade não é só um processo no qual a gente define a nós mesmo. As nossas identidades são construídas também na relação com o outro. O outro ajuda a gente a construir a relação. Constrói a nossa identidade. A nossa capacidade de ser sujeito não está dada por nós mesmos; está dada também pela relação que a gente estabelece com outros atores. Então, por exemplo, para intervir no plano da cultura – e eu sei disso porque na minha ONG a gente discute muito isso: “Ah! Vamos intervir no plano cultural, enfim...” –, é quase como se fosse uma questão perceber quais são, com clareza, os valores que a gente quer afirmar. E discutir um pouco os meios, às vezes até retificando um pouco essa coisa da mídia.

Não sei se inadvertidamente ou não (não conheço o texto todo do Cândido, na Plataforma), mas, naquele trechinho, uma coisinha me preocupa: nosso espaço privilegiado é um pouco a mídia. A mídia! Bom, a gente está dizendo aqui que espaço de produção da cultura, de construção de identidades culturais e tal, ele se dá, obviamente através da mídia, mas através de muitos outros processos, os quais a gente não controla, não governa, não é o único ator, não tem essa força toda, enfim... Então, acho que, até para a gente pensar depois como é que a gente de fato consegue ser sujeito político no processo de construção de novos valores, é preciso ter um pouco em conta onde é que de fato a gente é capaz de intervir. Qual é de fato a grande contribuição que a gente pode dar.

Nesse sentido, acho que, além da afirmação de nossos próprios valores, talvez um desafio para a gente, e que possa até virar um indicador, seja: “Qual é a capacidade de a gente de promover diálogo intercultural?” Acho que alguém falou aqui que talvez uma das formas de intervenção mais... possível, não sei se a mais eficaz... e que está nas nossas mãos seja a capacidade de produzir diálogo entre culturas ou subculturas... O *sub* não no sentido de menos, mas como uma referência para o debate cultural.

A segunda coisa que acho que o debate levantou foi que, para fazer esse debate intercultural ou para ser sujeito político, a gente tem que se ver na história também. Vários de nós temos uma trajetória que certamente pode ser contada assim... Quer dizer, participamos de movimentos de bairro, movimentos sociais, de periferia e tal. E a gente achava que o crescimento quantitativo e qualitativo desses movimentos iria produzir transformações brutais. E certamente eles produziram muitos significados, muitas mudanças na conjuntura política, econômica, social e cultural...

Depois, vieram instituições como o Instituto Cajamar, a escola Quilombo dos Palmares, enfim, um grande processo de discussão da educação popular no Brasil, centros de Educação Popular, centros de informação... Achávamos que por excelência ali eram lugares onde a gente iria formar os novos quadros políticos, intelectuais da esquerda, da transformação social. Foram importantíssimos em determinado tempo, mas não se revelaram aquilo mesmo que pensávamos que iriam ser. E, hoje, o que eu quero dizer é que talvez devêssemos tirar um retrato daqui, neste dia, e dizer o seguinte: talvez, eu digo talvez, isso que a gente está vendo hoje aqui, essas caras, todo mundo em ONG, talvez não exista daqui a cinco anos. Talvez seja bom a gente tirar um retrato para lembrar. “Lembra, quando a gente era ONG, o que a gente pensava?!”

Ou seja: é preciso a gente relativizar nosso próprio lugar, nossa própria capacidade de ser sujeito político. Porque, senão, acho que a gente fica com uma idéia de uma capacidade, de um poder que na verdade só se realiza quando combinado com muitos outros atores, com muitas outras variáveis, que intervêm por aí. Então, acho que, se a questão é como é, e a gente é cada vez mais sujeito político, algumas coisas até poderiam se reverter como indicadores. Que é o seguinte:

1 – Ampliar a nossa capacidade de renovar as análises dos nossos pressupostos para entender a realidade

social, seja no plano da cultura, seja no plano da dinâmica de movimentos, seja no plano dos novos valores que estão surgindo. Acho que várias pessoas aqui na mesa falaram coisas que questionam um pouco, talvez, certas verdades que a gente tem construídas.

2 – Qual é a capacidade da gente aprender o novo. Aprender e apreender do novo. Muitas vezes eu sinto que a gente tem uma certa visão de que o único problema que está colocado para a gente como ator, ou como sujeito político, é que os outros ainda não perceberam. Então, trata-se de divulgar: é mídia, é publicidade e, na verdade... Acho que a gente precisaria tomar cuidado com isso, e ver assim qual é a capacidade que a gente está tendo hoje, nas nossas instituições ou nesse campo, de aprender e olhar mais abertamente o que de novo está acontecendo. Por exemplo, a nossa identidade de ONGs hoje está profundamente abalada. Porque está popularizada, perdeu o significado que a gente queria. Isso é um dado. Têm de fato surgido novas organizações, novos sujeitos; tem a filantropia empresarial... Se a gente não olhar, não olhar mais abertamente para o que isso está colocando para a gente, inclusive questionando a nossa identidade, os nossos valores, eu acho que a gente perde a capacidade de se pensar enquanto sujeito político.

Acho que tem uma questão, pensando um pouco na listinha de indicadores, uma coisa que eu senti muita falta, que tem a ver com o que acho que é uma grande contribuição que a gente tem, que a Tania fala no texto: nesse papel de mediação entre teoria, prática e intervenção política, tem aquilo que sempre foi uma grande força, que é a dimensão, digamos assim, mais demonstrativa da nossa intervenção. A dimensão de, nessa mediação, desenvolver o que a gente chama de metodologias, conhecimentos que um pouco se reproduzem, que se difundem. Eu acho que durante muito tempo a gente perdeu essa capacidade. Então, talvez devamos pensar um pouco se um dos critérios de avaliação da nossa prática não está na capacidade, também, de desenvolver conhecimento organizado, acumulado sobre a forma de metodologias que podem se difundir e trocar mais.

**Juan Carlos Rueda** - Vou tentar ser o mais breve possível. Mas, pelo o que eu vi no documento, aliás está na página 8, o que está escrito aqui é exatamente o que nós, como movimentos sociais, e falo pelo Conselho Nacional de Seringueiros, somos radicalmente contra! Achamos que colocar as ONGs

(aliás, nós também nos entendemos como ONGs, mas aqui se colocam ONGs de um lado e movimentos sociais de outro, e nós também somos ONGs, os movimentos sociais) e pensar que ONGs são formadas por intelectuais e assessores e vão **intermediar**, que devem ter uma posição de destaque, que devem ser os mediadores, compartilhando entidades e movimentos sociais, nós achamos o fim da picada!

Nós estamos lutando, faz anos, contra isso! Nós queremos que os nossos grupos se organizem e se fortaleçam, e eles próprios negociem por si. Eles cometem os seus erros, fazem as suas cagadas. Quem faz políticas públicas? Quem defende o equilíbrio da Amazônia? Que tipo de projeto querem? Que tipo de apoio na área de produção e comercialização? São os representantes dos movimentos sociais, que são legítimos, que são eleitos. Nós não entendemos que um grupo que se forma de indivíduos, de intelectuais, se outorgue o direito de dizer que vai **intermediar**. Então, pelo que eu li, só queria colocar que em essência ou é um erro de reação, ou é um erro político muito grave.

**Chico de Oliveira** - Um pouco mais de lenha nesta fogueira. Eu ouvi tudo, e há dois conceitos e duas... se não chega a ser conceito, duas *nominações* que percorrem quase todas as nossas falas e que, a mim, me preocupam muito. De primeira, a identidade. Essa questão da identidade é uma questão falsa. Quer dizer, a identidade foi o objeto da crítica mais radical dos frankfurtianos. A identidade é o caminho da segmentação, é o caminho do não-outro. Portanto, na nossa crítica é preciso muito cuidado para reivindicarmos nossa identidade. Acho que a tarefa das ONGs é se dissolver na identidade, e não buscar uma identidade social, específica. Isso parece uma questão muito abstrata, mas todo caminho para buscar uma identidade exclusiva torna-se uma identidade excludente. E eu acho que o nosso trabalho, exatamente porque é orientado pela utopia, não pode render-se a essa busca desesperada de identidade.

A segunda coisa percorre também a fala de quase todos nós e está muito presente, por exemplo, na questão da mídia. Nós nos falamos como atores, e isto já é nos rendermos à percepção da sociedade como mídia. Esse deslize semântico não é sem consequência. Significa, por exemplo, que você pode vestir a carapuça de acordo com a circunstância. E aí, de novo, também é um caminho perfeitamente anti-utópico. A gente tem nas telas dos cinemas um filme

excepcional, que está passando como uma comédia, que é uma coisa muito séria. Chama-se “Truman, o show da vida”...

Não é a mídia que faz a sociedade, é a sociedade que é midiática. A sociedade que nos trata e nos coloca como atores, e não como sujeitos, que é um deslizamento semântico da maior importância. Nesse fórum de ONGs que querem ser sujeitos e não atores, esse deslizamento é impenitente.

**Tania Pacheco** - Na verdade, eu não pretendia falar novamente; pretendia, quando muito, agradecer as contribuições. Agora, além de agradecer, o que já está feito, queria fazer três pequenas referências. A primeira é a Juan, a quem peço desculpas pela minha incapacidade de traduzir corretamente, pelo visto, o que eu pretendia escrever e que em absoluto não é um menosprezo, uma arrogância ou qualquer coisa assemelhada em relação aos movimentos sociais. É, sim, um convite, um desafio, sempre buscando uma polêmica, para que as ONGs se olhem inclusive nos papéis que elas talvez possam e devam assumir de outras formas. A palavra *mediação* - acho que mais uma vez a gente tem o que a Regina chamou de palavras em eterna disputa - talvez tenha sido usada de uma forma... não digo inapropriada, mas que talvez merecesse uma tradução, até porque este é um fórum onde nós sabíamos que estariam pessoas estrangeiras, pessoas que tenham uma outra intimidade com o próprio idioma... Sem contar que é uma palavra que aqui entre nós mesmos tem significados diferenciados, de acordo com a platéia a que se destina. Seja lá como for, é para ficar claro que a intenção não foi por aí.

A segunda questão que eu gostaria realmente de levantar aqui é para o Adolfo: óbvio que somos todos excluídos. Até Fernando Henrique Cardoso, a seu modo, é excluído também. Apenas, nessa provocação, a gente precisa lembrar que alguns são mais excluídos que outros, como alguns são mais iguais...

Finalmente: eu me surpreendi, quando o Chico se levantou, no jeitinho dele, foi sentar lá na frente e, anunciando antes o que pretendia fazer, jogou mais duas questões no ventilador, num convite para que nós busquemos uma coisa chamada radicalidade, sob a forma de duas *questõeszinhas* na aparência facilmente desprezáveis mas que, como ele disse, são fundamentais se desejamos de fato trabalhar a utopia.

**Cândido Grzybowski** - É este um pouco o fio nosso, aqui, encarando o que ontem foi dito como uma perspectiva de trabalho que aceita a idéia de que

construir cidadania e democracia é uma estratégia de enfrentar a exclusão, a pobreza, as dificuldades, enfim... E que isso implica em mudanças... Vamos dizer que ela é uma estratégia nesse sentido de mudança estratégica, que a gente avalia em conjunturas históricas muito determinadas. E o Chico nos descreveu uma conjuntura até extremamente pessimista... Mas ele também, no final, fala das ambigüidades que a gente deveria explorar mais nesse campo em que nós intervimos, para hoje a gente falar da incidência nossa, do nosso trabalho, e, aí, dos problemas que isso traz. Que são muitos, como a questão da identidade.

Mesmo a gente dizendo que não quer se excluir e nem excluir ninguém, eu não sei se tem outro caminho a fazer, a não ser por essa contradição de correr o risco de excluir para se afirmar. Porque o MST, quando tenta construir a sua identidade, não está em si excluindo, mas está se distanciando, se diferenciando. Talvez a gente pensasse muito mais na idéia de teia social, malha... A Regina falava da teia de significado, mas é uma teia ampla... De significado, de organizações, movimentos, de processos, de ações, de políticas, de intervenções na vida política. E nós incidimos nisso. Que significado isso tem é o que nós estamos buscando entender aqui.

E, nesse esforço de gerar dúvidas, será que estamos virando hegelianos novamente? No sentido em que acreditamos tanto na mudança cultural... Eu, ao mesmo tempo que digo isso, digo: “Mas sim e não!” Sim, no sentido de que estamos redefinindo nosso materialismo, dando a sua dimensão humana mais radical, no sentido em que seres humanos são seres

humanos na medida em que estão determinados por relações e por vontades, desejos, sonhos, que também são determinados em circunstâncias etc. E - tese primeira sobre Feuerbach! - que fazemos histórias, mas só que não escolhemos *quando*, só *como* fazemos! E esse *como* depende de boa análise, das relações...

Na verdade, nós estamos tentando ver isso, e eu estava me colocando a questão um pouco admitindo algumas coisas que se disse aqui de especificidades. Por exemplo, de Igrejas, do significado que é construído hoje no meio popular que é predominantemente urbano. E o papel que têm as igrejas, essas novas igrejas, no dar um sentido de vida. Por que esse sentido ao mesmo tempo é problema para nós? E eu não me recuso a discuti-lo enquanto problema, porque ele é incapaz de gerar uma onda de cidadania nesse sentido. Mas, ao mesmo tempo, para gerar essa onda de cidadania, eu preciso de uma análise boa de conjuntura, que reconheça que o hoje se apresenta assim e não diferente, que hoje o meu interlocutor é quem organiza o seu significado assim. Senão, eu não conseguiria fazer a mudança. E esse é o desafio.

E quando o Chico levanta essa questão de entidade, talvez no que nós pecamos seja na dificuldade em reconhecer os outros. Porque acho que a construção da nossa identidade se faz reconhecendo os outros. E, no caso aqui do trabalho político, é reconhecida essa diversidade, essa relação que determina aonde nós vamos incidir. Acho que nós estamos dentro da arena e pegamos o boi pelo chifre, sim! Não estamos fugindo dela. Ontem, o Hermes disse para o Chico: “Venha para dentro; não fique em cima da cerca!” Eu acho que nós estamos dentro da arena.

## V. Relatórios dos Grupos

### Grupo I - Cultura

Integrantes: Ângela Almeida, Chico de Oliveira, Claudius Ceccon, Hamilton Faria, Laura Prado, Leilah Landin, Núbia Gonçalves, Paula Campos, Regina Rocha, Tania Pacheco

O grupo optou por levantar pontos prioritários, contextualizar e indicar cenários culturais, a partir do lema: **“A cultura deve engravidar o conjunto das nossas ações.”**

#### 1. Construção e disseminação de valores democráticos:

- Proceder à análise crítica dos valores vigentes na sociedade, rompendo com a indiferença e combatendo aqueles que legitimam como “naturais” a miséria e a exclusão
- Evidenciar a importância de valores como solidariedade, cooperação, religiosidade, enquanto campos de valores e de cidadania
- Saber que as ONGs podem colaborar para fortalecer identidades culturais, mas sem a pretensão de que poderão construir estas identidades ou diferenças culturais

#### 2. Educação, Comunicação e Informação:

- Produzir informações qualificadas sobre cidadania como parte essencial da formação de crianças e adolescentes na escola, contribuindo para que esses espaços de educação formal sejam agentes de mudança social. Transformar a escola em centros irradiadores de uma nova ética (trabalho que já vem sendo desenvolvido por ONGs)
- Difundir informações e evidenciar a retirada do espaço de cidadania das escolas pela diminuição dos recursos públicos
- Entender e debater a educação como prática que leva informações qualificadas e recolhe, sistematiza e divulga a informação produzi-

da pelos grupos com os quais se trabalha. Repensar a escola não só considerando o nosso olhar mas também privilegiando o universo do público daquela escola. Enfatizar a importância da escuta cultural (a escuta do que já existe no universo popular), base para uma interlocução profícua com a comunidade

- Trabalhar a relação arte/cultura nos trabalhos sociais, como forma de enriquecer o cenário de nossas ações e compreender melhor as realidades sensíveis
- Desmascarar e criticar a cultura mercadocêntrica, que se propõe a transformar as ações socioculturais e nossos sonhos em conta bancária. A cultura pode fazer emergir valores e práticas de cooperação e solidariedade em contraposição a este discurso.
- Produzir e disseminar informações relevantes sobre a realidade brasileira, desmistificando o consenso social, reiterando a centralidade do conflito e resgatando a dignidade, de modo a construir formas diferenciadas de resistência ao “pensamento único”
- Empenhar-se na democratização do acesso aos meios de comunicação
- Empenhar-se na criação de critérios e normas para a grande mídia, estabelecendo um controle social para o que se constituir em serviço de utilidade pública
- Participação no debate público. As ONGs estão aquém do que podem fazer e precisam lutar por uma presença mais ativa. A presença no debate público é uma marca cultural das ONGs
- Ter uma estratégia frente aos meios de comunicação

#### 3. Direitos da cidadania:

- Participação ativa das ONGs na construção do espaço público
- Atuação decisiva frente à destituição de direitos: trabalho (demissão voluntária, salários, por exemplo), educação, saúde, meio ambiente
- Fortalecer e estimular uma cultura de direitos na sociedade.

## Grupo 2 - Construção de Espaços de Organização

Integrantes: Adolfo Lopez, Antonio José, Cristina Simião, Érica Rodrigues, Leandro Varelli, Magnólia Said, Paulo Magalhães, Ricardo Wilson-Grau e Sílvia Camurça

### 1. Aspectos gerais relativos à proposta dos três campos:

Tendo a proposta apresentada o sentido de identificar campos centrais nos quais as nossas ações teriam sentidos e significados de uma estratégia de construção da cidadania, ressaltou-se:

- Que o campo 3 - Políticas Públicas - talvez não seja suficiente e/ou adequado para conter os aspectos e questões relativos à nossa intervenção no plano da sociedade civil e da construção de uma esfera pública. Talvez deva estar relacionado a aspectos mais gerais das relações de poder
- Que aspectos fundamentais da nossa prática, como Geração de Trabalho e Renda, não encontram expressão nos campos propostos. Talvez num campo de mudança das condições e da qualidade de vida?
- Considerar que aspectos ou dimensões, como a da relação das práticas sociais, organizações e valores com o ambiente (numa perspectiva ampla de sustentabilidade), não estão ainda considerados, seja como campo, seja como aspectos

### 2. As organizações, seus espaços e as possibilidades de sua construção:

- Há uma clara relação entre história e qualidade organizativa e cidadania
- Ao falarmos de organização, devemos considerar a existência e o afloramento de novas e diversas formas e processos de organização, muitos dos quais não conseguimos perceber/apreender, por desconhecimento e por termos olhares pré-determinados. Portanto, repensar nossos parâmetros e critérios para identificar e compreender outras dinâmicas organizativas, que não aquelas com que nos

habitamos a lidar. Há uma realidade plural e complexa

- Portanto, sem abrir mão da possibilidade e da necessidade de “construção de organizações”, as tarefas talvez sejam outras. Estas novas formas de organização não têm necessariamente seu sentido dado pela perspectiva da cidadania; às vezes, é o contrário. O importante é perceber que carregam possibilidades, em torno das quais deveríamos intervir, no sentido de disputar o sentido de seus valores e práticas. Mais que construção, talvez seja necessário afirmar a necessidade de disputar o sentido deste novos espaços organizativos existentes. Implica em mapeá-los, desenvolver habilidades e estar aberto para percebê-los e com eles estabelecer diálogos
- Existirem organizações não significa existência de sujeitos políticos. Sujeitos implicam em identidades que se exercem na relação com outros e produzem mudanças nas relações sociais, político-culturais. Quais são os valores que permitem esta articulação de pautas e linguagens de modo a que o outro seja reconhecido e criem-se possibilidades fecundas de atuação na realidade?
- A construção de sujeitos políticos sob a forma de redes, fóruns e articulações implica que se pensem não apenas identificações temáticas, mas, principalmente, relações baseadas na articulação e sinergia de pautas e modos de atuação entre entidades. Há uma tensão entre especialização e necessidade de abordagens articuladas. Atentar para a existência de fóruns e articulações auto-referidos, às voltas com problemas de regras, identidade e constituição interna que não têm conseguido se voltar para ações
- A necessidade de unificar lutas específicas às mais gerais é um desafio um tanto genérico e há muito perseguido. Não é a mera somatória de pautas. Exige caminho de diálogo entre interesses e propósitos. *Campanhas* podem ser esta expressão, quando são apresentados e difundidos projetos, valores, propostas de um conjunto de instituições que não são de ninguém em particular e são de todos ao mesmo tempo
- Redução dos níveis e graus de organização: é preciso avaliar cada situação e suas razões

### 3. Identidades e parâmetros comuns de ação:

- Tanto sobre as organizações em geral quanto sobre o nosso próprio campo de ONGs temos que considerar a questão da identidade menos como ponto de chegada que como ponto de partida, que se desenvolve na relação com outros
- Portanto, a questão para nós (ou disputando o sentido das organizações) deve estar mais centrada nos valores que animam do que no **que** e no **como** se atua. Valores como Justiça, equidade, capacidade de indignação frente a situações de exploração e subordinação, como móveis para **ações que deslocam relações de poder e dominação**, seja em que plano for. Este talvez deva ser o critério mais relevante, onde cada organização desenvolve e interfere segundo suas possibilidades e capacidades: mediação, articulação, lobby, intervenção em políticas públicas, mobilização de base, comunicação, informação etc
- Papel de mediação: de certo modo, todos os sujeitos exercem mediações, não apenas as ONGs. O que nos cabe é a disputa da construção dos espaços públicos, segundo cada contexto e conjuntura específica, geral ou local.

### 4. Repensando indicadores:

- Orientados por uma utopia, intervimos em conjunturas que traduzem correlações de forças. Assim, a conflitividade, a luta social, deve ser uma referência importante e valorizada, pois é dessa forma que se dão as possibilidades de inclusão/reestruturação. A reação dos outros sujeitos às nossas ações deve servir como indicador de mudança: alteram-se posições e relações de poder
- Direitos deveriam ser referenciais de cidadania não apenas no plano formal, mas do seu exercício e consciência e prática social. Talvez indicadores de qualidade do estado de direitos.

### Grupo 3 - Participação e Influência em Políticas Públicas

Integrantes: Cláudio Roen, Francisco Mesquita, Guacira César de Oliveira (relatora), Hermes Gonçalves Monteiro, Juan Carlos Rueda, Laura Valeiro, Michael Kleinekathoefer, Valdeneide Barboza Queiroz, Vânia B. Do Nascimento, Vera Vieira.

### Conclusões:

- Foi questionado pelo grupo se a pauta apresentada deveria ser entendida como um programa a ser realizado por todas as ONGs, o que foi considerado impraticável. A maioria entendeu que se tratam de ações que já são concretamente desenvolvidas pelas ONGs, direta ou indiretamente, de forma parcial, nos planos local, regional, nacional e internacional. Não se trata de uma proposta de programa a ser cumprida por todas.
- Foi apontada a necessidade de se aprofundar a discussão sobre a identidade das ONGs, para se definir se somos sujeitos ou atores.
- Foi debatida a questão do papel das ONGs nos espaços de discussão e formulação de políticas públicas. Parte do grupo entendeu que a participação nesses espaços se daria necessariamente através de representatividade. Outra parte do grupo entendeu que essa participação também é possível quando se assessoram projetos de política pública (exemplo: na CPI da esterilização, o CFEMEA assessorou a mesa e a relatoria na elaboração das conclusões e recomendações da Comissão).
- Foi apontada a necessidade de uma melhor qualificação dos sujeitos para a intervenção propositiva nas políticas públicas, aprofundando o debate sobre novas metodologias, estratégias e conceitos.
- Foi apontada a necessidade de uma articulação entre as ONGs, movimentos sociais e profissionais que atuam nesse campo, sugerindo, inclusive, a formação de uma rede para superar o isolamento verificado.
- Verificou-se que o texto proposto não contempla as ações indiretas de ONGs, como por exemplo aquelas voltadas para a produ-

ção de conhecimento, assessorias etc, que são fundamentais para a eficácia das ações diretas.

- O grupo entendeu que a execução de políticas públicas pelas ONGs não significa substituição do papel do Estado. É preciso atentar para o fato e não se tornar um mero prestador de serviço. Nesse sentido, sugere-se incluir a execução de políticas públicas como uma das ações desenvolvidas.
- O grupo verificou que as instâncias do Executivo e do Judiciário estão nominalmente citadas pelas ações, e, da mesma forma, é necessário fazê-lo com o Legislativo.
- Avaliou-se que o termo “mediar” (utilizado no penúltimo tópico) é impróprio, sugerindo-se substituí-lo por “facilitar processos e auxiliar...”
- Sugeriu-se substituir o título da 2ª questão de “Reforma do Estado” para “Relação Sociedade Civil e Estado”. É preciso aprofundar o debate sobre a relação sociedade e Estado.
- Na 1a. questão, segundo tópico, acrescentar a pressão política através dos meios de comunicação.
- Verificou-se a necessidade de se enfatizar o trabalho de políticas públicas a partir de uma perspectiva regional articulada com a local.
- Há a necessidade de inclusão de um novo item, relacionado à participação da sociedade civil na gestão do desenvolvimento econômico e social, inclusive na sua conceituação.

## **Dia 11.12.98 - Plenária de encerramento**

### **Observação:**

Na manhã do último dia, os participantes se dividiram inicialmente em cinco grupos, para a discussão de três questões pré-definidas. As conclusões foram apresentadas pelos relatores, em duas rodadas. Na primeira, foi trabalhada a questão da proposta teórico-metodológica. Na segunda, foram discutidas, em conjunto, as duas questões restantes: os desdobramentos dos trabalhos e as contribuições que as entidades poderiam oferecer a essa tarefa

### **Questão 1**

#### **Proposta teórico-metodológica: acordos e desacordos**

#### **Grupo 1**

Integrantes: Cristina Simião, Érica Rodrigues, Michael Kleinekathofer, Valdeneide B. Queiroz, Tania Pacheco

A primeira questão que ficou clara, por consenso, foi a importância da contextualização, não só antes de se partir para a construção de indicadores, mas antes mesmo de se partir para qualquer tipo de ação, de planejamento. Mais que isso, a questão da análise de conjuntura, da contextualização como algo a que se deve voltar sempre, como um instrumento para pensar, para se verificar se na realidade nós estamos interferindo de forma conveniente, inconveniente, correta ou incorretamente... Ou seja: a análise de conjuntura transcende de muito a construção de indicadores, e tem que estar sempre na nossa cabeça como uma necessidade que nos dá parâmetros para agir.

A segunda questão, também consenso, foi a inequívoca importância que todo o grupo deu à questão da construção dos indicadores. Ficou muito claro que é fundamental construí-los. Também ficou claro por consenso que, antes da construção desses indicadores e tendo por base exatamente a contextualização, é essencial que se criem referências coletivas de todas as entidades que apontem exatamente a noção do caminho a ser trilhado para a construção desses indicadores. Isso ficou meio como uma urgência que a gente não chegou a formular, mas um dos aspectos que precisariam ser aprofundados é a necessidade de uma referência coletiva nossa, a partir da qual sairiam esses indicadores.

Foi ressaltada a importância de se resgatar tipos de indicadores já existentes, até em função de algumas coisas que foram ditas, para ver se essa experiência de alguma forma poderia servir a todos. A importância de indicadores quantitativos foi colocada no seu devido lugar pelo grupo, como algo que serve para pontuar onde o nosso olhar deve pairar um pouco para a construção dos indicadores. Ou seja: eles nos dão determinado tipo de informação, mas que não é a informação que nós queremos. E que nós vamos apenas usar para criar, então, os indicadores que nós de fato necessitamos. Acima de tudo, ficou muito clara a noção, no grupo, de que nós estamos em meio a um processo, e que esses próprios indicadores em processo de formulação devem ser entendidos por nós, sempre, como indicadores que também nos servirão como meio para, futuramente, eles já criados, aferir o processo de trabalho das nossas entidades.

A terceira questão, finalmente, também resgatada por consenso, foi a importância dos conceitos de cidadania e democracia com o ponto de partida para a construção não só dos indicadores, mas dos referenciais coletivos que levem à possibilidade de estabelecimento destes indicadores que nós estamos buscando. E com um adendo: o grupo considera fundamental a clarificação imediata do que nós entendemos por cidadania e democracia, antes que partamos para qualquer definição do que a gente quer atingir de cidadania e democracia.

## Grupo 2

Integrantes: Paula, [??? ??????]

O nosso grupo foi um pouco na lógica do primeiro; não discordamos de muitas coisas. O grupo concorda com a necessidade de se ter um marco teórico que nos permita ter uma linguagem comum, mas sente a falta um aprofundamento que leve a definições mais claras e precisas de todos os conceitos que foram aqui discutidos e de outros também, que não foram, os quais a gente vai trabalhar. Entre eles, a questão do desenvolvimento, democracia, cidadania e cultura. E também falta aprofundar a partir daí o que nos identifica como ONG.

Colocou-se também a necessidade de um horizonte, uma pauta comum compartilhada e que contemple a pluralidade, a diversidade das ONGs, que potencialize as ações destas, que são diferenciadas. Foi muito discutida a questão dos indicadores gerais e a questão dos indicadores específicos. E como a gente via a diversidade das instituições dentro dessa discussão de indicadores. É fundamental anteriormente discutir essas questões; é o princípio básico discutir as nossas definições, definir o que são esses conceitos para nós, o que nos une através desses conceitos, para a partir daí criar os indicadores que deverão ser definidos a nível macro e que servirão de instrumental para as atuações específicas. Isso porque, em alguns grupos, na segunda ou na terça, ficou colocado assim: “mas nós estamos discutindo muito o geral, e a minha instituição tem uma necessidade de discutir indicadores diferenciados“. Mas o que foi apresentado pelo grupo e o que nós vamos construir são esses indicadores macros, que vão nos potencializar, vão nos instrumentalizar para definir os indicadores individuais das instituições específicas.

## Grupo 3

Integrantes: M.Ângela V. de Almeida, Josué Luís de M. Júnior, Laura Prada, Leandro Valarelli, Vera Fátima Vieira

No nosso grupo, os três pontos de maior consenso foram:

1º - Não há clareza na proposta teórico-metodológica. Não houve uma sistematização dos passos previamente definidos para a compreensão dos participantes

2º - O prévio conhecimento do campo de atuação das diferentes ONGs permitiria a construção de indicadores mais amplos

3º - É preciso compreender a atuação dos novos atores, como universidades, empresas, estado e comunidades, para ter clareza dos distintos papéis.

## Grupo 4

Sílvia, [??? ??????]

O grupo identificou de cara uma lacuna que estava traduzida nas entrelinhas de muitas das idéias. Uma lacuna sobre “afinal, o que é indicador, para que serve...?“, sob pena de confundir indicador com atividade, indicador com objetivo. Discutimos como isso pode ser aprofundado. Quanto aos acordos, estava bastante clara a centralidade das idéias cidadania e democracia, precisando aprofundar como uma referência. Inclusive a necessidade de, na discussão da cidadania, incluir outras vozes que não as nossas mesmas.

Um outro acordo é sobre objeto e finalidade dos indicadores. Concordamos que os indicadores deveriam ir no sentido de permitir avaliar a ação do sujeito em relação ao contexto, na relação dialética com o contexto, mas sem esquecer a importância de também mensurar impactos das nossas ações.

Por último, um acordo em relação à necessidade de articular os dois níveis que estavam identificados. Ou seja: um trabalho na área de indicadores para um certo campo de ONGs e a ação de cada ONG individualizadamente. Achamos que esses dois campos precisariam estar articulados, exigindo maior conhecimento das ações da gente uns sobre os outros, mas permitindo que esses indicadores macros que a

gente aqui está tentando buscar possam dialogar e tomar sentido também dentro das entidades.

Reforçou-se também a importância de que esse trabalho pode ajudar a cada entidade, individualmente, a dialogar com as agências com as quais trabalha, que às vezes também impõem indicadores. Ele pode ajudar a dar referências para qualificar e reforçar esse diálogo constante que algumas de nós vivem com várias agências.

### **Grupo 5:**

Integrantes: Cláudio Rocha, Claudius Ceccon, Chico de Oliveira, Gabriela Scotto, Nubia Gonçalves, Vânia B. do Nascimento

A primeira conclusão - que saiu menos da passagem da metodologia e mais da discussão que se seguiu - é que na realidade o quadro de referência que se propõe é a Declaração dos Direitos Humanos, como referência, como utopia, como negação da realidade.

Em seguida, a construção dos indicadores, que achamos ser uma tarefa que deve ser feita coletivamente, a partir do conjunto das experiências das ONGs, aceitando a proposta que está no final do *paper* do Chico, de que se recolha isso, se sistematize, se discuta coletivamente esses indicadores, para que o resultado seja um produto de consenso, que nos dê um universo de indicadores. Estamos falando de cidadania. Há indicadores específicos para cada ação, cada programa.

E, finalmente, entendemos que uma análise permanente da conjuntura é necessária para que as ONGs sejam capazes de reagir de uma forma mais ágil aos eventos e às oportunidades, aos desafios que essa conjuntura possa apresentar.

Adendo: falamos dos direitos humanos ampliados e atualizados, a partir dos novos desafios, da nova situação que existe hoje e que não existia em 1948. Nesses 50 anos, outras coisas aconteceram. Acho que a contribuição do Chico mencionou vários deles: aceleração molecular-digital etc. Todas essas coisas precisam ser incorporadas, entendidas, absorvidas, e a gente reagir a partir disso.

## Questões 2 e 3

- **Aspectos que precisam ser aprofundados**

- **Contribuição possível de cada entidade para concretizar a proposta**

### Grupo 4 :

O grupo percebeu uma certa semelhança entre as propostas. Tinha muita coisa que estava batendo, numa sintonia entre o grupo; então, sintetizou em três propostas, tentando contemplar todas as que saíram no grupo. A proposta final é esta:

- 1º. Compartilhar com o coletivo o que cada ONG deste grupo já possui sistematizado sobre: indicadores, definição dos conceitos tratados neste seminário, cidadania, democracia, processos de avaliação e medição de impactos;
- 2º. Tendo como uma das referências os documentos do Chico e da Tania, cada ONG poderia contextualizar sua ação como contribuição a uma análise de conjuntura geral. Também contemplando um pouco a proposta que o Chico fez, fazermos uma leitura geral dos relatórios de atividades das instituições, que a gente tentaria sistematizar tendo como referência os dois textos que foram apresentados neste seminário;
- 3º. O GT sistematizaria todas as contribuições, devolvendo para uma discussão coletiva, talvez na Plataforma NOVIB, dependendo se até lá daria tempo para sistematizar todas as discussões.

### Grupo 1:

No que se refere aos aspectos que precisam ser aprofundados, o grupo destacou:

- 1º. A cultura como valor contra-hegemônico, estabelecendo a necessidade de avaliarmos: (1) sua utilização no trabalho para a cidadania; (2) seu uso na criação de referências coletivas para a identidade das ONGs; e (3) a importância de verificarmos se a cultura democrática que nós defendemos realmente está sendo praticada por nós mesmos;
- 2º. Aprofundamento dos conceitos de democracia e cidadania, a partir de uma análise histórica e a partir da criação de instrumentos de diagnóstico que auxiliariam esse aprofundamento;
- 3º. Campos e estratégias de intervenção propostas no documento feito pela Tania: a gente acha que é necessário aprofundar a discussão desses campos e, talvez, uma certa reorganização das estratégias colocadas a partir de cada um deles.

No que se refere à pergunta três, o grupo definiu basicamente três tipos de contribuições:

- 1ª. Socialização das informações e produções já existentes entre as ONGs;
- 2ª. Examinar os planos estratégicos das entidades existentes, destacando as ações voltadas para a construção da democracia e cidadania que já cada uma das entidades está desenvolvendo, com o propósito de, a partir dessas atividades que já estão sendo realizadas, trabalhar na criação de indicadores;
- 3ª. Desdobramento da discussão que está rolando aqui, no cenário local, com outras ONGs que não estão participando nesse momento, e tentar manter um contato, uma comunicação contínua com o grupo de trabalho para comunicar os resultados dessas discussões a nível local.

### Grupo 3:

O primeiro consenso do grupo seria incluir o tema da sustentabilidade sócio-ambiental como ponto limite para que a discussão não se torne irreal. O segundo seria definir o conceito de indicadores e quais os seus desdobramentos. Fazer um balanço dos conceitos e metodologias de indicadores de impacto por parte do governo, cooperação

internacional, universidades etc. Um outro ponto seria a articulação dos novos atores, universidades, empresas, Estado e comunidades, e a questão da identidade ou não das ONGs. E, como último ponto, a transversalidade de gênero, raça, etnia e classe necessita ser contemplada na questão dos indicadores.

Com relação à questão 3, a da contribuição, uma delas seria o recorte de gênero; outra seria a partir de materiais já existentes nas ONGs. Uma outra contribuição seria a qualificação da auto-estima, que tem uma entidade que já trabalhou isso. E outra contribuição seria a formulação de um projeto de intervenção comunicacional, para a visibilidade dos indicadores junto à sociedade e ao Estado.

## **Grupo 2:**

Com relação à questão 2, o grupo identificou quatro campos de intervenção:

- 1º De novo, o esforço para aprofundar a questão da democracia sobre as várias formas como ela pode ser compreendida (como objetivo, como processo, como prática e tal), incluindo também aprofundar a idéia de globalização;
- 2º Aprofundar a discussão sobre a questão da identidade, papel das ONGs, inclusive trazendo outras vozes para contribuir nisso, que não só das próprias ONGs;
- 3º Aprofundar a idéia de contexto: a implicação do contexto para a formulação de indicadores, o tratamento do contexto enquanto esfera pública, o contexto enquanto espaço de identificação de desafios unificadores da nossa ação, as diferenças regionais compondo o contexto, e o cenário cultural como elemento para a compreensão mais profunda do próprio contexto;
- 4º Sobre aspectos mais metodológicos na área de indicadores: necessidade de pensar, compreender melhor a metodologia de como sistematizar os indicadores em uso, como construir indicadores, como utilizar e aplicar indicadores. Em relação ao próprio conceito de indicadores, tentar clarificar a diferença entre indicadores de cidadania e indicadores de impacto e tentar desenvolver melhor a arti-

culação entre os indicadores macros que a gente está buscando e os indicadores particulares que cada uma das entidades poderia adotar. Incluir também uma dimensão de gênero nessa discussão dos indicadores.

Com relação à questão 3, foi feito o seguinte resumo, porque o grupo resolveu dar o sangue por esse trabalho:

- 1º Na área de indicadores, socializar esse debate em outros fóruns, recolher documentos de outros continentes, de outras experiências e botar à disposição. Sistematizar e socializar os próprios indicadores que estão usando, as inquietações, as dúvidas que têm em relação a isso;
- 2º No campo mais conceitual, contribuir na elaboração, seja por textos de outros ou próprios, no aprofundamento de democracia, de cidadania, dessa matriz ONG como ator tendo um papel, ONG como sujeito tendo um projeto. E ainda, a partir do confronto dessas duas matrizes, buscar contribuições de outros tipos e socializar exemplos de como as populações extrativistas e outras estão enfrentando problemas em relação à cidadania, à democracia, como uma contribuição ao aprofundamento dessas duas idéias.

## **Grupo 5:**

A discussão do grupo se pautou muito na questão dos indicadores. A primeira idéia foi tentar ver o que precisa ser aprofundado no conceito de indicadores e as possibilidades metodológicas de sua construção. Questionou-se muito a idéia de impacto, já que tradicionalmente você constrói indicadores para poder medir o impacto. Você tem uma população alvo, a partir daquela população alvo você faz uma determinada ação e aí avalia o impacto. Só que, neste caso, quando os objetivos tratam de cidadania e democracia, essa idéia de indicadores é bem mais complexa e bem mais dinâmica, sendo necessário a gente dar uma aprofundada nesse conceito de indicadores.

Mesmo assim, detalharam-se algumas necessidades de indicadores do tipo: indicadores

de participação, tipo de participação, atores e sujeitos políticos. Tentar “medir” o grau de politização, mobilização cidadã e trabalho com grupos, que nem no exemplo da Regina, como forma de identificar valores e representações. Também se colocou a necessidade de construir indicadores micro, isto é, que possam dar conta de sucessos, êxitos no cotidiano, importantes para o fortalecimento da auto-estima dos grupos envolvidos e da sua capacidade de planejar e executar mudanças em sua qualidade de vida.

Temos uma outra questão que diz: “o eixo que unifica a nossa diversidade é o binômio **educação + informação = cultura**. Nossa preocupação deve ser a de construir os indicadores dentro desse binômio de atuação”. Para trabalhar com isso, se levantou uma questão que precisa ser aprofundada: qual é o universo de ONGs que deverá ser convidado a participar dos desdobramentos desse trabalho? Não deveria estar limitado às contrapartes NOVIB? Então, em que

momento deverão ser inseridas outras organizações?

Com relação ao item 3, que é a contribuição possível de cada entidade, listamos:

- 1º: Participação no trabalho coletivo de estudos, pesquisas e sistematização de experiências, indicadores e organização de formas criativas para a sua disseminação;
- 2º: As entidades podem contribuir com documentos internos, relatórios, análises, e com indicadores formulados a partir da sua realidade local. Então, é necessário uma organização que promova a sistematização e divulgação. Talvez os GTs;
- 3º: A partir da sistematização de relatórios pré-elaborados pela entidade, pela organização, o GT poderia avaliá-los e promover espaços de difusão e diálogo com o conjunto das entidades, para trabalhar esses resultados e aprofundar as experiências exitosas. Foi isso.

## Anexo 1

# Cultura: água doce que constrói o caminho das ondas

Tania Pacheco

“No fundo de cada utopia não há somente um sonho, há também um protesto.”  
(Oswald de Andrade, *A marcha das utopias*)

Utopias, sonhos, protestos. Gente ocupando o asfalto, com faixas, bandeiras, camisetas estampando *slogans*, adesivos, “botões”, formando contagiantes corais espontâneos. Artistas cantando, juntos, refrões determinados pela multidão, numa doce inversão de valores. Famílias que nunca se viram trocando sorrisos, gentilezas. Que mágica é essa, que consegue eventualmente trazer para ruas e praças essa cumplicidade bela, que normalmente só se consegue encontrar nos espaços reservados às grandes torcidas, nos estádios de futebol?

Ao longo dos últimos 14 anos, tivemos a chance feliz de ver essa cena se repetir algumas vezes, em diferentes cidades de nosso País. Gente que sequer havia nascido, quando fomos literalmente expulsos das ruas, participou, conosco, da alegria da reconquista desses espaços. Filhos que nem pensávamos em gerar, quando corríamos da cavalaria e das balas, eram, agora, nossos companheiros.

Pouco a pouco, com idas e vindas, aos trancos, ocasionalmente, fomos reconstruindo o nosso caminho. Finalmente, a escuridão pareceu acabar. Os que haviam partido puderam voltar. E vieram as Diretas-Já, eleições, o *impeachment*. A sociedade civil reiniciou seu processo de construção, lutando pela ética e pela cidadania. Ondas sucessivas sacudiram o País, determinando verdadeiras subversões da opinião pública. Ondas que levaram, inclusive, à criação de uma nova classificação, na busca de rotulá-las: “campanhas cívicas”.

Para muitos, elas têm uma data de nascimento bem clara: a das Diretas-Já, de 1983-84. Tenho dúvidas a

esse respeito. Afinal, a grande diferença entre a campanha cívica e os movimentos sociais é o fato de os segundos lidarem com reivindicações específicas de um determinado conjunto (ou categoria, ou classe social), enquanto que as primeiras têm o poder aglutinador de reunir diferentes segmentos da sociedade em torno de uma exigência comum, que sequer necessariamente reverterá em benefício direto dos que a reivindicam.

Se os movimentos têm, obrigatoriamente, origem e objetivos corporativos, as campanhas mobilizam a opinião pública em torno de um alvo comum que transcende interesses fracionados. Apontam para o sonho, a utopia. O que não impede que ambos, bem de acordo com a frase de Oswald de Andrade, tenham como alicerce o protesto.

Nesse caso, a luta pela Anistia, de 1978-79, se inseriria, já, no contexto das campanhas cívicas. Bem antes disso, o que dizer da ebulição social que marcou os anos 1961-64, quando o *exército* cepecista explodia, Brasil afora? Fala-se muito (e mal) do lado artístico-cultural do CPC; esquece-se do que ele teve de assemelhado a outro movimento bem recente, a Ação da Cidadania, na medida em que, juntamente com o auto teatral, com o canto do “Subdesenvolvido”, com o cinema novo desabrochando, levava também, para os excluídos de então, os estudantes que criariam os postos médico e dentário, que orientariam com relação ao saneamento básico, aos cuidados com a plantação, à construção de casas em mutirão.

Recuando ainda mais, como classificar a luta pela criação da Petrobrás, quando multidões iam para as ruas, brandindo o *slogan* “O petróleo é nosso”? Como a campanha, iniciada ainda na década de 1940 e que teve em Monteiro Lobato um de seus maiores defensores, ultrapassou os limites restritos dos partidos de esquerda e conquistou emocionalmente pessoas que, de resto, rechaçariam esses mesmos políticos, bem como a ideologia que os inspirava?

Para efeito deste pequeno artigo, importa pouco datar corretamente o surgimento das campanhas. Essencial, sim, é olhar melhor um dos ingredientes que levam à sua eficácia mobilizadora. Deixemos de lado, pois, essa questão e voltemos nossa atenção para outro ponto: o do conteúdo cultural dessas *ondas* cívicas que, após 20 anos de “seca”, voltaram a varrer o País, agora sucessivas.

A primeira grande campanha da fase atual, todos lembramos, aconteceu ainda quando a Presidência

da República era ocupada por João Figueiredo, o último general da ditadura militar. As Diretas-Já foram derrotadas em 1984, e levaram a uma “recessão” na mobilização da sociedade, agravada pela morte de Tancredo Neves. O balcão de negócios implantado em Brasília por José Sarney colaborou para frustrar uma possibilidade de renascimento da indignação, em 1988, sob a forma da votação da reforma constitucional. Foi uma tentativa fracassada, restrita aos partidos políticos e, no âmbito da sociedade civil, ao universo majoritariamente corporativista das emendas populares.

O ano seguinte, 1989, permitiu a retomada da efervescência, na campanha presidencial que quase leva um operário metalúrgico, Lula, à Presidência da República, sob o *slogan* “Sem medo de ser feliz”. Cito o *slogan* e a ele voltarei por considerá-lo merecedor de parte substancial do mérito da campanha quase vitoriosa, assim como, quatro anos mais tarde, caberia à ausência do espírito por ele invocado parte da responsabilidade pela derrota frente ao Plano Real de Itamar/FHC.

Em 1992, à *onda* de indignação que lançou os estudantes novamente às ruas, de onde estavam ausentes desde as carnificinas montadas de 1968-69, não faltou, inclusive, a alegria das caras pintadas, exigindo o *impeachment* de Fernando Collor de Mello. A opinião pública bradou contra a corrupção, em todos os níveis. Executivo, Legislativo e Judiciário viveram expurgos, ainda que parciais e insuficientes, dos diferentes anões, que enriqueciam graças à manipulação das contas públicas, do orçamento, dos pagamentos fraudados do INSS.

Mobilizando todos - intelectuais, artistas, jornalistas, adolescentes -, uma palavra-chave: a ética. E foi precisamente a partir dela, do Movimento pela Ética na Política, que uma nova arrancada mobilizadora aconteceu: a da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

De maneira inédita, juntavam-se donas de casa, empresários, jornalistas, estudantes, artistas, publicitários, lavradores, até políticos, na tentativa de criar soluções imediatas para os que sofriam as conseqüências de uma problemática sem dúvida estrutural. Subvertendo a natural tendência a outorgar ao Executivo o papel de “Papai Noel”, a sociedade civil foi sem dúvida criativa, na busca de paliativos para aqueles que, como dizia um dos *slogans* da campanha, “não podiam esperar”.

Mas, como os movimentos que a antecederam, também a Ação da Cidadania aos poucos se extinguiu. Não porque a fome tenha sido debelada. Não porque o *apartheid* social tenha sido extinto. Não apenas porque tenha havido equívocos (e houve) na condução dos seus desdobramentos. Simplesmente porque o “gás mobilizador” foi se esvaindo, até que acabou. Como e por quê? É parte da nossa questão.

“O neoliberalismo se apresenta sobretudo como ideologia, como projeto, que busca captar corações e mentes. Nele estão embutidos valores, tendo como centro o mais extremado individualismo, negador da própria vida social.” (Grzybowski, 1991)

*Corações e mentes, ideologia, projeto, valores.* O diagnóstico de Grzybowski está perfeito. Mas, e a solução? Como impor limites a esse “individualismo exacerbado”, sem que isso signifique abrir mão da heterogeneidade, do plural? Como combater o neoliberalismo e resgatar a solidariedade, a responsabilidade social, a preocupação com o outro? Não é por acaso que as palavras repetidas acima tangenciam, todas, uma mesma questão: a da cultura. E é, precisamente, no lidar com essa questão que reside a nossa incompetência maior.

Mesmo os raros “gramscianos de carteirinha” parecem incapazes de apreender o verdadeiro significado da descoberta do italiano, nos seus anos de reflexão nas prisões de Mussolini: o fato de que não se faz uma revolução política sem uma revolução cultural. Aí originou-se a opção feita por Gramsci de estudar a história dos intelectuais: entender como contribuíam para a transformação ou para a conservação de uma sociedade que ainda não chegara ao neoliberalismo, mas era igualmente nociva e perversa.

Não é, pois, sem motivo que recorro à definição por ele cunhada, nesta tentativa de realizar um pequeno estudo sobre as relações da cultura com nossos momentos políticos mais recentes. Para Gramsci, cultura era “*indubitavelmente uma coerente, unitária e nacionalmente difundida ‘concepção da vida e do homem’, uma ‘religião laica’, uma filosofia que tenha se transformado precisamente em ‘cultura’, isto é, que tenha gerado uma ética, um modo de viver, uma conduta civil e individual*”.

É do mundo das idéias que estamos falando. Mas não das idéias restritas a um pequeno grupo, à vanguarda reunida em torno de um “gênio filosófico”. Falamos de novas verdades, de novos valores, disseminados entre a maioria da sociedade, transformados em concepção de mundo, em noção de justiça, em “necessidade” orgânica - desejada, exigida, entendida como um ingrediente essencial para a vida de cada um.

Estamos falando, em conseqüência, de indignação contra um determinado estado de coisas transformada em senso-comum; de desejo pela utopia e de imperiosidade da subversão da ordem injusta transmutadas em bom senso. Estamos falando de “revolução cultural e moral”. Só isso efetivamente propicia a mudança.

O que mobilizou o Brasil de 1961-64 a ocupar as ruas e praças, principalmente a juventude, numa atitude de “áurea irreverência”? Analisando o papel da cultura nesse período, Roberto Schwarz chama-o de pré-revolucionário. Tem toda a razão. ISEB, MCP, CPC, CEBs foram bem mais do que siglas. Emprestaram suas forças às de entidades corporativas, como a CGT e as Ligas Camponesas, fazendo com que “as questões de uma cultura verdadeiramente democrática (brotassem) por todo canto, na mais alegre incompatibilidade com as formas e o prestígio da cultura burguesa.” E ele continua:

“O vento pré-revolucionário descompartimentava a consciência nacional e enchia os jornais de reforma agrária, agitação camponesa, movimento operário, nacionalização de empresas americanas etc. O país estava irreconhecivelmente inteligente.” (Schwarz, 1978)

Alegria, irreverência, “descompartimentação” das consciências foram os ingredientes que, para Schwarz, levaram à transformação do Brasil num país “irreconhecivelmente inteligente”. O que seria isso, afinal? Eu acrescentaria, fazendo um paralelo com outro momento histórico, 25 anos mais tarde: “um país sem medo de ser feliz”.

As ondas de “inteligência”, de valorização da cidadania, de indignação contra o desrespeito político, de construção de valores éticos, de revolta contra a

exclusão, de ampliação da consciência democrática, em resumo, não se constróem nos redutos fechados e sectários das “vanguardas esclarecidas”. Nem são rupturas forjadas a partir de grandes idéias originais e restritas. Muito ao contrário.

São olhos d’água brotando aos poucos da terra aparentemente árida. Olhos d’água que o passante desavisado sequer localiza, mas que ganham força com a primeira tempestade e, pouco a pouco, vão traçando seu caminho entre seixos, num pequeno regato que vira arroio, riacho, rio, até lançar-se com violência irrefreável em direção ao mar.

Que fique claro: isso não significa uma defesa do espontaneísmo. O olho d’água só brota em determinadas condições de terreno, só cresce em determinadas circunstâncias, só se transforma em rio na medida em que às suas águas inicialmente tímidas, que mal cobrem os seixos menores, se juntam outras e mais outras, compondo o caudal que tem o poder de arrancar lascas às pedras, de arredondar suas arestas, de fazê-las rolar correnteza abaixo.

A “onda” de 1961-64 começou a ser construída na primeira metade da década de 1940, quando o País iniciou o processo de exigência de democracia. Refluiu, na seca do Governo Dutra. Ganhou nova vida, ainda que conturbada, na volta de Vargas ao poder. Transformou-se em riacho, nos anos JK. E chegou, finalmente, a converter-se num rio de médio porte, antes que seu curso fosse sumariamente interrompido, arrasado.

Uso essa imagem porque ela se aplica bem ao que busco discutir. A lenta construção de uma vontade coletiva. E a importância essencial da cultura, nesse processo. Cultura entendida, repito, como ética, como valores maiores, como concepção do justo e do injusto, do desejável e do inaceitável, mas cultura que compreende, igualmente, a representação artística desses mesmos valores, em transformação.

Não é sem motivo que as ondas políticas, de grandes mobilizações e de transformação da cultura da sociedade, e as ondas restritamente artístico-culturais acontecem em “tempos” defasados. A década de 1980, rica em lutas sociais e em campanhas cidadãs, é conhecida como “a década perdida”, no âmbito mais restrito da cultura. Foi marcadamente uma década de inanição, do ponto de vista artístico. Como se a ida da sociedade civil às ruas, assumindo como seu o momento histórico, tornasse desnecessária ou, até, “intimidasse” a representação

ficcional de uma realidade que a sociedade agora tomava em suas mãos, transformando-se, ela, em “artista”, em ator. Ator político.

Nesse caso, caberia à cultura-arte o papel de vanguarda esclarecida? Sim e não. Sim, na medida em que o intelectual/artista detecta o novo e o expõe, dissemina-o, mobiliza. Não, na medida em que esse “novo” foi “detectado”. Ou seja: existia, já, como transformação possível, plenamente assimilável, pela maioria, como próximo passo a ser dado. Não estivesse o terreno devidamente preparado para o novo conhecimento, a nova consciência, os novos valores, e o trabalho artístico/intelectual simplesmente não frutificaria. Ou, se verdadeiramente genial e precursor, só seria entendido muito tempo mais tarde.

Sintomaticamente, o “vento pré-revolucionário” do início dos anos 1960 não foi sufocado de uma só vez. Permaneceu, desafiante, até o final da década. Criou espaços culturais, como o Opinião, no Rio de Janeiro, e transformou-os, temporariamente, em grandes centros de “comunhão” e de resistência. Foi necessária meia década de prisões, atentados, torturas, antes que o medo minasse a irreverência e a emoção que ungiam o palco em altar da indignação, do desafio, da revolta. Até que o temor prevaleceu.

Prevaleceu, mas não matou a esperança. Nem impediu que as metáforas se tornassem a moeda corrente no reino da cultura-arte, que a MPB assumisse o papel que antes coubera ao teatro, mantendo vivos, nas letras de Chico Buarque, nos cantos de Elis Regina e de Milton Nascimento, para ficarmos com apenas esses exemplos, o inconformismo, a revolta.

Os festivais da canção da virada de 1960-70 foram, até sua apropriação/extinção pela Rede Globo, inesquecíveis espaços de construção de uma “comunhão democrática”. Marcaram. E anteciparam, até, a divisão que cortaria as esquerdas ao meio, ao longo da década de 1970. Quem não recorda o Maracanazinho e o próprio País divididos, nas torcidas entre a “beleza reformista” de *Sabiá* e o brado pela luta armada de *Pra não dizer que não falei de flores*?

Da mesma forma, os *hinos* da Anistia e das Diretas-Já não foram compostos para essas duas campanhas. Brotaram muito antes, no imaginário da sociedade; foram detetados e transformados em canções, por seus autores; gravadas, letra e música fizeram a viagem de volta e foram “reconhecidas”. Emocionaram, na medida em que refletiam sentimentos que existiam, ainda que de forma pouco consciente. Assim, foram

*colhidas* e alçadas a seu papel maior. Qual de nós consegue ouvir, ainda hoje, a voz de Elis cantando *O bêbado e a equilibrista* sem sentir, dentro de si, a “memória emocional” do final dos anos 1970? Ou *Deus lhe pague*, *Apesar de você*, *Cálice* e tantas outras?

Foi essa a água que voltou a correr em 1983-84, quando a sociedade civil brasileira entendeu que era tempo que reiniciar a sua construção, agora de forma orgânica. Os artistas subiram aos palanques, mas, sem dúvida, sua contribuição maior prescindia, quase, de suas presenças. Configurava-se, muito mais, nos imensos corais espontâneos que a multidão formava. A *onda* tinha, novamente, seu hino, seu canto de comunhão. E, curiosamente, era um hino que cobrava, cantando: “todo artista tem de ir aonde o povo está”.

É certo que a alegria durou pouco. Estado de Emergência, Brasília sitiada, Congresso manietado, restou à praça o choro sentido nos rostos de muitos, enquanto a Aliança Democrática preparava-se para eleger Tancredo Neves. A onda iniciara seu refluxo, maré vazante alimentada ainda, semanas a fio, pelo simulacro de comunhão patrocinado pelas emissoras de televisão, que não esqueceram, sequer, de tentar impor também um hino para o acompanhamento, dia após dia, da agonia do Presidente sequer empossado. Um *hino* de título sugestivo: “Coração de estudante”.

A voz de Milton Nascimento era usada, agora, na busca de recolocar as coisas “nos devidos lugares”: intencionalmente ou não, trabalhava-se a desmobilização da sociedade. Atestava-se sua incapacidade para mudar, para transformar a realidade. Alimentava-se o sentimento de impotência da cidadania. Reafirmava-se o poder absoluto do Executivo, como o Grande Pai. Mais: forjava-se a crença numa nação marcada pelo destino, incapaz, sequer, de dar posse àquele que viria redimi-la. Os deuses eram inclementes: não merecíamos Tancredo Neves, *o Salvador da Pátria*.

Mas nada disso impediria que a “ação da lua” sobre a nossa vida política se fizesse sentir novamente, cinco anos mais tarde. O fluxo da nova onda marcaria, justamente, a primeira eleição direta pós ditadura. E aí voltamos ao “sem medo de ser feliz”.

Uma musiquinha simples, letra quase infantil (“Brilha uma estrela, cresce a esperança, um Brasil criança, na alegria de se abraçar...”) e, no entanto, capaz de levar, de fato, ao abraço fraterno com alguém desconhecido. Capaz de fazer lágrimas de alegria rolaem em rostos

quarentões que agora voltavam às mesmas ruas, das quais haviam sido expulsos pela polícia e pelo exército, para cantar, junto com seus filhos adolescentes: “Pra você, meu primeiro voto, pra fazer brilhar nossa estrela”. Em muitos casos, o primeiro voto seria duplo ou triplo: filho, mãe e pai inaugurando, com uma geração de defasagem, seu direito cidadão de eleger o Presidente da República.

Seria equivocado atribuímos às personalidades de Collor e Lula a nova “efervescência” que tomou conta do País. A água represada, sufocada sob a terra e as pedras, recriara seu caminho, subversiva como toda a água, e irrompia de novo, límpida, minando resistências, congregando, reconstruindo o “vento pré-revolucionário” da primeira metade da década de 1960. Mais: a ela se juntariam outras águas, integradas por cantores, compositores, atores, pintores, músicos, professores, intelectuais diversos.

Se Lula teve alguma dúvida quanto à importância do papel que a cultura desempenhou na sua quase vitória, quer no que toca ao imaginário social, quer quanto às presenças maciças em seu palanque, Fernando Collor de Mello não teve. E demonstrou isso de diversas formas. Antes da vitória, buscando contrabalançar essas declarações de voto públicas somando o apoio de Frei Damião ao dos raros artistas de renome que aceitaram fazer a sua campanha. Depois, já empossado, cumprindo à risca a ameaça feita no final da campanha: dismantelar a cultura.

De fato, Collor “dismantelou” os aparelhos culturais do Estado e manteve artistas e intelectuais à míngua, tratados como marginais. Forjou, com isso, uma situação que até hoje tem conseqüências para o universo dos produtores culturais. Mas, por outro lado, contribuiu para comprovar, acima de qualquer dúvida, o poder subversivo da cultura e sua força na sociedade. Pouco mais de um ano mais tarde, seria a sua República das Alagoas que estaria “dismantelada”.

Há, nos bastidores do *impeachment*, uma questão em geral apenas tangencialmente mencionada: a da ética. Como explicar que uma classe média alguns anos antes corretamente acusada de movida pela razão cínica, numa reflexão genial de Jurandir Freire Costa, de repente fosse para as ruas, indignada, vestida no negro do protesto e cobrando valores éticos? Mais: que fizesse isso num momento em que muitos dos pretensos porta-vozes das vanguardas de esquerda se escondiam, mumificados pela famosa crise de paradigmas?

Um novo momento se instaurara, ali, no imaginário desta sociedade movida pelos fluxos e refluxos das ondas. Existia, sim, uma crise de paradigmas. Uma crise acima de tudo cultural. E o imaginário social atingira um ponto em que se impunha um renascimento ético. Modo geral, pensávamos saber quais as grandes questões contra as quais nos insurgíamos; mas faltava-nos (falta-nos, ainda) mais que um projeto de sociedade. Faltava-nos clareza mesmo em relação às pequenas ações do cotidiano. Havia que clarificar nossos valores, individuais e coletivos. Havia que dar um basta às diferentes violências que cercavam o nosso dia-a-dia.

A Ação da Cidadania surgiu como uma resposta a essa questão. E foi, até certo ponto. Apontou caminhos. Jogou nas nossas caras o filmete do vidro do carro se fechando no rosto do menino negro, que poderia ser nosso filho. Recolocou-nos no caminho da ação, cobrando o que podíamos fazer, na nossa responsabilidade de cidadãos, por esses outros, cujos direitos de cidadania se resumiam, quando muito, à certidão de nascimento. E, depois, se esvaiu. Deu a sua contribuição, mas não forjou a solução para o impasse.

Também no sentido da construção cultural, a eleição de Fernando Henrique Cardoso foi um passo atrás. Um recuo em grande parte alimentado pelos equívocos do PT. O Lula popular, de sorriso largo, foi paramentado para contracenar com o Príncipe dos Sociólogos, como se devesse perante ele defender alguma tese, no sacrário da academia. Mas não foi só isso; os erros se desdobraram na própria campanha.

Abandonou-se a alegria. Agora, estávamos muito mais para Brecht (“aquele que ri é porque não recebeu ainda a trágica notícia”) do que para a força positiva e aglutinadora do “sem medo de ser feliz”. Assim, trocaram-se os cara pintadas pela sisudez dramática com que se fazia política nos tempos da ditadura, sem entender que os tempos eram outros. E os eleitores, também.

Mas a responsabilidade não cabe toda ao PT. O cenário era bem diferente do da eleição anterior. E o adversário mudara substancialmente. No seu pouco tempo de campanha e de governo, Collor havia lutado contra o estigma cultural que o ligava ao atraso político do Nordeste e aos desmandos dos “coronéis”. Surgira no palco político como o “Caçador de Marajás”; crescera compondo uma personagem que se pretendia erudita e à vontade no “grand monde”

intelectual. Em pouquíssimo tempo, comprovava-se o blefe generalizado.

Com o novo Fernando, a situação era outra. A erudição era inquestionável, pública, e, se necessário, comprovável através de diplomas, livros e artigos. A isso se somavam família tradicional, mulher intelectual, passado político impecável. Para muitos dos integrantes do mundo da cultura, FHC era mais que o Presidente ideal. Era a corporificação do sonho pessoal: o intelectual bem-sucedido, reconhecido internacionalmente, versão cabocla do modelo *sorbonne*, nosso tradicional paradigma.

Se a cultura-arte não tinha as mesmas veleidades acadêmicas, padecia, entretanto, de igual necessidade por reconhecimento público, legitimação social, valorização do trabalho cultural, respeitabilidade. Na maioria dos casos, o sonho individual do artista também tornava-o bem mais próximo a Fernando Henrique Cardoso que a Lula, sindicalista, ex-metalúrgico.

Assim, FHC teve o apoio não só de grande parte de seus “pares”, mas, também, dos artistas. Deslizes como o “pé na cozinha” foram logo minimizados e esquecidos. O apoio do PFL, entre outros partidos de direita, e a presença de Marco Maciel, como vice, nada significaram. E a campanha, legitimada pelo sucesso do Plano Real, acabou logo no primeiro turno.

Para a sociedade civil, essa escolha traria, ainda, outros desdobramentos. Do ponto de vista do imaginário cultural, alimentou-se o medo do radicalismo, o temor dos confrontos, a tendência germinal à conciliação. Deu-se poder ao voto conservador, preocupado com a manutenção de uma estabilidade econômica finalmente conquistada. Reafirmou-se a necessidade da presença, à frente do Executivo, do Grande Pai arrogante e autoritário. Contribuiu-se, enfim, para jogar mais combustível no caldeirão efervescente que hoje nos ameaça.

No espaço urbano, a violência estabeleceu novos hábitos. Mais que nunca, evita-se parar nos sinais. Usa-se obrigatoriamente o ar-condicionado, os vidros fechados. Nas raras varandas ainda existentes nas também raras casas, as cadeiras de vime de antigamente foram substituídas pela esterilidade das grades, as mesmas que reforçam as janelas trancadas. Foge-se da cidade, sempre que possível, em busca da noite sem tiros, do descanso sem apreensões, sem medo.

Para alguns, a melhor opção de vida parece ser encerrar-se em presídios verticais de vidro *fumé*, sitiados pela própria insegurança. Para outros, a explosão dos credos fundamentalistas se oferece como solução. Ajudam a arrasar cinemas, praças e supermercados, transformando os mais diferentes espaços em guetos históricos onde, entretanto, também se sentem protegidos. Encontram ali seu grupo, sectário mas unido, e o refúgio, o conforto. Mal ou bem, sentem que *pertencem* àquele espaço, àquela cultura comum. Estão seguros, na medida em que existe uma direção moral, que lhes indica valores a serem obedecidos.

Vivemos, sem dúvida, um momento paradoxal, que vai da internacionalização cultural ao retorno a tabus primitivos. Numa home-page, a Internet nos mostra imagens de Marte; em outra, notícia que o Egito retomou a política de extirpação dos clitóris das meninas. O individualismo é um “must”, como se falaria na atual novela das 8. E, no entanto, nunca se falou tanto em cidadania.

Estamos nos sentindo ameaçados pelo próprio mundo que ajudamos a construir. Um mundo de muita informação, mas de pouca sabedoria, no qual muitas vezes nos comportamos como mariposas estonteadas pelo brilho da luz, chamuscando nossas asas na tentativa de achar o rumo certo. Vivemos um tempo de indefinição cultural, que nos cobra a urgência pela clarificação e pela concretização de uma ética.

Para a direita, é tradicionalmente fácil manipular as incertezas, as inseguranças, torcer valores ainda em construção e transformá-los em bumerangues, às vezes fatais. Os governantes autoritários sempre respeitaram a cultura. Sempre buscaram trazer artistas e intelectuais para os seus salões, para os seus banquetes, fosse eles realizados na Roma antiga, em Moscou, em Berlim ou em Brasília, para poder transformá-los em serviços solícitos. Quando não conseguiram fazê-lo, sempre souberam ser implacáveis.

É nessas circunstâncias que continuamos a moldar, dia após dia, o nosso pequeno sonho. E a conquistar algumas vitórias. Não foi por acaso que a televisão, por alguns considerada a origem de todos os males e, exclusivamente, o veículo da massificação cultural alienante, foi obrigada a dar voz aos que lutam pela terra, na novela das 8, ainda que tentando manipular a relação CUT-PT-MST. Como também não foi por

acaso que o Presidente da República se viu forçado a recuar e a receber a Marcha dos Sem-Terra em Brasília.

Sem dúvida, o momento não é de euforia. Mas também não deve ser de estéril desesperança. O intuito deste artigo é precisamente este: ao me voltar para o passado, abrindo mão da tentação de analisar o “hoje cultural”, busquei oferecer alguns dados para uma reflexão que considero necessária, se desejamos traçar uma estratégia para os dias que virão. Uma estratégia que leve obrigatoriamente em consideração a cultura. A onda está apenas no seu refluxo. E o olho d’água não pára de germinar...

## Referências:

GRZYBOWSKI, Cândido. *Construindo a democracia como alternativa ao caráter anti-humano dos processos econômicos dominantes*. IBASE, 1991. mimeo.

SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política, 1964-1969”. In: \_\_\_\_\_. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p.69.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. p.14.

## Anexo 2

### **Por uma cidadania mundial: os dilemas das organizações civis em luta por justiça social e ambiental**

**Cândido Grzybowski\***

Limite-me, aqui, a pontuar questões que afloram com a militância no plano internacional de um grupo específico das chamadas ONGs-Organizações Não Governamentais. Não pretendo ser exaustivo e nem conclusivo, mas simplesmente contribuir para o debate levantando algumas questões a partir de uma experiência bastante concreta e delimitada. Olho o mundo a partir do Rio de Janeiro e do Brasil e, querendo ou não, acabo valorizando, na minha análise, a experiência do IBASE e das organizações com as quais ele se articula. Procuo, sem dúvida, extrair os elementos mais universalizantes desta especificidade. Minha preocupação central é fortalecer a nossa intervenção e militância internacional. Por isto, mais do que simplesmente analisar, busco avaliar as possibilidades dos limites de nosso engajamento e ação pela cidadania planetária. Anima-me, nesta tarefa, um certo otimismo crítico, condição indispensável para continuar acreditando no que fazemos, mesmo parecendo que somos um doido exército de Brancalone num mundo ameaçado pelo cassino global.

#### **I. O que somos como atores?**

I.1. Nunca é demais afirmar que somos **associações civis**, parte das organizações, relações, estruturas, movimentos e processos que constituem a Sociedade Civil. Mas, enquanto organizações, não podemos ser tomadas como representantes da Sociedade Civil. Não temos mandato para isto. Podemos falar sobre Sociedades Civis, podemos ter posições e estar envolvidas nos problemas e questões referentes a elas, podemos e devemos lutar por valores e princípios, direitos humanos, justiça e participação. Um traço fundamental de nossa existência como organizações da Sociedade Civil é nossa luta contra a pobreza, a ex-

clusão social e a destruição ambiental, questões centrais na crise do desenvolvimento. Mesmo sendo isto tudo, nós não podemos representar e agir em nome dos grupos pelos quais lutamos. Quem somos nós? Qual a base de nossa legitimidade enquanto atores sociais?

I.2. Claramente, somos organizações **não governamentais**. Mas isto é uma definição pela negativa, pelo que não somos. E, sobretudo, é uma definição bastante abrangente, onde se pode por todas as organizações que não são de poder - estatais ou órgãos de exercício do governo - ou não são organizações de tipo empresarial-mercantil. O espectro de organizações que pode ser ONG é enorme. Diante disto, a nossa identidade e o alcance de nossa diversidade são questões muito importantes. Nós somos diferentes de organizações de base ou de movimentos sociais. Não somos organizações de igrejas no sentido de termos um mandato que emana de alguma igreja. Não somos clubes, apesar da dimensão associativa que está na base de nossa existência como organizações civis, de cidadãos. Não dá para nos igualar a pequenas ou grandes organizações de mídia, mesmo quando nosso trabalho se confunde com a criação de movimentos de opinião na sociedade. Quem somos nós? Não somos organizações privadas. Nosso mandato e nossas ações são públicos, o apoio que recebemos tem origem pública e nós devermos prestar contas ao público. Tudo em sendo públicas, nós não somos organizações de propriedade do Estado. Estamos diante de um dilema? Talvez!

I.3. Qual é a nossa identidade? Quem somos como atores sociais? São suficientes os objetivos pelos quais lutamos? A missão é, sem dúvida, fundamental. Mas a missão é uma escolha nossa. Como associações civis, decidimos fazer isto e aquilo. De forma direta e em termos amplos, decidimos trabalhar nas questões de justiça social e ambiental, contra a exclusão social, a pobreza, a desigualdade em todas as suas formas, a promoção da cidadania ativa e da democracia radical. A decisão de lutar por uma tal agenda é um elemento fundamental de nossa identidade. Mas, é essencial que se diga que

não estamos promovendo a nós mesmos ou buscando algo que possa ser visto como nosso interesse direto e imediato, como o movimento sindical ou um movimento tipo MST-Movimento Sem Terra ou as organizações de base. Talvez aqui chegamos num ponto central: **nós definimos, para nós mesmos, uma tarefa de cidadania.** Nós tomamos tarefas comuns, tarefas de todos, como nossas tarefas centrais. Talvez isto explique muito porque somos organizações públicas sem sermos governamentais.

I.4. Vale a pena reafirmar que o que nós tocamos não é um negócio. **Nossa ação é política e cultural.** O que fazemos tem, sim, muito a ver com o poder na sociedade, mas nós não somos partidos, lutando por poder. Temos que dar conta do poder, nos articular com instâncias de poder, buscamos sempre mudanças nas organizações de poder e nas suas políticas. Nossa ação tem uma clara e imediata dimensão de pressão sobre a ordem estabelecida, sobre as forças políticas existentes, sobre a sua capacidade de proposta e ação, dentro dos limites que a institucionalidade permite. Mas como organizações de cidadãs e cidadãos, como organizações civis, nossa razão de ser e nossa vocação é mover, mobilizar, educar, fazer entender, propor e inovar, convencer e fortalecer politicamente diferentes grupos da sociedade civil, particularmente os excluídos. Queremos abrir espaço para novas idéias e valores, novas questões e propostas, visando a justiça social e ambiental, uma sociedade mais equitável e sustentável. Será mesmo que somos capazes de mudar algo nas situações que defrontamos, do local ao global? Talvez sim, talvez não! Somos organizações tão pequenas, quase invisíveis! Gosto de pensar as nossas organizações como se fossem pulgas num elefante. Podemos morder e incomodar o elefante. Ele, provavelmente, se move contrariado sem nos dar muita importância, mas se move. Talvez temos capacidade para ser algo mais do que pulgas, mas já é alguma coisa provocar irritação e movimento.

I.5. Estamos num processo de construção de identidade. Somos atores novos, muito recen-

tes na história de nossas sociedades. Somos atores frágeis quando comparados a outros atores da Sociedade Civil e, especialmente, em relação às organizações do Estado e do Mercado. Mas é importante que se diga que nossa novidade reside em grande parte no fato que nossa missão e perspectiva de ação tende a não se limitar a uma Sociedade Civil e a um Estado, em particular, ou uma economia nacional. Isto não quer dizer que não temos identidades e especificidades culturais, que não fazemos parte de um povo e uma cultura concreta. Mais do que isto, nosso envolvimento direto e imediato sempre começa e permanece predominantemente referido a questões e grupos humanos concretas, bem localizadas no Planeta Terra, numa cidade, numa área rural, num país definido. Além do mais, a igualdade no respeito à diversidade cultural, econômica e ambiental é parte central de nosso ideário comum. **Nossa tarefa, a tarefa que nos atribuímos é, exatamente, de ligar o local ao global, para nós o universal, o comum da humanidade.** Direitos humanos, democracia, crise social e ambiental, são todas nossas questões globais. Devemos tratá-las a partir de cada situação concreta em que temos nossas bases, mas com uma perspectiva global, pois elas acontecem num mundo globalizado. Somos permanentemente desafiados a por na frente de tudo uma agenda cidadã sobre a justiça social e ambiental que se tornou global. **Nossa identidade, por isto, deve incluir uma perspectiva global, universalizante.** Para nos mantermos como organizações civis e como atores em nossa própria especificidade, precisamos hoje nos orientar por uma consciência global. Isto faz uma grande diferença. Pode ser visto como uma possibilidade e como um limite ao nosso trabalho e à nossa identidade. Mas como organizações cidadãs não podemos viver num mundo diferente do que temos pela frente. É este aí que cria possibilidades e limites à universalização dos direitos da cidadania, à radicalização da democracia e à sustentabilidade. Nossa tarefa - ser atores sociais - deve ser realizada aqui e agora, com uma clara dimensão internacional.

- I.6. A questão central desta minha reflexão, porém, não considero inteiramente respondida. Quem somos nós? Qual a diferença entre nós e um montão de outras organizações não governamentais? Algumas de nossas organizações podem e devem prestar serviços concretos de saúde, educação, meio ambiente, planejamento, gestão etc. Mas não é exatamente fazendo estas coisas que podemos justificar nossa existência, mesmo quando muitos de nossos financiadores nos vêem assim ou querem nos reduzir a prestadores de serviços. A nossa legitimidade e diferença, frente às outras organizações da sociedade civil, às organizações governamentais e àquelas empresariais-mercantis, não radica na prestação de serviços concretos. Somos olhados, antes de mais nada, pela qualidade dos valores, dos princípios, dos sonhos e das idéias que somos portadores, Somos julgados pela qualidade e consistência das questões que identificamos e elaboramos na sociedade, pelas propostas que formulamos, pela motivação e mobilizamos que provocamos, pelas alternativas que apontamos ou construímos. Sinceramente, eu creio que a mais útil e consequente definição de nossa pequena comunidade pode ser formulada assim: nós somos organizações para catalisar, pensar e propor conhecimentos, informações e alternativas estratégias democráticas para a promoção da justiça social e ambiental, bases de uma sociedade sustentável. **Nossa legitimidade está fundado no pensamento estratégico que podemos desenvolver - pensamento orientado para a ação - frente à tarefa cidadã que nos atribuímos.** A qualidade dos argumentos que desenvolvemos e difundimos, promovendo o debate, a conscientização, fortalecendo a capacidade de luta dos grupos e organizações da sociedade civil, é uma questão central para nós.
- I.7. Eu posso explicar a importância de sermos entidades promotoras do pensamento estratégico, mesmo sendo pequenas organizações, como de fato somos. Mudanças fundamentais - necessárias dado o quadro de exclusão social, miséria, negação de direitos humanos e da cidadania para muitos, com concentração de recursos e destruição ambiental, apon-

tando para uma sociedade insustentável - dependem de governos/Estado e de mercados/economia. Eles são os pilares das sociedades modernas. Neles assentam as estruturas e os processos definidores de um modo de organização e produção da sociedade. Mas quem pode mudar governos ou mercados? As próprias sociedades, as forças sociais que assentam nestas bases. Ou seja, a organização e a participação dos próprios seres humanos fazem a economia e o poder, produzem as estruturas e os processos. Constituintes, literalmente, são os cidadãos de um povo, nação, país e não os seus governos ou os seus mercados. É o próprio poder das estruturas e processos que criamos que nos fazem ver a nós mesmos, muitas vezes, como seus súditos, seus dominados. Governos e mercados funcionam empurrados por cidadãos e cidadãos concretos, por aqueles que se organizam e agem. Até as ditaduras são criações sociais, de gente, e não invenções do próprio poder. Por isto, nosso foco é gente, sempre gente. Buscamos **a mudança cultural, a criação de um desejo social, a irrupção de um grande movimento de opinião**, como condições para a ação cidadã, ela mesma condição de mudanças nas estruturas e no modo de desenvolvimento da sociedade.

- I.8. Qual é nossa principal área de intervenção? É a própria Sociedade Civil. **Construir e fortalecer a sociedade civil** deve ser nossa tarefa central. Isto do local ao internacional. No passado recente, o principal esforço de entidades como as nossas foi dirigido no sentido de fortalecer os grupos de base, os movimentos populares, as suas diferentes formas de organização e participação. Hoje, sabemos, isto deve permanecer como nossa tarefa central, mas com duas substanciais qualificações. A primeira é que ser grupo popular ou movimento popular não basta. É uma condição necessária, mas insuficiente. Precisa ser ou querer ser democrático. A segunda qualificação diz respeito ao modo de agir, de fazer. Não nos concebemos como meramente a serviço do movimento popular-democrático. Estabelecemos com as organizações e movimentos alianças estratégicas e desenvolvemos parcerias. Fazemos junto, dialogando e nos

confrontando construtivamente, se for o caso. Trabalhamos com quem busca o mesmo objetivo: a radicalização da democracia. Fazemos isto junto com quem acredita na democracia direta, na mobilização e participação, na ação cidadã e na construção de capacidades, no desenvolvimento de conhecimentos estratégicos, na conscientização, como **substractum** da democracia representativa.

I.9. Mas como isto tudo pode definir nossa especificidade? A nossa parte é trazer para o debate público - isto é, para o conjunto de atores sociais que participam da construção da democracia - as questões particulares de grupos de algum modo excluídos ou marginalizados, transformando-as em questões gerais. Trata-se de alimentar o debate público com dados e análises, com interpelações sobre atitudes e valores, com reações a medidas, com formulação e indicação de propostas alternativas, com mobilização para a ação cívica. Nossa agenda de questões é ampla mas claramente articulada: exclusão social, princípios éticos constitutivos da democracia (igualdade, liberdade, diversidade, solidariedade e participação), direitos humanos, meio ambiente e sustentabilidade, desenvolvimento tecnológico, investimento, relações econômicas, globalização, entre outras. Ao intervir no debate público em torno a estes temas, com a perspectiva de cidadania planetária que nos anima, acabamos nos realizando como organizações, cumprimos nossa missão institucional. Claro está que para intervir no debate público devemos priorizar estratégias de comunicação e educação pública em nosso trabalho cotidiano, numa espécie de ação que, de um lado, catalisa conhecimentos e os comunica, dialogando, mudando percepções e conhecimentos de outros; por outro lado e ao mesmo tempo, ação que nos muda, a nós mesmos, e nos realiza como atores sociais. **Nossa arena pública se constitui, privilegiadamente, no mundo da comunicação, no centro a mídia, como local e espaço de luta de idéias, visões, valores, luta ideológica, despertar da imaginação e do desejo coletivo.** Mas não somente comunicação entre nós, a pequena família de organizações não gover-

namentais com tal missão. Mas comunicação entre nós e os excluídos, entre nós e os incluídos, entre nós e todos os grupos e organizações da Sociedade Civil.

I.10. Olhando desta perspectiva, nossa participação no diálogo político, nas atividades de **lobbying** e pressão política são complementos indispensáveis do que somos e fazemos, mas não a sua base. Tais atividades dependem de tendências e desejos, de grandes movimentos de opinião pública, que nós mesmos devemos ajudar a emergir na sociedade. Para ser mais efetivos, precisamos priorizar a mobilização social e a pressão pública ao **lobbying** e à negociação nos recintos do poder. Para isto, nossas alianças e parcerias estratégicas devem ter no centro as próprias organizações e movimentos da sociedade civil, desde as nossas co-irmãs, até organizações da mídia e das grandes profissões (advogados, cientistas, jornalistas etc), passando pela diversidade de organizações e movimentos dos que lutam em defesa de seus direitos de cidadania, dos excluídos, das igrejas e das entidades filantrópicas. Para sermos efetivos, cada vez mais, a experiência nos ensinou que precisamos ter uma estratégia que não negligencie a constituição de fóruns e coalizões, construindo redes de vida e prática da solidariedade cidadã. **Construir redes é fundamental porque nos permite pensar globalmente, ligando o particular ao universal, trocar experiências, ser informados.** Não esqueçamos que a troca de informação e conhecimento é nosso trabalho central. Engajar-se na construção de redes nos ajuda a trazer e difundir conhecimentos e experiências globais que podem fortalecer projetos concretos e alternativas que desenvolvemos ou estamos apoiando ao nível local, de gente com cara, nome e tamanho, do nosso mundinho, onde, de fato, nos constituímos como organizações cidadãs.

## II. Que desafios enfrentamos, hoje?

Não estou certo se consegui responder à primeira questão - quem somos nós? . Ficarei feliz se pude, ao menos, mostrar a sua pertinência,

complexidade e a necessidade de um mergulho no em seu debate. O que pretendo, agora, é apontar alguns problemas comuns em nosso atuar que exigem urgentes encaminhamentos.

II.1. Vejamos, primeiramente, nossa agenda, nossas prioridades. Temos, indiscutivelmente, problemas em definir nossa própria agenda. Não falo da agenda institucional individual. Mas mesmo ela, quando definida, de que modo se articula e contribui para uma agenda comum? Sem dúvida, na arena internacional o problema fica mais claro: corremos atrás de iniciativas e propostas feitas por governos, organizações multilaterais, agentes comerciais e financeiros, transnacionais e assim por diante. Quando tentamos ser mais efetivos, como muitas organizações ambientais, avançamos no campo técnico, buscando resultados concretos, ao preço de perder os objetivos principais e - o que é pior - descolando o problema de sua necessária dimensão política. Sem definir nossa própria agenda, limitamos nossa intervenção estratégica no debate público e nas ações de **lobbying**, porque somos levados a meramente reagir às propostas postas na mesa. **Temos que dar mais atenção e trabalhar mais na definição de uma agenda comum, que exprima a tarefa cidadã que nos atribuímos.** Com base em tal agenda é possível avançar na contribuição específica que cada organização pode dar, levando em conta sua experiência, suas possibilidades e limites, a eficiência e eficácia dos recursos que utiliza.

II.2. Outro problema que temos pela frente, que limita enormemente nosso impacto, tem a ver com as análises que fazemos. Se a qualidade dos nossos argumentos é traço definidor de nossa atuação, **perdemos muito e nos desfiguramos quando não conseguimos construir bons argumentos.** Devemos reconhecer que o conhecimento que difundimos com análises e propostas alternativas muitas vezes não tem consistência. Nosso único e grande mérito fica limitado, normalmente, à capacidade de apontar para outro lado, outra possibilidade, outro problema. Temos geniais percepções, mas pouca cons-

trução. O pior é quando nos escondemos atrás de discursos grandiosos, mas vazios. Precisamos preservar e valorizar a sensibilidade para o outro, para o que fica de fora, a dimensão ou efeitos das decisões e ações que são ignorados. Precisamos ter capacidade de pronta intervenção na conjuntura. Mas precisamos criar bases, ser teórica e metodologicamente consistentes em nossa intervenção no debate público ou nas ações de **lobbying**. Por exemplo, nestes dias de **crash** das bolsas de forma global, fica clara e justificada nossa percepção sobre a necessidade de um olhar estratégico para a arena global. Mas que consistência têm nossas análises sobre a globalização, as relações internacionais e as economias nacionais, tudo isto em relação aos problemas da justiça social e ambiental? Algumas vezes, sinto que mantemos no fundo de nossas mentes um velho e arraigado nacionalismo, limitador da própria cidadania. O esquema de pensar em termos de relações Norte-Sul, Leste-Oeste não é mais útil como pode ter sido no passado. Ou então - só para lembrar outra debilidade nossa - se a diplomacia ainda é a ferramenta alternativa fundamental à guerra para governos, nós, pelo contrário, não temos alternativa que não seja ser cada vez menos diplomatas e cada vez mais promotores da democracia nas relações internacionais, muitas vezes em confronto direto com nossos próprios governos. A nossa fragilidade em termos de construção de conhecimento estratégico é particularmente válida lá onde não temos direito de errar, o nível local. Conhecimento para a ação é o que se produz por necessidade das mudanças que queremos promover. Mas, ao nível local, as urgências da ação nos levam ao ativismo castrador, que limita o impacto do que fazemos. Acabamos negligenciando a mobilização de capacidades para pensar os problemas e a efetiva transformação dos conhecimentos em instrumentos de ação político-cultural, no aqui e agora.

II.3. Precisamos dar mais atenção à construção de alianças e redes de organizações da Sociedade Civil. Até aqui, nossas redes tendem a ser produtos de nossa reação às questões postas na mesa por outros. Neste sentido, são mais

função de nossa reação à agenda dominante que formas de nos construir como atores propositivos. Precisamos de uma clara definição de prioridades neste campo, que vise nos dar capacidade de pensar estrategicamente. Podemos começar avaliando as redes existentes. Os projetos e relações de parceria são um outro aspecto do mesmo problema. **Se olharmos em volta de nós mesmos, descobriremos que não estamos nos relacionando horizontalmente, mas tendemos a construir, até ao nível local, os canais pelos quais as relações de dominação internacional tem sido eficazes até aqui.** O diálogo horizontal entre nossas organizações é secundário frente ao diálogo com agências ou parceiros da cooperação, por exemplo. Construir redes civis, mais horizontais, nos diferenciando e cooperando com outros atores, é um enorme desafio. Temos enormes tabus, quase intransponíveis, para estabelecer diálogos construtivos com organizações empresariais e governamentais, em nossos países, mas facilmente sentamos com tais atores nas conferências internacionais.

II.4. É necessário apontar a questão da nossa própria sustentabilidade como organizações lutando por justiça social e ambiental. **Somos organizações muito débeis.** Talvez, porque não somos tão transparentes como pensamos para os diferentes setores e grupos da Sociedade Civil. **Nossa força e autonomia depende dos laços diretos que estabelecemos com a Sociedade Civil lá onde concretamente nos encontramos.** Nós também temos raízes e devemos prestar atenção a elas, ser cuidadosos com elas. Poderemos ser, por exemplo, agentes no plano internacional se nossas raízes implantadas localmente forem raízes saudáveis, baseadas na sustentabilidade democrática. O nosso problema não é exatamente eficiência e impacto, mas é qualidade e transparência. Cidadãs e cidadãos simples, organizações e movimentos, empresas e governos, todos, enfim, que constituem o nosso mundo imediato, querem acreditar que nós temos alguma utilidade como promotores de valores humanos e democráticos, de princípios éticos. Eles querem crer que nossa capacidade de se indignar com a injustiça e

de identificar questões estratégicas para a cidadania, desenvolvendo alternativas e propostas, é necessária e útil. Mas estamos respondendo a tal anseio? Demonstramos isto? A nossa sustentabilidade se resolverá quando respondermos de forma clara a estes anseios e desejos.

II.5. Precisamos encontrar o bom balanceamento em nossas atividades. Talvez, a preocupação com ações de resultado palpáveis nos levaram a dar, ultimamente, demais atenção a atividade de **lobbying** e pouca atenção ao trabalho de debate público. Para maior resultado de **lobbying** precisamos de maior pressão pública, ao nível de movimentos de opinião na Sociedade Civil. Precisamos primeiro influir a sociedade, convencer os diferentes grupos da Sociedade Civil sobre as idéias, propostas e alternativas que apresentamos. Trata-se de **dar maior atenção a uma estratégia de “cooperação antagonista”.** Mas cuidado, a nossa fragilidade é maior em termos de debate ideológico do que na identificação de resultados possíveis a alcançar.

Bem, chego ao final com a sensação que apenas mapeei algumas questões. Talvez elas apontam uma agenda de reflexão e de definições que se impõe neste momento, particularmente ao IBASE pós Betinho. Em todo caso, estes pontos já estão sendo debatidos. Fiz uma primeira exposição deles na conferência **“Beyond Rio”: Perspectives of International Civil Society Five Years After Rio**, em Bonn, de 21 a 23 de outubro de 1997. Também estou propondo sua divulgação como subsídio para o encontro de Chinauta, na Colômbia, entre NOVIB e seus parceiros na América Latina. Mas a razão principal destas notas é a necessidade de externar angústias e preocupações e buscar luzes junto aos participantes da Plataforma IBASE, prevista para 26-28 de novembro de 1997. É um documento de trabalho, ou melhor, um ponto de partida.

## Anexo 3: Lista de participantes

### 1. Entidades e seus representantes:

Acende Paula Campos Vieira  
Rua Paulo Piedade Campos, 457/203  
30455-250 Belo Horizonte, BH  
Tel: (31) 378-1593

---

ActionAid Ana Toni  
Rua Corcovado,252 <atoni@ibm.net>  
Jardim Botânico <aaidbr@ibm.net>  
22460-05 Rio de Janeiro, RJ  
Tel: (21) 540-9102  
Fax: (21) 512-2793

---

AATR  
José Claudio Rocha  
Ladeira dos Barris, 149 <aatr@bytenet.com.br>  
40070-000 Salvador, BA  
Tel: (71) 329-3331  
Fax: (71)329-3689

---

ADITEPP Cristina Simião  
Rua Desemb. Westphalen, 1343 <aditepp@cwb.palm.com.br>  
80230-100 Curitiba, PR  
Telefax: (41)223-3260

---

CAATINGA Hermes Gonçalves Monteiro  
Cx. Postal 03  
56200-000 Ouricuri, PE <caatinga@elogica.com.br>  
Telefax; (81) 87412-58/874-1567

---

CAPINA Ricardo Bebiano Costa  
Rua Evaristo da Veiga, 16/1601 <capina@ax.apc.org>  
20031-040 Rio de Janeiro, RJ  
Tel: (21) 220-4580  
Fax: (21) 220-1616

Casa de Passagem Maria Angela V. de Almeida  
Rua Amóbio Marques, 432  
Santo Amaro  
50100-130 Recife, PE  
Tel: (81) 423-3741  
Fax: (81) 231-1449

---

CCDH Bento Rubião Ricardo Gouveia  
Av. Beira Mar, 216 - sala 401 <ccdhdh@ax.apc.org>  
20021-060 Rio de Janeiro, RJ  
Tel: (21) 509- 6771  
Fax: (21) 222-2527

---

CECIP  
Lgo. De São Francisco, 34 - 4º andar  
20051-070 Rio de Janeiro RJ  
Tel: (21) 224-4565/509-3812  
Fax: (21) 252-8604

---

Claudia P. Ceccon  
Claudius Ceccon  
<cecip@ax.apc.org>  
CEDEC Vânia Barbosa do Nascimento  
Rua Airosa Galvão, 64 - Água Branca <cedec@sti.com.br>  
050002-070 São Paulo, SP <cedec@eu.ansp.com.br>  
Tel: (11) 38712966 <javan@uol.com.br>  
Fax: (11) 38712123

---

CEPAC  
Antonio J. Castelo Branco Medeiros  
Rua Olavo Bilac, 1048 <cepac@mnet.com.br>  
64001-280 Teresina, PI  
Tel: (86) 223-7400  
Fax: (86) 223-1257

---

CFEMEA  
Guacira C. Oliveira  
SCN, Qd. 6, Bl. A <cfemea@tba.com.br>  
Ed. Venâncio 3000- s. 602  
70718-900 Brasília, DF  
Tel: (61) 328-1664  
Fax: (61) 328-2336

CENTRU-PE Paulo Roberto Magalhães  
Rua Rio Jaboatão, 102 - Torrões  
50721-520 Recife, PE  
Tel: (81) 228-4992  
Fax: (81) 228-5421

---

CNS Juan Carlos Rueda  
Eixo Monumental  
Estacionamento 12 <cns@brnet.com.br>  
Parque da Cidade  
70610-000 Brasília, DF  
Telefax: (61) 323-4600

---

CTA Valdenei de Barbosa Queiroz  
Av. Epaminondas Jacomé, 1427 <centro@mandic.com.br>  
Rio Branco, AC  
Tel: (68) 223-1849  
Fax: (68) 223-2622

---

DAWN Sonia Correa  
(vide endereço do Ibase) <scorrea@ax.pac.org>

---

DED - Brasil  
Michael Kleinekadoefer  
Rua Joaquim Felipe, 101  
50050-340 – Recife, PE  
Tel: (81)221-0075  
Fax: (81)222-1959

---

EQUIP  
Francisco Mesquita de Oliveira  
Rua Inajá, 117 - Coqueiral <equip@truenet.com.br>  
50791-090 Recife, PE  
Telefax: (81) 455-2517

---

ESPLAR Magnólia Azevedo Said  
Rua Princesa Isabel, 1968 <esplar@br.homesopping.com.br>  
60015-061 Fortaleza, CE  
Tel: (85) 221-1324  
Fax: (85) 252-2410

FASE Leandro Valarelli  
Rua das Palmeiras, 90 <leandro@fase.org.br>  
22270-070 Rio de Janeiro, RJ  
Tel: (21) 286-1441  
Fax: (21) 286-1209

---

HABITEC  
Josué Luis de M. Junior  
Rua Eliezer Olímpio de Moura, 100  
50620-650 Recife, PE  
Telefax: (81) 228-5161

---

IAMA Mauro de Melo Leonel Junior  
Rua Afonso Vaz, 454 <iama@iama.org.br>  
05580-001 São Paulo, SP  
Tel: (11) 211-6724  
Fax: (11) 210-1338

---

Iamaflora Laura Prada  
Av. Carlos Botelho, 853  
13416-145 Piracicaba, São Paulo  
Tel: (19) 433-0234/422-6253

---

Ibase  
Rua Visconde de Ouro Preto, 5 - 7º andar  
22250-180 Rio de Janeiro, RJ  
Tel: (021) 553-0676  
Fax: (021) 552-8796

Cândido Grzybowski - <candido@ibase.br>  
Nubia Gonçalves - <nubia@ibase.br>  
Athayde Motta - <athayde@ibase.br>  
Erica Rodrigues - <erica@ibase.br>  
Moema Valarelli - <moema@ibase.br>  
Atila Roque - <atila@ibase.br>

---

ISER Leilah Landin  
Ladeira da Glória, 98 Regina Novaes  
22211-120 Rio de Janeiro, RJ  
Tel: (021) 558-2595  
Fax: (021) 558-1381

Instituto C&A   Áurea Maria de Alencar  
Av. N. Sra. De Copacabana, 749-A  
22050-000 Rio de Janeiro, RJ  
Tel: (021) 549-8379  
Fax: (021) 548-8711

---

MMMR   Laura Valero Barbosa  
HIGS 703 Bl. L c. 42  
70000-000 Brasília, DF  
Tel: (061) 226-96-34  
Fax: (061) 225-1577

---

NOVA   Regina Rocha  
Rua Barão do Flamengo, 22 - sala 803   <novapesquisa@ax.apc.org>  
22220-080 Rio de Janeiro, RJ  
Tel/Fax: (021) 205-6219

---

NOVIB   Adolfo Lopez - adolfo.lopez@novib.nl  
Mauritskade, 9   Ricardo Wilson-Grau -  
2514, Haia   <admin@novib.nl>  
Holanda  
Tel: (31.70) 342.1621  
Fax: (31.70) 361-4461

---

POLIS  
Hamilton Faria  
Rua Cônego Eugênio Leite, 433   <polis@ax.apc.org>  
05414-010 São Paulo-SP  
Tel: (011) 853-6877  
Fax: (011) 852-5050

---

Rede Mulher  
Vera Fátima Vieira  
Rua Coriolano, 28 <rdmulher@novasociedade.com.br>  
05047-000 São Paulo, SP  
Tel: (011) 3873-2803

Fax: (011) 3862-7050

SOS Corpo      Silvia Camurça

Rua Major Codeceira, 37 <soscorpo@elogica.com.br>

50100-070 Recife, PE

Tel: (081) 423-3044

Fax: (081) 423-3180

---

UFF- Universidade Federal

Fluminense      Gaudêncio Frigotto

Telefax/Res: (021)527-5299

---

NUAP,MN/UFRJ-      Gabriela Scotto

Av. Henrique Dumont, 126/401

22410-06 – Rio de Janeiro, RJ

2. Expositores:

Tania Pacheco      <tania@ax.apc.org>

Francisco de Oliveira

3. Secretaria

Antonia Rodrigues      <antonia@ibase.br>